

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**NAS ENTRELINHAS DAS INTERVENÇÕES CLÍNICAS
DESENVOLVIDAS POR PSICÓLOGOS EM ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS DE BELO HORIZONTE**

Letícia Soares de Sousa

Belo Horizonte
2009

Letícia Soares de Sousa

**NAS ENTRELINHAS DAS INTERVENÇÕES CLÍNICAS
DESENVOLVIDAS POR PSICÓLOGOS EM ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS DE BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Roberta Carvalho Romagnoli

Belo Horizonte
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A553p Sousa, Letícia Soares
Nas entrelinhas das intervenções clínicas desenvolvidas por psicólogos em organizações não-governamentais de Belo Horizonte / Letícia Soares de Sousa. – Belo Horizonte, 2009.
117 f.

Orientadora: Roberta Carvalho Romagnoli.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Bibliografia.

1. Psicologia Clínica. 2. Psicologia Social. 3. Psicólogos. 4. Organizações não-governamentais – Belo Horizonte. I. Romagnoli, Roberta Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Título.

CDU: 159.979

Valéria Mancini – Bibliotecária – CRB-1682

Letícia Soares de Sousa

**Nas entrelinhas das intervenções clínicas desenvolvidas por psicólogos em
Organizações Não Governamentais de Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Roberta Carvalho Romagnoli (Orientadora) – PUC Minas

Cláudia Elizabeth Abbês Baeta Neves – UFF

Sílvia Regina Eulálio de Souza – PUC Minas

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2009.

*Aos estudantes e psicólogos que buscam
afirmar a vida em sua potência criadora.*

AGRADECIMENTOS

À professora Roberta Romagnoli, que com alegria e atenção aceitou o convite para embarcar nessa viagem, ajudando em muitos momentos a transformar o poder-opressão em poder-potência.

À professora Sílvia Eulálio pelas contribuições desde as primeiras tentativas em desenhar o campo e à professora Claudia Abbês pela leitura criteriosa do trabalho para o Exame de Qualificação.

Aos professores que, em diferentes momentos, atravessaram e movimentaram essa pesquisa, em especial Cássia Beatriz e William Castilho.

Aos colegas de mestrado e à parceira Laura, pelas vivências coletivas de trabalho e diversão.

Ao Célio Garcia, intercessor importante para criar questões.

Aos amigos, colegas de trabalho, às crianças/adolescentes e à comunidade da ONG onde atuo, pela oportunidade em partilhar idéias, projetos, questões, diferenças e alegrias.

Aos psicólogos entrevistados e às ONGs visitadas, que me ajudaram a compor e ampliar paisagens, desvelando um fazer desafiador.

Aos meus pais e avós, cuja dedicação e amor ficam marcados a cada passo que dou rumo a novas conquistas e desafios.

Aos meus irmãos, Cristiano e Daniel, que tiveram que suportar tempos fechados, de mau humor e impaciência.

Ao Túlio, companheiro animado, que com paciência e amor acompanhou todo o processo.

Aos amigos e amigas do *Freud Cidadão* pela força e compreensão da minha “presença-ausência”.

Ao SAAE e PUC Minas pelo apoio financeiro.

“[...] faça rizoma e não raiz, nunca plante! Não semeie, pique! Não seja nem uno nem múltiplo, seja multiplicidades! Faça a linha e nunca o ponto! A velocidade transforma o ponto em linha! Seja rápido, mesmo parado! Linha de chance, jogo de cintura, linha de fuga. Nunca suscite um General em você! Nunca ideias justas, justo uma ideia (Godard). Tenha ideias curtas. Faça mapas, nunca fotos nem desenhos. Seja a Pantera cor-de-rosa e que vossos amores sejam como a vespa e a orquídea, o gato e o babuíno.”

Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995)

RESUMO

Cada vez mais a psicologia amplia seus campos de atuação, alargando suas possibilidades de intervenção. Nessa ampliação, torna-se frequente sua participação em projetos sociais, que, sem dúvida, convocam os profissionais neles inseridos à invenção. Dentre esses projetos, presenciamos o aumento da atuação do psicólogo em Organizações Não Governamentais, as ONGs. Nesse contexto, este estudo tem como tema as intervenções clínicas desenvolvidas por psicólogos de ONGs que atendem comunidades com vulnerabilidade social de Belo Horizonte, enfatizando seus dispositivos de intervenção e sua articulação com a produção de subjetividades. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de melhor compreendermos a atuação da psicologia nessas organizações e por nos depararmos com exigências de uma nova postura das práticas clínicas em espaços sociais que ampliam a clínica tradicional. Nessa perspectiva, utilizam-se as ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari e o método cartográfico no intuito de experimentar, de forma mais intensa, o campo de pesquisa, junto aos acontecimentos, discursos e afetos. As produções deste estudo indicam a necessidade de a psicologia e os psicólogos promoverem “intercessões” com outros saberes, corpos, territórios e práticas, abrindo-se para o novo, o diferente, a expansão, enfim, para a vida. Essa postura cria uma rede de intensidades que vai ao encontro com a transdisciplinaridade, para a extinção das dicotomias entre individual/coletivo, consciente/inconsciente, clínica/política, teoria/prática. Para isso, é fundamental estarmos atentos às cartografias, às linhas de força que vão se desenhando no cotidiano das intervenções, seguindo as duas tendências possíveis: reprodução e/ou invenção.

Palavras-chave: Psicologia. Clínica. Organizações Não Governamentais. Transdisciplinaridade. Esquizoanálise. Cartografia.

ABSTRACT

Increasingly psychology widens their field of actuation, extending their possibilities of intervention. In this expansion, the participation in social projects becomes frequent that, no doubt, summon the inserted professionals to invention. Among these projects, we witness the rise of psychologist's actuation in non-governmental organizations, the NGOs. In this context, this study has as its theme the clinical interventions developed by psychologists from NGOs that serve communities with social vulnerability in Belo Horizonte, emphasizing their device intervention and their articulation with the production of subjectivity. This research is justified by the need to better understand the role of psychology in these organizations and we come across with the demands of a new posture for clinical practices in social spaces that extend the traditional clinic. From this perspective, we used Gilles Deleuze and Felix Guattari's ideas and the cartographic method in order to experience more intensively the search field in the events, speeches and affections. The productions of this study indicate the need for psychology and psychologists to promote "intersections" with other knowledge, bodies, territories and practices, opening up to the new, the different, the expansion and, finally, to life. This attitude creates a network of intensities that meets with transdisciplinarity, to the extinction of the dichotomies from individual/collective, conscious/unconscious, clinical/politic, theory/practice. Therefore, it's fundamental to pay attention to cartography, the lines of force that have being drawn in the daily interventions, following the two possible trends: reproduction and/or invention.

Keywords: Psychology. Clinic. Non-Governmental Organizations. Transdisciplinarity. Esquizoanalysis. Cartography.

LISTA DE ABREVIATURAS

Cap.	Capítulo
Ed.	Editor
n.	Número
Org.	Organizador
p.	Página
v.	Volume

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACI	Associação Cartográfica Internacional
CMI	Capitalismo Mundial Integrado
CAOTS	Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CERSAM	Centro de Referência à Saúde Mental
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente
CsO	Corpo sem órgãos
FEAD	Fundação Educacional Antônio Dadalto
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura
NAPS	Núcleo de Atenção Psicossocial
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
UNESCO	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
ONGs	Organizações Não Governamentais
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DESCOBRINDO A PESQUISA	15
2.1 Ponto de partida	15
2.2 Cartografia: construção de ideias-mundo	21
2.3 Conhecendo o campo: abertura aos acontecimentos	24
3 RIZOMA, CLÍNICA E TRANSDISCIPLINARIDADE	36
3.1 Os princípios do rizoma e as disciplinas	44
3.2 Psicologia e os desafios de uma prática transdisciplinar	50
3.3 Clínica rizomática	55
4 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: “O PULO DO GATO”	67
4.1 MultiONGs: transitando pela diversidade e complexidade	70
4.2 Viajar pela história das ONGs é preciso!	74
4.3 O corpo da clínica no cotidiano das ONGs	80
4.4 Corpos em campo	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE O PONTO DE CHEGADA E O PONTO DE PARTIDA	105
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE A	117

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata do estudo das intervenções clínicas desenvolvidas por psicólogos em Organizações Não Governamentais (ONGs) que atendem comunidades com vulnerabilidade social de Belo Horizonte, investigando seus modos de atuação e seus efeitos nos processos de produção da subjetividade. Nesse contexto, é preciso modificar as formas de compreensão e intervenção da clínica, ampliando a visão tradicional e propagada que a concebe como prática de individuação e expressão de interioridades. A clínica implicada e comprometida com toda e qualquer realidade encontra, na multiplicidade e na complexidade do universo das ONGs, a necessidade de agenciar com os devires singulares e incontrolláveis que desestabilizam os modos de saber-fazer psicologia.

Para conhecer a realidade rizomaticamente, utilizamos a cartografia como ferramenta metodológica na tentativa de apreender a diferença entre discursos marcados por mecanismos disciplinadores e reguladores e intervenções que abrem espaço para produção de alteridades e singularidades. Através de entrevistas realizadas com os psicólogos, visitas às ONGs e minha própria experiência de trabalho, tentamos mapear o cotidiano dessas organizações, seus movimentos, vetores, linhas de segmentaridade e linhas de fuga que perpassam esse território.

A coleta de dados, assim como seu tratamento, ocorreu de forma espontânea, aberta aos encontros com os entrevistados, as ONGs, os livros, entre outros pontos que nos conduzem a observar o que se repete e se diferencia nas intercessões desse campo. Ao longo do texto, observamos uma variação de pessoas do discurso – primeira pessoa do singular, eu, e do plural, nós –, fato este que pode causar certo estranhamento ao leitor. Todavia, o uso foi proposital. O “eu” emerge no texto para falar diretamente das minhas sensações e impressões captadas no intuito de abarcar a processualidade da realidade. Por outro lado, o “nós” refere-se aos vários “autores” que pediram passagem nessa escrita, dentre eles, as discussões nas orientações e com os colegas de mestrado e de trabalho, as leituras de livros e as impressões compartilhadas com os informantes.

Gostaria de ressaltar que desenvolver este trabalho cartográfico foi muito difícil para mim. A análise crítica às intervenções dos profissionais de psicologia inclui necessariamente olhar para o meu fazer, a minha formação, sobretudo minha

implicação junto a uma ONG. Fazer um estudo que convoque a ideia de desconstruir e desenquadrar as “certezas” e certos modos de intervir é um exercício árduo e que, muitas vezes, me conduziu a movimentos de represamento, opressão e receio de adentrar e apontar novos caminhos. Esse processo, certamente, não significa abandonar vivências, saberes e experiências adquiridas, mas torna-se necessário compreender que, assim como o rizoma, nosso conhecimento “[...] deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 33).

Os capítulos são trabalhados como um rizoma, em um exercício contínuo de exploração e de descoberta das multiplicidades. Para tentarmos alcançar essa processualidade, este trabalho é dividido em cinco capítulos, sendo o capítulo 1 essa introdução e o último as considerações finais.

No Capítulo 2, iniciamos com os motivos que me instigaram a estudar esse tema, registrando o meu trabalho em uma ONG e as questões que me conduziram ao Mestrado. Reforçando os objetivos desta pesquisa, evidenciamos a cartografia como método cartográfico que nos possibilita produzir a partir de afetos, signos, forças e acontecimentos que circulam os territórios em questão. Em seguida, apresentamos as ONGs e os profissionais de psicologia investigados, a fim de contextualizar o leitor diante da realidade analisada e, principalmente, a maneira como esses encontros ocorreram.

No Capítulo 3, analisamos, a partir da configuração da sociedade contemporânea e as modulações do capitalismo, os recursos que as práticas clínicas possuem para trabalhar a subjetividade, destacando seus aspectos éticos, estéticos e políticos, assim como o fim da dicotomia entre sujeito/social, objetividade/subjetividade, teoria/prática, clínica/política. A crítica a essas fragmentações apontam para a necessidade de uma prática transdisciplinar que se propõe pensar no “entre”, nas entrelinhas de saberes, práticas e discursos. As falas dos entrevistados e o texto “Rizoma”, de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), atravessaram todo esse capítulo, possibilitando uma conexão de seus princípios com as práticas multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Enfatizamos também a emergência de uma clínica rizomática que caminhe a favor da vida, da política, da resistência e da diferenciação.

No Capítulo 4, fazemos uma passagem pela história das ONGs, desde sua formação até o momento atual em que estas se configuram. Pontos importantes que marcam a sua relação com os movimentos sociais e o Primeiro, Segundo e Terceiro Setor. A construção desse capítulo veio na tentativa de dar vida às questões problematizadas nos capítulos anteriores, mapeando o cotidiano das ONGs e dos psicólogos que nelas atuam. Aliando clínica e política, aproveitamos a ideia de Deleuze e Guattari (1996) sobre o Corpo sem Órgãos (CsO), para expressar o plano de forças que se ligam ao coletivo. Plano este em que as formas, os órgãos, se diluem e dão passagem à potência dos encontros. Realizamos também uma cartografia a partir de uma experiência vivenciada por mim e pela equipe da ONG onde atuo e que somou como força potencializadora para pensar nos desafios de uma prática *trans*, que requer trabalhar com o intempestivo, a alteridade e o coletivo.

As considerações finais são apresentadas ao final do estudo.

Esta introdução segue como um convite ao leitor para percorrer os caminhos desta pesquisa. Boa viagem!

2 DESCOBRINDO A PESQUISA

2.1 Ponto de partida

Iniciar no universo da pesquisa não é algo simples. Desde a escolha do tema, das referências teóricas, da metodologia, nos deparamos com dúvidas e questões sobre qual trajeto percorrer, qual território desbravar e quais “pedras” no caminho iremos encontrar. Escolhas difíceis e complexas, mas sempre motivadas pelas razões que me fizeram estudar o tema, sobretudo com a minha própria implicação. Implicação esta que perpassa todo o trabalho, rastreando as forças micropolíticas presentes na relação com o tema, o campo e as análises do cotidiano institucional, e coloca em análise os afetamentos que emergem do encontro entre o pesquisador e seu objeto de estudo. A implicação não se refere só ao investimento, mas sobretudo às relações que os indivíduos estabelecem com as instituições, com a produção coletiva que nós agenciamos, nos ligando ao plano de consistência, ao impessoal. Nesse sentido:

[...] a aproximação do pesquisador com o campo inclui, sempre, a permanente análise do impacto que as cenas vividas/observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí o próprio lugar de saber e estatuto de poder do “perito-pesquisador”. (PAULON, 2005).

Portanto, nesse processo investigativo, a subjetividade de quem pesquisa se faz presente, desconstruindo a lógica identitária, de objetividade e neutralidade, característica primordial das pesquisas científicas tradicionais. Mas a implicação vai “para além” desse caráter subjetivista do pesquisador ao abarcar também o conjunto de condições da pesquisa. Tais condições possibilitam analisar os modos de subjetivação do próprio pesquisador, assim como os fenômenos, os acontecimentos, os grupos e ideias que transformam os polos estáveis sujeito-objeto, bem como as relações que se estabelecem “entre” esses polos. O trabalho consiste, como nos aponta Lourau (1993, p.16), em “[...] não fazer um isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece na construção do conhecimento”. É nesse processo que tentamos percorrer nas entrelinhas das

intervenções clínicas desenvolvidas por psicólogos em Organizações Não Governamentais (ONGs) de Belo Horizonte.

O nome escolhido para o título retrata bem o desafio desta pesquisa que é ultrapassar as formas e os moldes que circunscrevem uma prática, produzindo diferentes conexões e desestabilizando certezas, lugares e formas de intervenção. Nesse processo, torna-se necessário captar as contradições, os desvios e as implicações presentes nos territórios investigados, observando o que acontece nas entrelinhas. Essa expressão designa o que está “no meio”, numa espécie de zona limite entre o não sentido e o sentido, sendo este a possibilidade que os signos fornecem para identificar as forças, as polaridades e as intensidades que circulam no território em questão. (KASTRUP, 2008).

O “entre” remete também ao trabalho proposto nesta pesquisa que é de pensarmos na transdisciplinaridade, ou seja, nas intercessões entre disciplinas, saberes e práticas, investigando as linhas de força que se articulam, sejam elas linhas de fugas e/ou de segmentaridades.¹ Esse coletivo de forças requer um trabalho cartográfico cujas bases estão nas ideias de processo, multiplicidade, diferenciação e invenção. Tais pressupostos estão conectados à proposta de uma clínica ampla, rizomática, tema apresentado no Capítulo 2.

A escolha pelo tema está diretamente relacionada ao meu trabalho em uma ONG que atua na Regional Sul da cidade de Belo Horizonte, desenvolvendo atividades artísticas, culturais, esportivas e psicossociais com crianças e adolescentes de 7 a 18 anos. Esse projeto foi implantado no ano de 2003, em parceria com diferentes instituições – a saber, uma universidade, a Prefeitura Municipal, uma empresa privada e um órgão internacional –, e inicia-se na comunidade, após os parceiros institucionais verificarem o grande número de projetos sociais voltados para crianças no local e a quase ausência de atividades para os adolescentes, muitas vezes, expostos a situação de evasão escolar, trabalho infantil e tráfico de drogas.

O objetivo atual da ONG é contribuir para a formação humana por meio da educação para valores e para isso conta com profissionais, estudantes e educadores de diversas áreas do conhecimento tais como pedagogia, psicologia,

¹ O conceito de intercessores é trabalhado por Gilles Deleuze (1992) para remeter às conexões entre diferentes domínios (conceitual, disciplinar, artístico, sociopolítico, entre outros) em que os atravessamentos produzem interferências e desestabilizações de um sobre o outro.

comunicação, ciências sociais, serviço social, história, artes, educação física e administração. Apesar de partirmos do pressuposto de todos os funcionários serem educadores, fazemos uma divisão entre a equipe de educadores sociais que realizam as oficinas e os educadores comunitários que acompanham as crianças e os adolescentes que demandam maior atenção (trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Atenção Psicossocial – NAPS – apresentado a seguir). A formação dos educadores também é bastante diversificada, tanto do ponto de vista acadêmico quanto da formação artística e cultural que desenvolvem, sendo muitos moradores da própria comunidade. As oficinas oferecidas são grafite, dança de rua, balé, miçanga, capoeira, artesanato, cerâmica, percussão, teatro, esporte, informática e rádio, e algumas delas também são promovidas em duas instituições parceiras da ONG, localizadas em outras vilas da comunidade. Além dessas atividades, a ONG possui um Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e articula ações em parceria com a Secretaria de Educação e de Assistência Social da Prefeitura através dos programas Escola Integrada e Prestação de Serviço à Comunidade.²

Para realizar essas ações, a ONG se divide em núcleos de trabalho, a saber: o NAPS; Educação; Comunicação e Cultura; Esportes; Administrativo; e uma assessoria de Monitoramento e Avaliação. Apresenta uma estrutura organizacional formalizada, com todos os profissionais remunerados, sem geração de lucro, com financiamento advindo de parcerias com o Estado, empresas e sociedade civil. Por ser executada por uma universidade, há uma preocupação e um incentivo à produção do conhecimento, num esforço por articular projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Iniciei na ONG, como estagiária, com a oportunidade de acompanhar o processo de sua implantação, uma experiência rica que trouxe, desde então, questões sobre o trabalho do psicólogo nessas organizações. A partir de conflitos, expectativas e desafios nesse processo de entrada na comunidade, nos deparamos, no meu entender, com uma formação na graduação insuficiente para responder à complexidade social defrontada na prática cotidiana. Afinal, era preciso transitar por caminhos muito mais complexos do que aqueles que livros e mestres apresentavam

² O Programa Escola Integrada da rede pública municipal oferece a possibilidade de crianças e adolescentes do Ensino Fundamental, de 6 a 14 anos, permanecerem em horário integral na escola. O Programa de Prestação de Serviço à Comunidade oferece acompanhamento social do jovem que cumpre medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade, sendo encaminhado para instituições públicas ou entidades, como no caso da ONG onde atuou.

e sustentavam ao buscar ações como autogestão, protagonismo juvenil e inclusão social.

Atualmente trabalho como psicóloga nessa ONG, no Núcleo de Atenção Psicossocial, composto por uma equipe de psicólogos, estagiários de psicologia e educadores comunitários, tendo como objetivos: acompanhar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social nas dimensões individual, familiar e escolar; estimular o protagonismo juvenil; e integrar a rede de atenção à criança e ao adolescente. Dentre outras atividades, realizamos rodas de conversa, oficinas temáticas, atendimentos individuais, visitas domiciliares e articulação com a “rede” de defesa da infância e da adolescência.

A partir da intensidade da experiência evidenciada pelo trabalho e dos efeitos provocados em mim, surgiram questões sobre o trabalho do psicólogo em um campo recente, o das ONGs, e as possibilidades de desenvolver práticas clínicas nesses espaços. Como os profissionais de psicologia desenvolvem seu trabalho em uma ONG? O que esse campo nos convoca a pensar e como o temos escutado? Qual investimento os profissionais *psi* fazem na sua formação para atuarem junto às comunidades? Como os psicólogos interagem com o público que atendem? É uma relação transversal ou predomina a relação de saber-poder? As indagações são sustentadas pelos profissionais ou não?

Percorrendo esses pontos, esta pesquisa justifica-se exatamente pela necessidade de melhor compreendermos a atuação da psicologia nessas organizações e por depararmos com exigências de uma nova postura das práticas clínicas em espaços sociais que ampliam a clínica tradicional. Espaços em que muitas vezes verificamos a transposição do modelo clássico da clínica realizada nos consultórios para o contexto comunitário de periferia, em que as múltiplas carências somam-se às socioafetivas.

Nesta pesquisa, nos propomos estudar as intervenções clínicas desenvolvidas por ONGs que atendem comunidades com vulnerabilidade social em Belo Horizonte, enfatizando seus dispositivos de intervenção e sua articulação com a produção de subjetividades. Sabemos que as práticas clínicas podem operar e produzir processos de subjetivação inventivos a partir de suas atuações. Surgem, então, as perguntas: Essas práticas contribuem para a invenção e/ou para a reprodução? E, afinal, o que são essas práticas clínicas? Como caracterizá-las? Estas são perguntas que guiam esta pesquisa.

O modelo hegemônico e propagado de clínica, restrita aos aspectos de ordem psicológica e individual, coloca em funcionamento práticas de individualização e intimização que têm como efeitos a produção de um plano de organização, de sustentação de segmentos com relação ao cotidiano e à realidade. Tais práticas classificam e fazem divisões binárias entre individual/social, externo/interno, desejo/política. Esse território da clínica ainda é muito endurecido e dominante nas práticas *psi*, sendo reproduzido por nós psicólogos na maior parte do tempo e em diferentes áreas da psicologia. Por outro lado, sabemos também, a partir das ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996), que esse território endurecido em sua forma dominante existe em estado de imanência com o plano de composição que possibilita desterritorializações, ou seja, permite mudanças e inovações nos nossos modos de ser, pensar e intervir.³ Esse movimento de perturbação é que traz o novo e, desse modo, outra clínica, liberta dos códigos totalizadores e aberta a conexões com outros corpos, saberes, lugares e práticas, que emergem minoritariamente, em determinadas circunstâncias.

Nesse sentido, percebemos que nos novos espaços em que a psicologia está sendo convocada a ocupar, como no caso das ONGs, é preciso constante resistência, aqui entendida não como oposição, mas em conexão com a invenção, como aponta Romagnoli (2007). Resistência a essa lógica que tenta mostrar uma única forma de fazer clínica, tecnicista e compartimentada, apresentando sua força crítica para criar e recriar a cada instante. Como a clínica se agencia entre os profissionais *psi*, sua teoria, formação e o público-alvo dessas organizações? O que circula nesse espaço? Onde a imanência é convocada? Onde as linhas duras da reprodução permanecem?

Essas considerações nos remetem ao caráter transdisciplinar desta clínica em seu caráter de dissolução dos territórios hierárquicos de saber-poder, bem como à problematização dos territórios “psi”, por um lado, como os únicos detentores do saber sobre a clínica e as questões da subjetividade e, por outro lado, da circunscrição da prática clínica agenciada com a reprodução do modelo bipessoal tradicionalmente exercido nos consultórios e/ou transportados para algumas instituições públicas. (NEVES; JOSEPHSON, 2001, p.105).

³ A palavra território, como um conceito teórico formulado por Guattari e Deleuze, diz respeito a uma construção espacial subjetiva, que permite a montagem e a desmontagem de modos de ser dos sujeitos envolvidos, ou seja, territorialização e desterritorialização desses modos. (MAIRESSE, 2003, p.259). Cabe ressaltar ainda que os conceitos de plano de organização e de plano de composição são aprofundados no Capítulo 2.

O universo em que a clínica é convocada a atuar, no nosso campo de estudo as ONGs que atendem comunidades com vulnerabilidade social, é muito vasto, e as diversidades e as comunidades presentes em um mesmo território geográfico são grandes. Isso tudo indica que não existe um caminho único nem correto a percorrer, não existe uma bússola na qual possamos nos orientar. Como bem disse Pessoa (2001, p.15), parafraseando Pompeu,⁴

Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:
Navegar é preciso; viver não é preciso.
Quero para mim o espírito [d]esta frase,
transformada a forma para a casar com o que eu sou:
Viver não é necessário; o que é necessário é criar.

O poeta transformou a frase, demonstrando a necessidade, quase vital, de criar. Seria um desperdício não embarcarmos nessa viagem e aproveitá-la para pensarmos no ato criador necessário à pesquisa e também às nossas intervenções. Criar, inventar, movimentar é preciso!

Acreditamos que pesquisar é se deparar com um caminho inquietante, provocador, que em alguns momentos pode assustar, imobilizar e até nos fazer desconectar, nos tornando *pesquisadores-errantes*. O que escrever? Como escutar o campo e os sujeitos presentes? Essa experiência se faz entre chorar naufrágios e celebrar conquistas. O objeto de estudo provoca sensações que vão do abandono ao prazer melódico que nos toma nesta produção. Objeto que arriscamos decifrar entre linhas duras de estratificação e linhas alegres que conseguem fugir da padronização, da serialidade e da repetição. Nas palavras do próprio Deleuze (1997, p.11), em um dos ensaios de *Crítica e clínica*: “Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, isto é, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido.” Talvez o leitor se pergunte pelos motivos que nos levaram a registrar certas inquietações sobre o processo da escrita e da pesquisa. O fato é que, para cartografar ideias e mundos, verificamos ser necessário apresentar o motor maior responsável por essa trajetória, ou seja, o desejo mobilizado pelos afetos produzidos nos encontros com os intercessores do campo.

⁴ General romano (106-48 a.C) que disse a seus tripulantes receosos com o mar em viagem de guerra: “Navigare necesse; vivere non est necesse”. (PESSOA, 2001, p.15).

2.2 Cartografia: construção de ideias-mundo

Mas o que é cartografia?

A cartografia tem suas origens na inquietação do ser humano em conhecer o mundo que habita. Etimologicamente, cartografia significa descrição de cartas⁵ e é um vocábulo que foi introduzido em 1839, pelo Segundo Visconde de Santarém – Manoel Francisco de Barros e Souza de Mesquita de Macedo Leitão (1791-1856). O processo cartográfico passou a significar a arte, a técnica e a ciência de representar fatos e fenômenos associados à superfície terrestre. Hoje o conceito de cartografia aceito foi estabelecido em 1966, pela Associação Cartográfica Internacional (ACI), e posteriormente, ratificado pela Organização das Nações Unidas (UNESCO), no mesmo ano, sendo:

[...] o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como a sua utilização. (Associação Cartográfica Internacional *apud* SILVA, 1998).

Esse termo da geografia foi adotado por Deleuze e Guattari e vem sendo utilizado em pesquisas de campo voltadas para o estudo da subjetividade, não enfatizando a representação, como colocado na citação anterior, mas buscando rastrear o plano de forças que produz as situações. Esses autores, através da esquizoanálise, também chamada de Filosofia da Diferença, são as referências desta pesquisa, os intercessores que utilizamos para investigar o processo de produção dos fenômenos presentes nas intervenções clínicas dos psicólogos em ONGs. Aproveitando a ideia desses autores, pretendemos

Fazer o mapa, não o decalque. [...] Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. [...] Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.22).

⁵ Carta - Representação no plano, em escala média ou grande, dos aspectos artificiais e naturais de determinada área, subdividida em folhas articuladas de maneira sistemática. (SILVA, 1998).

Toda essa analogia com a ideia de mapa passa pelo trânsito que os autores de referência, Guattari e Deleuze, fazem por outros campos de saberes e porque, seguindo suas ideias, buscamos produzir *mapas* a fim de dar passagem a sentidos outros a esta pesquisa. Os mapas podem nos ajudar a revelar o papel da arte e do imaginário na criação da pesquisa, apontando para as linhas abertas de comunicação e também as linhas-limite presentes no contorno desse território-pesquisa. Kirst *et al* (2003, p.92) explicam bem essa noção:

O termo “cartografia” utiliza especificidades da geografia para criar relações de diferença entre “territórios” e dar conta de um “espaço”. Assim, “cartografia” é um termo que faz referência à idéia de “mapa”, contrapondo a topologia quantitativa, que categoriza o terreno de forma estática e extensa, uma outra de cunho dinâmico, que procura capturar intensidades, ou seja, disponível ao registro do acompanhamento das transformações decorridas no terreno percorrido e à implicação do sujeito percebido no mundo cartografado.

Este estudo utiliza a cartografia como recurso para experimentar de forma mais intensa o campo de pesquisa, estando aberto a acontecimentos, discursos e afetos. O fazer cartográfico passa por uma experimentação, por uma construção de ideias-mundo que os nossos encontros com o outro puderam produzir. Esse modo de fazer pesquisa está carregado de potencialidade vital ao promover a desestabilização das certezas e abrir-se para o novo, para a expansão e para a vida. Benevides de Barros (2003, [s.p.]) reforça um ponto importante:

Que não se confunda, entretanto, este procedimento de risco com falta de rigor ou relativismo daquele que conhece como muitos querem fazer crer. Arriscar-se em caminhos desconhecidos como são aqueles dos processos de invenção exige a escolha de critérios que permitam a construção de um presente para todos.

A cartografia como método implica uma subversão da própria noção etimológica clássica: metacaminho, qual seja *meta* (que se faz no caminhar) e *hodós* (caminho). Na contramão do processo de ordenar o trajeto através do qual se possa alcançar objetivos projetados, esse método propõe uma forma inusitada de pensar-fazer pesquisa. Os processos de subjetivação do pesquisador aparecem e, assim, inaugura-se uma nova forma de construção do conhecimento, em que as questões, os dilemas, as impressões e as sensações do encontro *entre* objeto e pesquisador são desdobradas.

Conhecer deixa então de ser o exercício da busca de uma verdade [...]. O que muda é que não se trata mais de estabelecer um método de conhecimento que garanta a previsibilidade, com o qual se traça o mapa teórico de um mundo em equilíbrio, eliminando tudo o que nele destoa. Trata-se, ao contrário, de ouvir as linhas de virtualidade que se anunciam e se perguntar: [...] Que agenciamentos são passíveis de trazê-los à existência, recompor um mundo, relançar o processo? (ROLNIK, 1999).

Nessa proposta é preciso uma abertura para o novo, para surpreender-se com os acontecimentos, criando passagens que conectam com o outro (saber, ambiente, espaço, imagem, pessoas). O encontro com o objeto de estudo e com a vida, que não se encontra aqui dissociada, permite a desterritorialização de ideias, associações e julgamentos. À medida que se abre para o movimento e o fluxo dos acontecimentos, o pensamento transdisciplinar se forma. No Capítulo 2, a força do conceito de transdisciplinaridade será amplamente discutido, assim como as conexões e os efeitos que a prática *trans* promove ao desestabilizar as fronteiras entre sujeitos-objetos, disciplinas e intervenções.

Compreendemos, assim, que a utilização da cartografia como ferramenta metodológica é importante para apreendermos a diferença entre discursos e intervenções marcados por mecanismos disciplinadores e reguladores e intervenções que abram espaço para produção de alteridades e singularidades. É fundamental estarmos atentos às cartografias, às linhas de força que vão se desenhando no cotidiano das intervenções, seguindo as duas tendências possíveis, de reprodução e invenção, que ocorrem nessas práticas, coexistentes, mas diferenciando-se pelo funcionamento e pelas conexões que são efetuadas.

Neste sentido, cartografia e clínica perseguem a inclinação em sairmos de nós mesmos e olharmos para os ideais que “pairam” acima de nossas cabeças e ocupam nossa imaginação, como assombrações que nos exortam, primeiro a fazê-los aceitos como naturais e após, desejados e buscados com devoção, como inspiração necessária ao viver nos conformes com o social. (FONSECA; KIRST, 2004).

Entendemos que o profissional que se diz clínico, em certas circunstâncias, tem que se perguntar com que tipo de vida está se conectando, sentindo-se livre para criar e arriscar uma intervenção. Contrário a essa perspectiva, encontramos profissionais que estudam as teorias como manuais de procedimentos, sem crítica, prontos para serem lidos e seguidos. Uma pessoa fechada, dura em suas concepções e suas certezas, dificilmente conseguiria intervir seguindo um modelo

rizomático, pois os caminhos e os fluxos estão enrijecidos numa única e padronizada forma de ver e estar no mundo. O habitual torna-se dominante e não busca desnaturalizar as formas, as práticas e as estratégias de intervenção. Essa maneira de ser e agir põe “[...] em funcionamento linhas de segmentação duras que afirmam práticas políticas de individualização, intimização, evitação da diferença e dos encontros produzidos pelos afetos e desejo na produção de real social”. (NEVES; JOSEPHSON, 2001. p.104).

2.3 Conhecendo o campo: abertura aos acontecimentos

Ao convocar a imanência, atento aos acontecimentos, o pesquisador depara-se com uma “[...] realidade imanente na qual o que existe é resultado do encontro de múltiplas dimensões ou de linhas de forças” (PAULON, 2005). A realidade a ser conhecida sempre se apresentará diferente, plural e parcial, mesmo o pesquisador tendo experiência, conhecimento e/ou engajamento pessoal sobre o território investigado. Isso porque, no encontro entre o sujeito que conhece e o objeto conhecido, há o ineditismo, o novo e o imprevisto que criam modos inusitados de subjetivação. Existe uma dimensão de efeitos e afetos, da ordem do inesperado e do incontrolável.

Foi seguindo esses pressupostos que optamos em não selecionar e definir *a priori* quais organizações iríamos investigar. Nesse processo cartográfico, a única escolha foi considerar aquelas que atendem comunidades com vulnerabilidade social e as que possuem psicólogos atuantes. Sendo assim, através de indicações de amigos, professores e colegas do trabalho e do mestrado, comecei o processo de contatar organizações e profissionais. Já no início, perguntas como “mas que tipo de ONG você está querendo?” nos demonstrou a complexidade desse universo ao nos deparar com uma diversidade de objetivos, composições e atribuições dessas organizações. Tais questões mobilizaram a escrita do Capítulo 3, cujo tema é as ONGs e seus planos de forças.

Nessa busca, todas as organizações investigadas tinham como público-alvo crianças e adolescentes, embora esta não tenha sido uma escolha feita *a priori* (estávamos abertos ao que a realidade apresentasse). Para uma melhor

movimentação do leitor ao longo dos dados das entrevistas, fizemos o seguinte quadro:

Entrevistado	Idade	Sexo	Tempo de formado	Tempo de trabalho na ONG
P.1	38	M	13 anos	04 anos
P.2	31	F	06 anos	05 anos e 10 meses
P.3	47	F	23 anos	02 anos e 03 meses
P.4	35	M	04 anos	03 anos

Quadro 1: Perfil dos entrevistados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Além das conversas com os entrevistados acima, que giraram em torno das perguntas do Apêndice A, durante o processo da dissertação surgiram outras pessoas, psicólogos ou não, cujas falas pediam passagem e que optamos por registrá-las em partes do Capítulo 3. Assim, integramos o quadro abaixo para o leitor poder se localizar.

Entrevistado	Idade	Atuação na ONG	Sexo	Tempo de formado	Tempo de trabalho na ONG
P.5	42	Educadora	F	----	04 anos
P.6	26	Psicóloga	F	04 anos	03 anos e 02 meses
P.7	36	Psicóloga	F	10 anos	01 ano e 03 meses

Quadro 2: Perfil dos entrevistados 2.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como forma de percorrer o universo das ONGs, consideramos importante apresentar as organizações investigadas explicitando os pontos semelhantes e diferentes em cada uma delas. A diversidade do universo dessas organizações são aprofundadas no Capítulo 3, mas é necessário viajar pelos caminhos percorridos nessas organizações, demonstrando seus modos de funcionamento e as formas como os profissionais atuam e percebem o próprio trabalho. Em algumas ONGs, foi possível retornar após a entrevista, com contatos mais extensos: consegui conversar com outros profissionais, almoçar com as crianças e acompanhar o cotidiano, a vida

que perpassa nesses lugares. Chamamos de vida, pois é esta a energia que perpassa nesses lugares – em uns mais, outros menos –, mas o movimento, as diferenças e as possibilidades de atuação são tão grandes que colocam as ONGs num espaço contraditório onde vida e morte, criação e reprodução, inovação e destruição se fazem constantes.

Faremos o percurso tentando relatar algumas informações sobre as ONGs, como tempo de existência, contexto do surgimento, objetivos, público-alvo, estrutura organizacional, natureza da direção, fonte de financiamento e ações realizadas. Para essa organização, contamos com as contribuições do artigo de Teodósio (2002), “Pensar pelo avesso o Terceiro Setor – mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada nas políticas sociais”, no qual o autor traz discussões atuais sobre esse setor no qual as ONGs se fazem presentes. Nesse artigo, Teodósio elabora um pequeno quadro que nos aponta a multiplicidade das especificidades e da natureza das organizações que atuam no Terceiro Setor.

Características	Polo 1	Polo 2
Alcance de atuação	Âmbito local	Regional e internacional
Estrutura organizacional	Formalizadas/burocráticas	Movimentos sociais
Natureza do trabalho	Trabalho voluntário	Trabalho remunerado
Orientação lucrativa	Sem geração de lucro	Lucro reinvestido
Agenda reivindicativa	Metas de grupos específicos	Metas sociais globais
Natureza da direção	Liderança eleita	Direção indicada
Fonte de financiamento	Recursos próprios	Estado/órgãos intern/empresas.

Quadro 2: Abrangência das organizações do Terceiro Setor

Fonte: TEODÓSIO, 2002.

Para este estudo, entrevistei quatro psicólogos, no total de três ONGs, pois dois dos entrevistados exercem funções diferentes na mesma organização. Optamos por considerar o projeto social onde atuo há seis anos e que, sem dúvida, foi o mobilizador para desbravar toda esta pesquisa. Pensando nos movimentos das ONGs na atualidade, consideramos importante apresentar um resumo das suas características, possibilitando, assim, pensarmos nas suas funções e suas perspectivas na gestão de políticas públicas no cenário brasileiro, mais especificamente em Belo Horizonte. Para facilitar a nomeação, chamamos as organizações de A, B, C e D, sendo D a ONG onde atuo. A heterogeneidade encontrada em cada uma das ONGs repercute na dificuldade em classificá-las,

tendo em vista a gama de parcerias, atribuições, objetivos e modos de funcionamento em que se enquadram. Bem, iniciemos, assim, essa descrição.

A ONG A existe há 31 anos com o objetivo de “atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social” (informação retirada do documento da ONG⁶). Idealizado e coordenado por um padre, o projeto nasceu do desejo desse padre em ajudar crianças que ficavam na rua. Junto de colaboradores, ele criou, então, a primeira “casa-lar”. Até o final do ano de 2008, a organização funcionava em regime de abrigo de meninos e meninas de 6 a 18 anos, “eles ficavam durante a semana nas casas-lares e chegava o final de semana iam para casa. Chegavam na segunda e saíam na sexta” (P.1). Hoje, por reformulações exigidas pela Prefeitura de Belo Horizonte, a ONG acolhe crianças e adolescentes que, no final da tarde, retornam para suas próprias casas.

Foi possível observar o cotidiano de algumas crianças em uma das nove casas-lares, onde fazem todas as refeições do dia (café, almoço e lanche), tomam banho e são levadas pelas “mães sociais” (responsáveis pelo cuidado com as casas e o público atendido), para escolas próximas. No turno complementar à escola, as crianças e adolescentes participam de oficinas de arte, violão, informática, capoeira, futebol, além de terem o reforço escolar e as aulas de religião. São acompanhadas pelas mães sociais, além de um psicólogo, uma pedagoga, equipe administrativa e professores das oficinas referidas anteriormente.

A ONG A é uma instituição com atuação no âmbito local, Regional Leste de Belo Horizonte, com estrutura organizacional formalizada, sem geração de lucros e com uma equipe constituída por profissionais remunerados e voluntários. A fonte de financiamento vem de fundações, sociedade civil e organizações locais e internacionais. Fica claro o caráter assistencialista e religioso da instituição, que promove ações sociais importantes, mas desvinculadas de qualquer metodologia de intervenção psicossocial, com predomínio de metodologias fundamentadas na solidariedade, na caridade, dentre outras. Esse caráter aparece logo no início da conversa com o psicólogo entrevistado, quando ele fala de como iniciou seu trabalho na ONG:

P.1: Foi meu amigo quem me indicou e foi uma situação interessante, né?! Porque eu não estava procurando e sempre tive essa questão de querer

⁶ Optamos por essa forma de referência, por questões éticas.

ajudar as pessoas mais necessitadas (como se a gente também não fosse necessitados), de querer fazer um trabalho mais voltado para o social. Isso sempre me motivou. Aí o Alexandre⁷ veio me comunicar que tinha uma vaga, eu já tinha trabalhado em alguns lugares com meninos de rua e tal; e sempre gostando disso aí eu falei “vou lá também”.

O psicólogo que trabalha na ONG há quatro anos formou-se em 1995, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresenta a psicanálise como seu referencial teórico e participa de um grupo de teatro baseado no psicodrama. Trabalha 20 horas semanais e recebe um salário mensal de 800 reais. Na fala do entrevistado, ao responder a pergunta de quais demandas recebe no cotidiano:

P.1: São meninos que querem resolver problema de briga lá. Eu sou um pouco disciplinário lá [...], eu que dou o cartão amarelo, de advertência, escuto as mães sociais. O meu trabalho ultimamente tem sido visitar as casas-lares para conversar com as mães, para saber da saúde dos meninos. E se o menino tá lá a gente brinca de vez em quando, quando eu termino essa conversa com as mães sociais. Então, é a quarta modificação na minha função e se você falar de identidade... tô perdido.

Já a segunda organização visitada, a ONG B, atua na Regional Norte de Belo Horizonte e funciona como uma casa de abrigamento visando acolher crianças de 0 a 6 anos “em situação de risco pessoal e/ou social, vítimas de violência doméstica (negligência, abandono, exploração e violência psicológica, física e sexual), sob medida de proteção de abrigamento determinada pela Vara da Infância e da Juventude e Conselhos Tutelares” (informação retirada do folder da ONG⁸). A ideia surgiu após os fundadores da ONG, que coordenavam na época três creches, observarem a realidade de crianças expostas à situação de risco dentro de casa.

P.2: Eles começaram a ver a realidade das crianças nas creches. Tinham crianças que estavam desnutridas, por exemplo, iam fim de semana pra casa e perdia todo o peso que ganhou na creche durante a semana. Ou eram crianças mais graves, tinha muito risco de ficar em casa e que precisava de um lugar pra cuidar dessas crianças né?! Surgiu, nasceu assim... desse olhar pra essas crianças.

A psicóloga, que também é fonoaudióloga, foi chamada para fazer uma avaliação psicológica das crianças abrigadas e, assim, permaneceu na ONG, para desenvolver metodologias de intervenção. Uma das frentes de ação é a acolhida, que é o acolhimento de crianças abrigadas (a instituição atende simultaneamente,

⁷ Nome fictício do amigo do psicólogo que indicou o trabalho.

⁸ Optamos por essa forma de referência, por questões éticas.

no máximo dez) encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude e o Conselho Tutelar, em que são oferecidos acompanhamentos pedagógico, médico e psicológico. As crianças frequentam o dia inteiro a creche localizada ao lado da ONG e retornam no final da tarde, para o abrigo. A outra frente é a prevenção, que consiste num acompanhamento preventivo de famílias que são encaminhadas por outras entidades (ONGs, escolas, por exemplo). Atualmente a equipe é formada por uma psicóloga, monitores e agentes visitantes. A instituição possui apoio de fundações, associações e uma instituição religiosa internacional.

A psicóloga formou-se em 2002, na UFMG, tendo também a graduação no curso de fonoaudiologia pelo Instituto Metodista Izabela Hendrix e terminou no ano de 2007 a pós-graduação em psicologia clínica pela Fundação Educacional Antônio Dadalto (FEAD). Ela trabalha 20 horas semanais e recebe um salário de 1.000 reais, concentrando suas atividades na área do acolhimento e tendo como referencial teórico a linha fenomenológica-humanista-existencial.

P.2: Eu avalio as crianças assim que elas chegam [...] então, eu vou avaliar essas crianças pra ver como que elas tão, de que maneira que elas chegaram, que nível de sofrimento elas têm, de que maneiras que elas estão, se precisa de algum encaminhamento pra algum outro tipo de profissional. Penso no tipo de orientação que eu preciso dar tanto pra, pras monitoras que cuidam delas aqui embaixo, como pras educadoras lá na creche.

Em 2000, foi criada a ONG C que atende a um total de 690 crianças e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e/ou social, atuando em quatro lugares diferentes, um em local próprio e os outros três em parceria com uma escola, um projeto social e um centro cultural. Tem como objetivo

promover oportunidades educativas e de desenvolvimento humano através da arte-educação, respeitando os diferentes códigos culturais, ampliando o universo de conhecimento dos jovens, estimulando a sua autonomia e resgatando valores como ética, afeto, solidariedade, auto-estima e sensibilidade. (Informação retirada do folder da ONG).⁹

A ONG oferece oficinas de arte-educação (dança contemporânea e de rua, confecção de instrumentos musicais, música canto, percussão, capoeira angola, artes visuais), cursos pré-profissionalizantes (mecânica cênica, iluminação cênica e cursos de pesquisa em moda e figurino), acompanhamento psicopedagógico

⁹ Optamos por essa forma de referência, por questões éticas.

(acompanhar as oficinas de arte-educação, realizar atendimentos individuais e em grupo, contatar familiares e escolas, e encaminhar a outros profissionais de saúde, quando necessário). É um projeto de estrutura organizacional formalizada, com todos os profissionais remunerados, sem geração de lucro, com financiamento de recursos próprios e com patrocínio de empresa estatal. Estão desenvolvendo um projeto político-educacional, visando integrar os processos de intervenção da ONG. Cada unidade tem um coordenador, um ajudante para serviços gerais e os educadores das oficinas. Cada coordenador da unidade é psicólogo.

P.4: Mas [...] não é pré-requisito para poder coordenar a unidade. Hoje a gente entende que é um perfil, a gente precisa de um perfil de uma pessoa que dê conta de fazer a costura do cotidiano, que dê conta de acolher família, que dê conta de resolver os problemas que acontecem, que dê conta de trabalhar com a formação do grupo de educadores.

Os dois psicólogos entrevistados na ONG cumprem papéis diferentes, a psicóloga P.3 coordena a parte pedagógica do projeto, e o psicólogo P.4 trabalha na supervisão de uma das sedes. A coordenadora P.3 formou-se em 1985, na Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), possui mestrado em Educação pela UFMG, e atualmente faz doutorado na mesma instituição. É coordenadora pedagógica de uma escola, professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e trabalha nessa ONG oito horas semanais, com um salário mensal de 800 reais. O psicólogo P.4 também formou em 2004, na FUMEC e possui pós-graduação em empreendimento e gestão social pela Faculdade Pitágoras. Ele trabalha 30 horas semanais, com um salário mensal de 2.500 reais, tendo como orientação teórica a psicanálise.

Por último, temos a ONG D que é a instituição onde atuo e que foi apresentada no início deste capítulo. Apresentamos o resumo das informações sobre as organizações.

Características	ONG A	ONG B	ONG C	ONG D
Ano de fundação:	1978	2002	2000	2003
Alcance de atuação:	Âmbito local	Âmbito regional	Âmbito regional	Âmbito local
Estrutura organizacional:	Formalizada	Formalizada	Formalizada	Formalizada

Natureza do trabalho:	Trabalho remunerado e voluntário	Trabalho remunerado	Trabalho remunerado	Trabalho remunerado
Orientação lucrativa:	Sem geração de lucro	Sem geração de lucro	Sem geração de lucro	Sem geração de lucro
Natureza da direção:	Direção indicada	Direção indicada	Direção indicada	Direção indicada
Fonte de financiamento:	Órgãos internacionais, fundações e sociedade civil.	Órgãos internacionais, empresas, fundações e associações.	Empresas.	Estado, empresas e sociedade civil.

Quadro 3: Abrangência das organizações cartografadas neste estudo.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de TEODÓSIO, 2002.

Examinando os encontros tanto com os profissionais como com as ONGs, percebemos que, durante o contato com os psicólogos, não houve dificuldade em conseguir as entrevistas, momento importante para conhecer as organizações e o trabalho desses profissionais. Nesse contato, todos se disponibilizaram facilmente e conversas proveitosas surgiram, algumas acontecendo na própria instituição, outras na casa ou nos consultórios dos psicólogos. Realizei entrevistas semiestruturadas, cujos roteiros encontram-se no Apêndice A. Na tentativa de apreender melhor o campo, tentei acompanhar as atividades cotidianas desenvolvidas nas ONGs. Nos lugares em que foi possível estar “para além” das entrevistas, busquei observar as oficinas e rodas de conversas realizadas, a maneira como psicólogos, crianças e adolescentes interagem, o ambiente, a estrutura, os recursos disponíveis para o trabalho, entre outros aspectos objetivos e subjetivos de cada organização.

O acompanhamento *in loco* não foi tão simples e possível, pois deparei com organizações e profissionais mais fechados a essa aproximação. Vale a pena o registro, pois os impasses criaram condições para pensarmos sobre as possibilidades e limites de um fazer cartográfico. A primeira etapa da produção de dados foi as entrevistas, nas quais, desde então, busquei captar os signos e as forças circulantes. Nessa entrada ao campo, surge a dúvida de como detectar essas forças e onde pousar a atenção diante das heterogeneidade de corpos, fatos e elementos. Nessa direção, aproveitamos as ideias de Kastrup (2007) no artigo “O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo”, que nos orienta a desenvolver uma atenção cartográfica que deve ser ao mesmo tempo flutuante, concentrada e aberta aos acontecimentos. Esse movimento possibilita uma mudança “[...] da

qualidade ou da natureza da atenção, que deixa de buscar informações para acolher o que lhe acomete. A atenção não busca algo definitivo, mas torna-se aberta ao encontro”. (KASTRUP, 2007).

Esse modo de produção cartográfico, apesar de valorizar as multiplicidades do campo e da postura do pesquisador, exige uma atitude política cognitiva para investigar os territórios, evitando tanto o objetivismo quanto o subjetivismo. São pontos extremos, mas que carregam e mobilizam em si posições que distanciam o pesquisador da efetiva apreensão dos planos de forças existentes nos territórios investigados.

Por sua vez, adotando uma política construtivista, a atenção do cartógrafo acessa elementos processuais provenientes do território – matérias fluidas, forças tendenciais, linhas em movimento – bem como fragmentos dispersos nos circuitos folheados da memória. Tudo isso entra na composição de cartografias, onde o conhecimento que se produz não resulta da representação de uma realidade pré-existente. Mas também não se trata de uma posição relativista, pautada em interpretações subjetivas, realizadas do ponto de vista do pesquisador. (KASTRUP, 2007).

A proposta de investigar como os psicólogos atuam em ONGs exige um acompanhamento na/da ação, em meio a ela, e os encontros no campo ganham outro lugar, diferente da confirmação de evidências. O pesquisador-cartógrafo não tenta simplesmente explicar e interpretar os dados colhidos e observados no campo; ele considera a pesquisa para além do significado, tem o signo, que é o sentido. Ao ficar somente tentando explicar e compreender racionalmente o funcionamento das coisas, corre-se o risco de cair na reprodução, repetição de algo que já foi dito, estudado e investigado. Representar, interpretar, simbolizar são formas de codificar. E código é tudo que territorializa, que nos aliena e reproduz. Como resistir? Como resistir ao padronizado?

“Um conceito só vale pela vida que lhe é dada.” (GUATTARI, 1992, p.201). O pesquisador e o profissional da psicologia, quando se detêm sobre os conceitos, as explicações e as interpretações de fenômenos, não estão pensando no movimento. Estão pensando ou se refugiando na reflexão “sobre”. Deleuze (1992, p.152) coloca bem essa questão ao criticar a filosofia: “Se ela mesma nada cria, o que poderia fazer, senão refletir sobre? Então reflete sobre o eterno, ou sobre o histórico, mas já não consegue ela própria fazer o movimento.”

Sendo assim, o trabalho da entrevista dentro da proposta da cartografia não é uma simples questão de depoimento em que o pesquisador fica como testemunha dessa prática. Nas conversas, buscam-se os pontos de abertura e ruptura à reflexão, o que interessa são os pontos de intercessão, as metamorfoses que podem surgir dessa conversa, movimentos distantes do simples ato de cruzar e reunir informações.

Como metamorfoses não podem mesmo ser apreendidas por uma dada técnica nem pode haver garantia de fidedignidade à informação que tenta congelar o processo que procura estudar, a intervenção de que trata esta modalidade de pesquisa trabalha no sentido de produzir ou identificar possíveis “analisadores”. (PAULON, 2005).

São analisadores que incidem sobre a subjetividade do pesquisador e produzem efeitos, o desterritorializam, como mencionamos no início deste capítulo. Cartografar não é representar um objeto, logo, o encontro com o campo e a atenção do pesquisador pode vir a ser um importante recurso para um trabalho cartográfico, tendo como interesse o movimento criador proveniente desses encontros, traçando as circunstâncias em que eles se compuseram, as forças e os efeitos que produzem. Nesse processo, consideramos essencial abranger outros recursos, além das entrevistas, que possibilitem a construção do mapa das intervenções clínicas dos psicólogos em ONGs. Constantes idas nas organizações se fazem necessárias, o que exige uma dedicação de tempo e um envolvimento com o campo maior do que as técnicas convencionais de pesquisa.

O que percebi nas aproximações é que o pesquisador-cartógrafo, para capturar o que escapa de conversas e registros, precisa tornar sua presença comum, na tentativa de “ser mais um” naquele espaço e de manter o funcionamento da organização próximo das vivências cotidianas. Nos contatos com o campo, notei que o pesquisador, para chegar ao estado de “presença-ausência”, precisa organizar idas constantes, pois, caso contrário, ocorre uma desarticulação do trabalho cotidiano. Isso porque, na passagem do pesquisador pelas ONGs, apresentações são feitas constantemente, o profissional de psicologia acaba por não atuar preocupado em mostrar e explicar todo o trabalho, as crianças e os adolescentes se mobilizam com sua presença, e, assim, deparei com dificuldades em acompanhar o processo.

Esse movimento pela chegada de um terceiro, de um “estrangeiro”, é natural em todo e qualquer espaço. O que colocamos como dificuldade é a idéia de uma atenção à espreita, que exige uma articulação de tempo e espaço, sendo, na maioria das vezes, difícil, pois o pesquisador, vivenciando as turbulências da vida moderna, está conectado a diversos outros trabalhos e funções. Não iremos abordar essa problemática, mas é certo que a rapidez, a velocidade e a aceleração que dominam o mundo atual trazem efeitos na nossa inserção como pesquisadores e trazem consequências como o acúmulo de tarefas e a produção de urgências. (NEVES; COIMBRA, 2002; COIMBRA; NASCIMENTO, 2007). Essa questão emergiu na pesquisa ao termos que lidar com a disponibilidade efetiva do campo e também do pesquisador para apreender as forças ali presentes. Mas, indo além, podemos pensar que esse movimento de aceleração e urgência provoca efeitos não somente nos modos de fazer pesquisa, mas também nas nossas intervenções (re)produzindo ações e conduzindo práticas descontextualizadas, automáticas e restritas a um único modo de pensar e fazer clínica.

A falta de tempo, a urgência domina tudo e todos, produzindo uma perda da capacidade de potencializar os encontros. As circunstâncias vividas podem trazer uma forte individualização das ações, impedindo outras relações de trabalho, outros sentidos e práticas mais coletivas. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007, p.33).

Durante a produção de dados, ao final das entrevistas, sempre perguntava sobre a possibilidade de voltar para conhecer na prática o trabalho desenvolvido, com o intuito de aproximar da realidade e de capturar os movimentos inerentes do processo de interação com o campo. Não estava interessada na forma como aquela instituição e profissional em específico desenvolvia seu trabalho. Ou seja, não estava preocupada com o trabalho de “X” ou “Y”, com questões pessoais e específicas. A proposta era rastrear como os agenciamentos, as linhas de fuga e as linhas-limite se desenham nas práticas clínicas em um novo campo como o das ONGs, bem como as situações em que as problematizações perdiam sua força, e os lugares estabelecidos eram confortavelmente ocupados.

Em algumas instituições, consegui estar presentes mais de uma vez, houve uma abertura para ver e sentir o trabalho acontecendo, sendo possível interagir com as crianças, os adolescentes, as equipes e conhecer os modos de trabalho dos profissionais *psi*. Em outras, os encontros não foram tão fluidos, abertos,

restringindo-se os encontros às entrevistas. Percebemos, assim, que os modos de operar próprios das ONGs e dos profissionais *psi*, que produzem lugares mais ou menos estáveis, podem ser “perturbados” pelo olhar de um terceiro passível, desestabilizando seu plano de organização ao apontar suas contradições e incongruências, “[...] fazendo emergir a diferença no que é cotidianamente vivido como homogêneo, repetitivo, familiar”. (MARASHIN; PALOMBINI, 2007, p.15).

Em uma conversa por telefone com um dos entrevistados, percebi nele certa preocupação em como iria falar sobre o seu trabalho, perguntava se eu queria que conseguisse materiais institucionais. Enfatizei esses documentos serem bem-vindos, mas que a proposta era de ele dizer sobre o trabalho que realiza na ONG onde atua. Notamos que toda essa parafernália poderia ter a função de defesa, e não problematização acerca do que este, de fato, realiza, foco de indagação e desestabilizações. Na entrevista, ele começa a conversa resgatando esse contato:

P.1: Eu achei interessante que na hora que você me liga e diz que quer que eu fale do meu trabalho, eu paro e vejo que estou pensando nisso há um tempão. E a hora que você me faz essa pergunta, já reforça o que eu estava me perguntando: está na hora de rever isso, o que é o psicólogo social.

Essas composições e decomposições presentes nos territórios nos ajudam a problematizar as condições em que se dão os discursos, práticas dos sujeitos e das instituições. Percebemos que, de algum modo, alguns profissionais se sentiam receosos e inibidos em expor a maneira como pensam e trabalham. Talvez pelo fato de o trabalho nas ONGs estar ainda em construção, ponto de impasses para a própria psicologia e para a formação de psicólogos. Ou será talvez porque a clínica desenvolvida nessas organizações expõe os profissionais mais do que nos consultórios? Ou a cisão ainda presente entre clínica e social e clínica e política, pontuada por Neves e Josephson (2001), Abreu e Coimbra (2005), seja uma constante e um ponto de difícil manutenção em atuações localizadas nessas realidades?

Tais questões sobre a formação e a clínica produzida nos territórios das ONGs são aprofundadas no próximo capítulo, destacando a transdisciplinaridade como força importante para emergir uma clínica rizomática, conectada com a vida, a política e a invenção.

3 RIZOMA, CLÍNICA E TRANSDISCIPLINARIDADE

Na sociedade contemporânea, com o incremento da economia capitalista, das tecnologias e do consumo, caracterizado por uma modulação nas/das formas de acumulação do capital, surgem novos fenômenos sociais que apontam para a necessidade da construção de outros paradigmas e de formas de intervenção diferentes. Vivemos numa sociedade calcada em modelos fluidos de dominação, manipulação subjetiva, segregação e comunicação instantânea, que produzem subjetividades diferentes. Esses processos de subjetivação, associados aos fenômenos da atualidade, possibilitam o surgimento de sintomas e de modos de relacionamento e de comportamento dos indivíduos, até então desconhecidos.

Alguns apontamentos, que serão abordados ao longo deste capítulo, são importantes para pensarmos sobre os recursos que as práticas clínicas possuem para trabalhar a subjetividade, entre eles, destacamos: o fim da dicotomia sujeito/social, subjetividade/objetividade, mundo interno/mundo externo, teoria/prática; a percepção dos aspectos ético-estéticos e políticos das práticas clínicas; e a visão de um sujeito não somente respaldado pela sua interioridade, mas também abarcado em seu processo de variação, em sua processualidade convocada pela exterioridade de forças que atuam sobre ele. Nessa perspectiva, podemos apreender a psicologia “[...] além das formas constituídas e visíveis e nos abrimos à processualidade, isto é, criar dispositivos que sustentam passagens para novos modos de existência”. (BENEVIDES DE BARROS, 1992, p.104).

Essa visão questiona a própria noção de indivíduo, desmontando a ideia ilusória – e mantida por algumas correntes da psicologia – de unidade que o constitui. Guattari e Rolnik (2005) trabalham na perspectiva de produção de subjetividades, desconstruindo a ideia identitária de um eu particular, universal, unificado e individualizado. O conceito de subjetividade apresentado pelos autores mostra a multiplicidade do termo, conservando, de certa maneira, sua centralidade, mas enfatizando sua variação, já que

[...] está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e

opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que se chamaria de singularização. (GUATTARI, ROLNIK, 2005, p.42).

Dessa maneira, o modo indivíduo emerge como produto que se constitui em meio aos planos e linhas que compõem determinado momento histórico, ao mesmo tempo em que essa subjetividade se vê atravessada por vários fluxos e forças, ou seja, também se encontra em composição com o que vem “fora”, agenciando-se com o campo social, incluindo nesse campo as instâncias individuais, coletivas e institucionais. Os agenciamentos são forças, vetores e interconexões que subjetivam o ser humano a partir da rede de relações que estabelece com outros humanos, animais, objetos, instituições, espaços e lugares. Nessa leitura, os agenciamentos são responsáveis por processo de subjetivação. A subjetivação é

[...] o nome que se pode dar aos efeitos da composição e da recomposição de forças, práticas e relações que tentam transformar – ou operam para transformar – o ser humano em variadas formas de sujeito, em seres capazes de tomar a si próprio como sujeitos de suas próprias práticas e das práticas de outros sobre eles. (ROSE, 2001, p.143).

Os agenciamentos funcionam como uma rede de dispositivos, que produzem corpos, comportamentos, falas, presentes em todo lugar, fazendo emergir o inumano, o que produz efeitos e aflora nas relações. Esses dispositivos produzem subjetividades e essa conexão, como aponta Guattari e Rolnik (2005), pode levar a práticas de alienação e/ou de invenção. Na sociedade contemporânea, a produção de subjetividades resulta de conexões de agenciamentos coletivos, englobando os processos sociais, históricos, econômicos, urbanos, ecológicos, midiáticos.

Para pensarmos nessas interconexões, é preciso fazer uma análise trazendo como questão o que Guattari e Rolnik (2005) chamaram, no livro *Micropolítica: cartografias do desejo*, de produção de subjetividade do Capitalismo Mundial Integrado (CMI). As subjetividades capturadas pela ordem capitalística são constituídas por grandes máquinas produtivas de controle social, que fabricam a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Como Guattari e Rolnik nos apontam (2005, p.36) “[...] a produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção”. Nesse sentido, fica claro, portanto, que os efeitos dessa ordem não cessam de alterar as subjetividades, formatando a vida em sua relação com o consumo, com o lazer, a cultura, o corpo social.

Tal processo de modelização da subjetividade produz comportamentos e pensamentos padronizados, serializados e uniformizados. Os modos de comportar, relacionar, pensar e sentir das pessoas passam por um leque de possibilidades que são, na verdade, determinadas e sucumbidas a modos de existência específicos.

[...] quando acreditamos que escolhemos realizar uma das alternativas possíveis, não levamos em consideração o fato destas alternativas terem sido produzidas em nós. Escolhemos entre possíveis já determinados, nos quais o futuro aparece sob a forma de um projeto que venha garantir a melhoria ou a continuidade de uma maneira de ser já estabelecida culturalmente. Optamos sempre em um campo de alternativas já fixadas pelas instituições, pelos meios de comunicação, pelos aparelhos do Estado etc. Decidimos nossa vida dentro dos limites impostos pelas insígnias com as quais nos identificamos. (MACIEL JÚNIOR, 2005, p.54).

Dessa forma, essa produção de subjetividade capitalística tende a assegurar um controle cada vez maior sobre os sistemas de produção e de vida social. Ou seja, todos os focos de singularização da existência são recobertos por uma valorização capitalística, mesmo que, em algumas conexões e em certas circunstâncias, consigam escapar a isso. Mas por que nos submetemos e não resistimos? Guattari e Rolnik (2005, p.51) nos ajudam a pensar:

Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é “a” ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria idéia de vida social organizada. A apropriação da produção de subjetividade pelo CMI esvaziou todo o conhecimento da singularidade.

Como vimos, estamos numa sociedade que parte do pressuposto de uma padronização da subjetividade e do desejo. A sociedade capitalista é uma fábrica de subjetividade serializada, homogeneizadora, produtora de modos específicos de homens e mulheres se apresentarem ao mundo. Em uma época em que as desigualdades econômicas e as injustiças sociais são enormes, é fundamental que possamos realizar uma indagação acerca da nossa relação com a alteridade, o saber e os efeitos de nossas atuações. Ao pensarmos no campo da psicologia, percebemos, então, um de seus grandes desafios: a urgência de produzir práticas clínicas para problematizar as formas de subjetividade e adoecimento psíquico que são produzidas nessa situação, como uma das possibilidades de enfrentamento desse plano de forças.

Nas várias leituras sobre práticas desenvolvidas por psicólogos, sempre aparecem frases como “é preciso inventar, criar, inovar”, mas afinal, a que essas palavras estão se referindo? Sabemos que não se refere a nenhuma nova tecnologia, método ou prática criada recentemente, mas a uma maneira diferente de conceber e de estar no mundo. Mesmo assim, a palavra invenção, sem uma devida contextualização, fica ligada a um plano vago, para não dizer mágico. O que essa palavra convoca? Criar o quê, para quem? Após algumas leituras, percebemos que criar e inventar estão diretamente ligados à palavra resistência, embora seja desses mesmos dispositivos que o capitalismo se alimenta, de forma perversa, pois se nutre da criação para se manter. (ROMAGNOLI, 2006a; MACIEL JÚNIOR; KUPERMAN, 2005).

Nesse sentido, a criação de novas maneiras de ser é inseparável de movimentos de resistência aos diversos mecanismos de repressão e de controle efetuados na atualidade. O ato de criar se torna inseparável de uma experiência subjetiva portadora de formas inéditas de sentir, de afetar e de ser afetado. (MACIEL JÚNIOR; KUPERMAN, 2005, p.8).

A resistência parte de um movimento que se posiciona contra a gerência da subjetividade e a padronização do desejo, questionando radicalmente os modos instituídos e totalizadores, as formas de ser e agir reprodutivas e antiprodutivas, que impedem o processo de singularização. E, dessa maneira, não se reduz à oposição, mas ao engendramento de uma diferença, de uma singularidade.

Numa sociedade cujo modo hegemônico de produção subjetiva não tolera a diferença, exige-se um esforço para emergir processos de singularização. A psicologia, assim como as outras áreas do conhecimento, não está livre dessa massificação que opera para o controle de comportamentos e pensamentos. A preocupação com aspectos técnicos e com padrões de modos de vida conduz, muitas vezes, os psicólogos a escutarem a partir de uma perspectiva moralizante e normatizadora, distante do contexto dessa realidade.

A produção das práticas clínicas passa pelo movimento de inventar em meio aos modelos teórico-técnicos dominantes e às formações existentes que, usualmente, tentam impor uma única forma de pensar e fazer clínica, através da construção de linhas de conexão com os impasses que a realidade coloca ao trabalho do profissional. Cabe ressaltar que esse estudo perpassa pela concepção de clínica como atitude ética-política exercida no/para o social, implicando um

movimento de força de resistência aos modos de subjetivação homogeneizantes que nos atravessam.

Nesse universo, é preciso analisar a relação entre a formação do psicólogo e o que a inserção naquele contexto exige dele. O que temos percebido nas entrevistas é um hiato, uma distância nessa relação. O aparato conhecido, difundido e ensinado nos espaços de formação acadêmica tem se mantido em ideias e pensamentos fixos, rígidos, não acompanhando as intensas mudanças da contemporaneidade que convocam para um pensamento *trans*, nômade, descentrado e heterogêneo. Concentra-se num eixo central e reproduz modelos antigos, sem crítica e sem contextualizar o atual momento em que a psicologia é convocada a atuar. Como relatou uma das psicólogas entrevistadas (P.3) “[...] existe um desconhecimento do campo da psicologia. Da amplitude que é a psicologia.” Qual o resultado? Uma ruptura do território da teoria e da prática, uma separação de espaços que estão permanentemente conectados, mas que insistimos em cindir.

Uma análise crítica das práticas clínicas no mundo contemporâneo, e das ciências humanas como um todo, se faz necessária uma vez que não há como manter a fragmentação e a distância entre as disciplinas, os campos epistemológicos, as teorias e as profissões. A complexidade cada vez mais presente na sociedade, na produção de conhecimento e nas intervenções exige um verdadeiro trabalho de (re)construção da teoria e da prática, do ensino e da pesquisa.

O avanço científico moderno hibridizou e modulou em outros regimes fluidos e, não menos dualistas, as visões idealistas e reducionistas existentes na compreensão das relações e dos modos de vida, marcados pelas clássicas dicotomias entre sujeito/objeto, teoria/prática, natureza/cultura. O conhecimento passou a ser visto como transitório e não absoluto, operando sob a complexidade que faz parte de todo e qualquer objeto de estudo (ROMAGNOLI, no prelo/2009).

A crítica à fragmentação das ciências contemporâneas traz várias discussões epistemológicas acerca da complexidade e dos paradigmas do conhecimento e, nessa perspectiva, temos vários modelos de práticas, como a multidisciplinar, a interdisciplinar e a transdisciplinar. Essas perspectivas apresentam diferenças nos “campos de saber-fazer” e permitem articular com o texto “Rizoma”, de Deleuze e Guattari (1995), em que as ideias utilizadas apresentam semelhanças com as

características das práticas *trans*, em especial, com a noção de transdisciplinaridade e os princípios do rizoma.

Uma análise das categorias *multi*, *inter* e *trans* pode ser realizada, no nosso entender, através da forma de conjugação ou de conexão entre as disciplinas. No encontro entre as disciplinas e os saberes, os fluxos podem caminhar nestas duas direções: operar a favor de uma classificação, de uma reterritorialização ou lançar-se nas forças intensivas. Os fluxos da vida, portanto, podem ora ser modelados em formas, através de sobrecodificações e conjugações, em que assumem certas configurações e determinada lógica, ora agregarem múltiplas forças em processo, não assumindo molde algum, descodificando-se e conectando-se uns aos outros. Esses funcionamentos distintos coexistem na realidade, no rizoma; as formas, os territórios são criados nas forças, e as forças escapam aos territórios, às formas. Tais funcionamentos estão presentes na subjetividade e nas práticas clínicas e distinguem-se pelos efeitos que produzem, efeitos de reprodução e reconhecimento e efeitos produção e de invenção (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Na prática disciplinar, o que se percebe são territórios bem marcados, delimitados, em que não há um fluxo de passagem e trocas de saber, apresentando-se uma segmentaridade rígida, o que mantém a posição hierárquica e centrada das disciplinas. A prática *inter* apresenta uma segmentaridade mais flexível que possibilita um intercâmbio entre as disciplinas, mas que ainda predominam as linhas duras da estratificação ao manter um eixo superior de saberes. Por outro lado, a prática *trans* vem desnaturalizar a visão estratificada dos “campos de saber-poder”, ao reforçar o caráter transitório e múltiplo de cada disciplina.

As práticas *multi* podem ser visualizadas quando há uma justaposição de duas ou mais disciplinas, com objetivos múltiplos e sem correlação e troca de informações entre elas. Vasconcelos (2002, p.113) as define como “[...] gama de campos de saber que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações existentes entre eles”. Nesse caso, cada disciplina possui seu saber específico e apenas faz leituras e intervenções concomitantes acerca da problemática apresentada, sem perder, de forma alguma, seu aparato discursivo, teórico e metodológico. Essa prática remete à imagem de *raiz pivotante*, lembrada por Deleuze e Guattari (1995), a qual se define como raízes subterrâneas, tendo uma raiz principal que se destaca pela sua espessura e seu comprimento maior que o das outras. Essa figura remete à lógica da dicotomia e da fragmentação do

pensamento multidisciplinar, em que o saber se concentra num único eixo de ideias, apontando para uma única forma de pensar, não compreendendo, assim, a multiplicidade.

Isto quer dizer que este pensamento nunca compreendeu a multiplicidade: ele necessita de uma forte unidade principal, unidade que é suposta para chegar a duas, [...] pode-se sem dúvida passar diretamente do Uno a três, quatro ou cinco, mas sempre com a condição de dispor de uma forte unidade principal, a do pivô, que suporta as raízes secundárias. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.13).

As práticas interdisciplinares, por sua vez, promovem mudanças estruturais ao possibilitar um trabalho integrado com campos de saber conexos, gerando reciprocidade e aprendizagem mútua. Há, dessa forma, uma interação e um esforço maior para se usar uma linguagem acessível aos diferentes campos de saber e profissões envolvidas com vistas a alcançar certa reciprocidade acerca da problemática abordada. Apesar da interação participativa, ainda existe uma separação, uma centralização do saber e uma diferença nas relações de poder entre os campos implicados. Nesse caso, “[...] a relação é de conjugação de dois domínios na constituição de um terceiro, que se espera estável, idêntico a si e para o qual se pode definir um objeto próprio. É o caso [...] da interdisciplinaridade.” (BENEVIDES DE BARROS; PASSOS, 2000).

Esse modelo remete à imagem e função da *raiz fasciculada*, uma vez que a unidade subsiste ainda como passada ou por vir. Isto é, ela “[...] não rompe verdadeiramente com o dualismo, com a complementaridade de um sujeito e de um objeto, de uma realidade natural e de uma realidade espiritual [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.14). O sistema fasciculado, mesmo com vários desdobramentos, ainda permanece com um eixo central e o que vemos como efeitos da interdisciplinaridade é a manutenção das fronteiras disciplinares, dos objetos e dos sujeitos desses saberes. O eixo é o axioma comum.

Por último, temos o campo transdisciplinar que possibilitará a articulação com diferentes disciplinas, saberes e práticas. Essa interlocução não passa somente entre as dimensões e os saberes com *status* acadêmico, mas também com os campos das artes, da tecnologia e fortemente com os saberes populares. A prática *trans* subverte o eixo de sustentação dos campos epistemológicos ao entrar com força crítica para desestabilizar e perturbar as divisões dos campos de saber, as

especialidades e as relações de poder. A transdisciplinaridade convoca um fazer-saber, construindo formas de intervenção criativas e inovadoras.

A noção de transdisciplinaridade vai ganhando novos contornos. Não se trata de abandonar o movimento criador de cada disciplina, mas de fabricar intercessores, fazer série, agenciar, interferir. Frente às ficções preestabelecidas, opor o discurso que se faz com os intercessores. Não uma verdade a ser preservada e/ou descoberta, mas que deverá ser criada a cada novo domínio. Os intercessores se fazem, então, em torno dos movimentos, esta é a aliança possível de ser construída quando falamos de transdisciplinaridade, quando falamos de clínica. (BENEVIDES DE BARROS; PASSOS, 2000).

A transdisciplinaridade traz como prática mais do que a abertura a outras disciplinas, uma invenção no limiar das fronteiras disciplinares, produzindo uma nova relação sujeito/objeto e uma zona de indagação coletiva em que a problematização é uma constante. Sem dúvida, essa posição não é tarefa fácil, pois exige um esforço para lidar com toda a complexidade presente no campo social.

Morin (1996, p.274), em *Epistemologia da complexidade* afirma que “[...] se existe um pensamento complexo, este não será um pensamento capaz de abrir todas as portas (como essas chaves que abrem caixas-fortes ou automóveis), mas um pensamento onde estará sempre a dificuldade”. Assim, as dificuldades não devem ser vistas de forma negativa, como problema, elas surgem como forças desestabilizadoras que nos movimentam a conectar com outros saberes, possibilitando desenhar outras linhas, práticas e novos saberes. Forças estas que trazem a dimensão processual e a heterogeneidade de toda a realidade.

Este é o movimento de uma prática *trans*. Uma prática que, segundo as ideias de Deleuze e Guattari (1995), nos convoca a fazer rizoma como experiência do pensar um sistema múltiplo, acentrado e não significante. Pela botânica, rizoma distingue-se absolutamente de raízes e radículas, possuindo formas muito diversas, em todos os sentidos e sem linhas hierárquicas. No livro *Mil Platôs 1*, Deleuze e Guattari (1995) apresentam os princípios do rizoma e estes nos ajudam a pensar nas características do pensamento transdisciplinar.

3.1 Os princípios do rizoma e as disciplinas

Os três primeiros princípios, conexão, heterogeneidade e multiplicidade, remetem o conhecimento como criado a partir de conexões simultâneas com diferentes sujeitos, olhares, saberes e intervenções, deixando que a multiplicidade se faça. Assim como um rizoma não se fixa a um ponto ou posições, o conhecimento não pode se restringir a uma ordem disciplinar.

O pensamento transdisciplinar é um sistema aberto em que linhas de forças constituem uma rede a partir do efeito desestabilizador causado pelo encontro entre os diferentes saberes. Nesse sentido, ele possui um funcionamento rizomático. O rizoma corresponde a uma rede móvel de caules, fluxos, redemoinhos e turbulências, de limites internos e externos difusos, em que se pode entrar e sair de qualquer ponto, que pode ser percorrida em diversas direções e que é reinventada em cada viagem e por quem a percorre. Nele cada ponto conecta-se com outro. Ele é feito de direções flutuantes, sem início nem fim, mas apenas o meio onde cresce e transborda, sem remeter a uma unidade. Dessa forma, “[...] um método do tipo rizoma é obrigado a analisar a linguagem efetuando um descentramento sobre outras dimensões e outros registros. Uma língua não se fecha sobre si mesma senão em uma função de impotência.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.16).

O quarto princípio, o da ruptura a-significante, oposto a uma estrutura, aponta que o rizoma é feito de linhas: linhas de segmentariedade, de estratificação e linhas de fuga ou de desterritorialização. O rizoma é em si uma superfície aberta a conexões a-significantes e ativas e, nesse sentido, vai contra a ideia de um plano de organização de disciplinas separadas, cada uma com seu objeto, sua lógica e sua luta pelo poder.

Todo rizoma compreende linhas de segmentariedade segundo as quais é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de remeter uma às outras. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.18).

No campo transdisciplinar, os fluxos se encontram desterritorializados e caminham a favor da vida, compondo uma linha de fuga, como foi antes colocado. E

vida é a busca por conexões que possibilitem a invenção, ou seja, criar novas formas, problematizar, desnaturalizar as instâncias de saber-poder que estão fixas, duras, imutáveis. Assim deve ser também o pensamento, construído a partir do encontro, de um processo de ir e vir, de territorializar e desterritorializar, permanecer e transformar.

Em uma das ONGs visitadas nesta pesquisa, participei de uma roda de conversa em que as crianças, os adolescentes e os educadores se reuniam antes do início das oficinas. “Essa roda é vamos dizer assim, é um dos pilares do C¹⁰. É nessa roda que a gente tenta trocar ideias com os meninos, promover o protagonismo, falar deles, do desejo deles, né? Reconhecê-los, dar bom dia...”. (P.4). No dia em que eu estava presente, o grupo discutia sobre a apresentação de dança que fariam no próximo final de semana, numa conhecida casa de espetáculos de Belo Horizonte. Conversaram sobre o horário de chegada e saída, as famílias convidadas, os motivos de algumas crianças e adolescentes não participarem da apresentação, entre outros combinados. Na roda, naquele momento, não era possível identificar quem era educador de oficina, monitor, psicólogo ou pedagogo, todos conduziam o grupo a fim de construírem propostas, decisões e ações junto a meninos e meninas. As formas classificatórias estáveis diluíram-se nas forças instáveis do vir a ser. Nessa construção coletiva, os encontros levaram o grupo ao movimento constante de construir, desconstruir, conversar, repensar, criando, assim, o novo, a arte e o espetáculo.

Como Deleuze e Guattari (1995) apontam, os encontros podem potencializar ou minar, isto é, seguir as potências criadoras ou os poderes de domesticação. Um pensamento rizomático não vai sempre em direção à autonomia, percorre-se também por estratos de alienação e reprodução. Da mesma forma, o estrato não é de todo endurecido, é um fluxo conjugado homogeneamente e que pode entrar num processo de desterritorialização. Nesse caminho, a questão é “[...] menos a da entrada na alienação, que é muito geral, mas sim a dos procedimentos, das condições de possibilidade para se extrair da alienação”. (COELHO JUNIOR; BENEVIDES DE BARROS; ROLNIK, 1993, p.12). Uma das psicólogas entrevistadas trouxe para discussão como a psicologia, ou “as psicologias”, como é mencionada

¹⁰ Refere-se ao nome da organização.

por ela, pode percorrer em direção às forças apontadas anteriormente (potencializadoras e opressoras).

P.3: Porque eu vejo tanto psicólogo rígido, tanto psicólogo que estigmatiza, tanto psicólogo que não escuta e que não enxerga, tanto psicólogo que não dá conta de fazer uma avaliação da realidade. Usa instrumentos, mas que não dá conta dele, de enxergar além do que os instrumentos estão falando, né?!

Trabalhar numa perspectiva disciplinar é participar de uma organização estratificada e fechada de mundo. É constituir um organismo dividido nas suas especialidades, determinado por suas funções e seus territórios. Essa dicotomização dos saberes pode ser ilustrada na fala de um psicólogo entrevistado que coloca uma cisão da área da psicologia clínica *versus* social:

P.1: Está na hora de rever isso, o que é o psicólogo social. Não é nem rever, é ver! Porque eu entrei lá como clínico e fui sendo arrancado do social, ou melhor, do clínico para se tornar social. E eu não me dei o trabalho de perguntar “o que é o psicólogo social?”. E essa transformação foi me engolindo. O psicólogo clínico, de vez em quando, aparece lá quando uma mãe social me procura para conversar, “preciso de falar isso e isso que aconteceu comigo”. “Tá! Vem cá, senta aqui comigo, o que foi?”. O psicólogo clínico lá de vez em quando ele se naufraga, ele se afoga.

Nessa perspectiva, bloqueiam-se os fluxos, trocas entre as disciplinas (e dentro da própria psicologia como a entrevista mostrou), que permanecem fixadas num campo de saber. Os profissionais atuam fatiando os saberes e impossibilitam o diálogo com uma razão mais aberta e não fragmentada.

Problematizar os limites de cada disciplina é argüi-la em seus pontos de congelamento e universalidade. Tratar-se-ia, nesta perspectiva transdisciplinar, de nomadizar as fronteiras, torná-las instáveis. Caotizar os campos, desestabilizando-os ao ponto de fazer deles planos de criação de outros objetos-sujeitos, é a aposta transdisciplinar. (BENEVIDES DE BARROS; PASSOS, 2000).

Por que é tão difícil fazer rizoma? Como não cair nos velhos procedimentos? Como não permanecer nos estratos conhecidos? Por que não possibilitar essas trocas e esses novos arranjos? É preciso ver com os olhos do outro, andar com a tecnologia, sentir com a pele da comunidade, pensar com o cérebro da filosofia, dos afetos, da ciência, da arte. Ou seja, produzir no encontro com outros saberes, no *entre* das disciplinas. E esse *entre* das

[...] coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.37).

Fazer agenciamentos que conduzam a desterritorialização e faça emergir o rizoma, este é o desafio. E esse processo não passa somente por trocas de informações e comandos, mas sim por uma intercessão, por forças e movimentos que surgem no encontro dos saberes. Nesse encontro, está a possibilidade de construir redes de intensidades, de produzir um corpo pleno de saberes, de vida e de potência. “A árvore é filiação, mas rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo ‘ser’, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.37).

Essa necessidade se torna urgente quando nos deparamos com um ambiente heterogêneo e diversificado como as ONGs, em que se encontram vários saberes atuantes, remetendo sempre à complexidade, à dificuldade de redução e classificação somente a uma disciplina. Nesse sentido, o desafio de uma prática transdisciplinar é a necessidade de uma indagação constante, de se perguntar e questionar sempre. Na conversa com um psicólogo, ele diz sobre sua prática:

P.1: Eu já tenho pensado, eu já venho pensando isso há quatro anos: “o que eu estou fazendo ali?”. Eu estou em constante construção e ao mesmo tempo estou sendo desconstruído lá dentro¹¹. E minha vida é assim, o que é que está construído aí? O que é estável? Nada é estável. Um cliente meu falou uma coisa superinteressante: “Ô P.1 o nosso cabelo cai, a gente tá ficando velho, pêlo da gente fica na cama de manhã e a gente só acredita que o pensamento não muda?”. Que bacana que o cara falou! Isso deu pano pra manga aqui dentro de mim, a gente tá em constante mudança.

Ao desenvolvermos um trabalho em psicologia, temos que pensar se as ações estão proporcionando a autonomia, a criatividade dos sujeitos envolvidos ou se estamos reproduzindo modelos instituídos de segregação, assistencialismo e assujeitamento. Estamos trabalhando para proporcionar a eles uma visão crítica de sua realidade e das suas ações? Quais os desejos que estão envolvidos na minha prática? Essas práticas contribuem para o desvelamento de linhas de fuga?

As perguntas possibilitam deslocarmos do território habitual, estremecendo nossas certezas, desestabilizando velhos esquemas. É nessa “fragilidade” que

¹¹ Refere-se à organização em que trabalha.

conseguimos criar algo novo. O pensamento *trans* dá trabalho porque exige uma intensificação do fluxo do pensamento, torna-se um exercício em que não descansamos nunca. Sendo assim, ao apresentarmos as possibilidades de práticas (*multi*, *inter* e *trans*), sabemos que esses modos de intervir podem caminhar em diferentes direções, dependendo das aberturas, das conexões e das indagações que os profissionais estabelecem com os devires, a cada momento. Os caminhos percorridos não ocorrem por etapas em que o pensamento vai avançando do *multi* ao *inter* até chegar ao destino final, o pensamento *trans*. A relação entre os diferentes tipos de prática não é linear e tampouco evolutiva. Muito pelo contrário, este é um processo complexo, de idas e vindas, composto por múltiplas direções e linhas, em que as práticas se diferenciam pelos movimentos, os agenciamentos e as inquietudes que levam à problematização dos territórios, a configurações dinâmicas e transitórias.

O quinto e sexto princípios, da cartografia e da decalcomania, contribuem para pensarmos na conexão dos campos, na constituição de um sistema aberto em que é possível se ligar simultaneamente a diversos saberes, corpos, lugares, sujeitos e objetos. Essa conexão é desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. “Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas [...]. Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ‘ao mesmo’.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.22).

O rizoma é a cartografia, o mapa das multiplicidades. A multiplicidade se lança no encontro com os corpos, se entrega à relação, já o *uno* remete a uma unidade, um corpo imóvel sempre idêntico a si mesmo, associando a ideia da raiz pivotante à prática multidisciplinar. A noção de árvore e raiz retratada aqui como as práticas *multi* e interdisciplinares trazem a concepção de um pensamento que não pára de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou de segmento.

[...] mesmo quando se acredita atingir uma multiplicidade, pode acontecer que esta multiplicidade seja falsa – o que chamamos de radícula – porque sua apresentação ou seu enunciado de aparência não hierárquica não admitem de fato senão uma solução totalmente hierárquica [...]. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.27).

O pensamento transdisciplinar está aberto às multiplicidades, rompendo com a hierarquia, com o modelo de árvore-raiz. Nenhum saber é mais difícil, complexo ou amplo que o outro. O sistema rizomático, assim como o pensamento transdisciplinar, é uma micropolítica, uma prática, que passa por uma experimentação, um exercício inevitável de tentar sair do funcionalismo, da territorialidade, do segmento e abrir-se para o novo, para a expansão e a vida.

Mas como emergir uma prática-rizoma que se ancora em uma disciplina? Alguns apontamentos são importantes para pensarmos nessa questão. Uma disciplina não deve somente buscar um objeto de estudo definido, ela tem que ser vista como um agenciamento, sempre ligado e conectado a outros múltiplos agenciamentos. Na conversa com uma psicóloga, ela nos mostra o risco de ficarmos fechados e endurecidos a uma visão tecnicista e compartimentada da psicologia:

P.3: Tem algumas pessoas que falam assim: “Você é psicóloga mesmo?”. Eu falo assim: “Eu sou, apesar de eu não falar de subjetividade, apesar de não falar de desejo, né?”. Porque essas palavras, elas tão na nossa boca, não é? Mas eu não falo delas, mas eu trabalho com elas o tempo todo, né? Só que como eu tô ali, no, no, com, trabalhando com as pessoas que também não são da área, então eu acho que eu tenho, eu pratico esse exercício, de falar dos conceitos sem precisar de falar do nome dele, né?

A partir das ideias de Deleuze e Guattari (1995), podemos afirmar que o mais importante não é o que cada disciplina quer dizer, significado ou significante, mas sim como funciona, com quais linhas de forças se conecta e faz convergir com outros rizomas. Importa-se poder cartografar as circunstâncias com que elas se compuseram, as forças que se atravessam e os efeitos que estão promovendo.

A não separação das disciplinas em áreas ou em polarizações antagônicas assinala a perda do plano de organização de cada teoria, segmento, territorialização a partir da desestabilização das “certezas” de cada disciplina. É preciso buscar a relação de intercessão com outros saberes/poderes/disciplinas. É aí que a invenção acontece, e o rizoma emerge. Nesse sentido, o importante é a relação que os campos de saber estabelecem entre si. É isso que Deleuze (1992, p.154) defende, através de um agenciamento de áreas diferentes, para se chegar à criação:

O que me interessa são as relações entre as artes, a ciência e a filosofia. Não há nenhum privilégio de uma destas disciplinas em relação a outra. Cada uma delas é criadora. O verdadeiro objeto da ciência é criar funções, o verdadeiro objeto da arte é criar agregados sensíveis e o objeto da filosofia, criar conceitos.

Essa afirmação ajuda a refletir que o pensamento transdisciplinar não significa anular as diferenças e a especificidade de cada disciplina. Numa entrevista, a psicóloga relata essa diversidade, valorizando e promovendo o encontro entre diferentes saberes:

P.3: [...] entender que ali a gente tava um conjunto de pessoas com conhecimentos dos mais diversos. Então temos ali administrador, tem bailarino, tem artista plástico, tem pedagogo, tem capoeirista, tem psicólogo, tem gente com formação absolutamente nenhuma, mas que tava todo mundo prum trabalho de educação e cada um lançando mão do seu conhecimento. Então, a princípio, todos nós somos educadores mesmo que tenhamos formações diferenciadas.

A diferença de saberes existe, mas interessa é a ressonância entre eles. Deleuze (1992, p.154) coloca esta questão: “Como é possível, sobre linhas completamente diferentes, com ritmos e movimentos de produção inteiramente diversos – como é possível que um conceito, um agregado e uma função se encontrem?”. A questão se passa pelos intercessores. Os saberes diferenciados estão aí, mas existe uma relação intrínseca entre eles. A criação ocorre quando deixamos de pensar em troca e a relação passa a ser por intercessão, dom ou captura. Intercessão no sentido de provocar uma desterritorialização nos campos de saber conectados.

[...] o caso da transdisciplinaridade, a relação que se estabelece entre os termos que se intercedem é de interferência, de intervenção através do atravessamento desestabilizador de um domínio qualquer (disciplinar, conceitual, artístico, sócio-político, etc.) sobre outro. Na interdisciplinaridade, portanto, temos a gênese de uma nova identidade, enquanto na transdisciplinaridade temos um processo de diferenciação que não tende à estabilidade. (BENEVIDES DE BARROS; PASSOS, 2000).

3.2 Psicologia e os desafios de uma prática transdisciplinar

As ONGs como um campo relativamente novo de atuação do psicólogo traz questões que outras áreas da psicologia já vivenciaram, como as áreas organizacional, escolar, hospitalar, jurídica, entre outras. A pergunta dirigida é: qual o papel do psicólogo nesse espaço? Podemos perceber esse movimento nos plenários e livros lançados pelo Conselho Federal de Psicologia, junto aos

Conselhos Regionais, na década de 1980 e início de 1990, questionando as funções, a formação, o alcance e os limites da profissão. Nos livros *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços* (1992) e *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação* (1994), são apresentadas discussões relativas aos modos de atuação dos psicólogos gerados ao longo das três décadas de profissão, em que as áreas clássicas, clínica, escolar, organizacional e social (comunitária, jurídica e esporte) suscitavam questões sobre onde, como e com quem os psicólogos atuam.

No que diz respeito aos fazeres em psicologia social, os pesquisadores apresentaram uma divisão das práticas sociais em: convencionais, em consolidação e emergentes. A primeira está relacionada a ensino, pesquisa, extensão universitária e a dinâmica de grupos, organizações e instituições; as práticas em consolidação são consideradas as de psicologia comunitária e as de saúde pública e coletiva; e, por último, as práticas emergentes, relacionadas a psicologia ambiental, trabalho e saúde e a práticas psicossociais com os movimentos sociais, as mulheres, os meninos de rua e a terceira idade. (FRANCISCO; KLOMFAHS; ROCHA, 1992). Nessa área emergente, foi mencionada a perspectiva de trabalho nas ONGs que hoje se constitui como importante e expressivo campo de atuação dos psicólogos.

Outra prática que se abre para os psicólogos encontra-se nas Organizações Não-Governamentais (ONGs). As ONGs estão se constituindo em um mercado de trabalho significativo para cientistas das áreas humanas e sociais. [...]. Como as ONGs parecem estar ampliando suas conexões com entidades internacionais e partindo para a negociação de projetos, pode-se prever que se constituirão em um mercado de trabalho significativo para os psicólogos nos anos 90. (BONFIM; FREITAS; CAMPOS, 1992, p.138).

Desde a década de 1990 até hoje, as ONGs vêm se consolidando como um local de trabalho para os psicólogos. Na possibilidade de atuar em um mercado que se abre deste objeto construído, “o social”, é preciso investigar as linhas de forças que se desenham no encontro entre os profissionais *psi* e o público atendido. Em sua maioria, esses profissionais se apresentam como psicólogos sociais. Logo, como estes desenvolvem uma prática clínica? E que clínica será esta?

Em nosso campo, observamos certa desorientação convocada pela realidade de trabalho nas ONGs, que dificulta a articulação do exercício profissional a um setor da própria psicologia:

P.1: A minha identidade está perdida. Eu sou o quê? Um psicólogo social? Não sei se sou... no meu modo de ver é muito capenga.

Cartógrafa: Por quê?

P.1: É por isso, por não ter algo definido, por é... por não... por estar fazendo papéis avulsos, entende? Por exemplo, o João¹² agora me pediu para eu acompanhar a saúde dos meninos... não sei se isso é papel de psicólogo social [...].

Ao pensarmos no campo da psicologia, e trazendo como exemplo a colocação anterior, percebemos ainda a manutenção das fronteiras disciplinares, dos objetos e dos sujeitos desses saberes. A busca pela definição de um campo epistemológico e de seu objeto demonstra a existência da lógica pivotante e tradicional das ciências em que se espera do campo uma identidade/unidade que reflita aquela de seu objeto.

Mas é exatamente a estabilidade desta relação que, contemporaneamente, criticamos. Podemos chamar esta atitude crítica de transdisciplinaridade, já que os limites entre as disciplinas é perturbado quando se coloca em questão as identidades do sujeito que conhece e do objeto conhecido. A noção de transdisciplinaridade subverte o eixo de sustentação dos campos epistemológicos, graças ao efeito de desestabilização tanto da dicotomia sujeito/objeto quanto da unidade das disciplinas e dos especialismos. (BENEVIDES DE BARROS; PASSOS, 2000).

No nosso entender, a psicologia contemporânea tem que se lançar no *trans*, isto é, atuar numa perspectiva transdisciplinar, inventiva e rizomática, articulando com diferentes disciplinas, saberes e práticas. Esses saberes conectados devem formar rizomas, cujo caminho e/ou teoria escolhida favoreçam a passagem de intensidades que, no encontro com a alteridade (corpo, saber, contexto), se transforme em expressão, em canais de efetuação.

Nesse raciocínio, podemos dizer que, de acordo com Rolnik (1989a), não existe um método ou prática exata a ser seguida, não há mais objeto e sujeito. Têm-se processos de objetivação e subjetivação. Existem direções a serem seguidas que vão ao encontro à extinção das dicotomias entre individual/coletivo, consciente/inconsciente, clínica/política. O que conta nessa travessia rumo a diferentes mundos são todos os espaços nos quais possa vir a se fazer rizoma. Segundo Deleuze e Parnet (1998, p.119), “[...] todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas”.

¹² Nome fictício dado ao coordenador da ONG.

No cenário atual, a psicologia, assim como os outros campos de saberes, busca atualizar-se diante de configurações e exigências da sociedade globalizada, pautada na supremacia do mercado, competitividade e produtividade. Com certeza, a psicologia provocada pelos impasses da contemporaneidade exige uma mudança nos “campos de saber-fazer”, apontando para a invenção de práticas clínicas. Mas, afinal, o que são essas práticas clínicas?

Como apontamos no início deste capítulo, acreditamos que as práticas clínicas não se referem à criação de uma técnica ou um método, mas a uma maneira diferente de apreendermos os indivíduos e as relações estabelecidas com o mundo. Tais práticas referem-se à possibilidade de pensar o campo da psicologia no que apresenta de potência para criar e recriar a cada instante, articulando com outras ideias e diferentes formas de intervenção. Isso porque somente a invenção no campo social não garante novas práticas. A flexibilidade, enfatizada para o trabalho clínico atual,

[...] pode ser uma flexibilidade distante de uma verdadeira inventividade, mas próxima do atendimento das demandas de um mercado mundializado. Vale repetir que as mudanças na atuação clínica que atualmente presenciamos não são por si só garantias de avanços reais. (FERREIRA NETO, 2003, p.55).

A criação é a potência da vida emergindo como força política desejante, possibilitando a formação de uma subjetividade nômade, descentrada e dialógica. É preciso resistir aos movimentos de modulações da subjetividade. E a resistência passa por invenções individuais e coletivas, num processo que Guattari e Rolnik (2005, p.16) descrevem: “[...] desinvestem-se as linhas de montagem da subjetividade, investem-se outras linhas; ou seja, inventam-se outros mundos”.

Sabemos que as intervenções desenvolvidas por trabalhadores sociais (no caso específico desta pesquisa, os psicólogos em ONGs) operam e produzem processos de subjetivação a partir de suas práticas cotidianas. Vale ressaltar que essas intervenções estão ora ligadas aos poderes estabelecidos, provocando subjetivações serializadas e homogeneizadoras, ora ligadas às práticas de liberdade mediante a não aposta nas formas instituídas. Como Guattari e Rolnik (2005, p.37) apontam:

Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar.

Nesse sentido, ao pensarmos em práticas clínicas, estamos nos referindo não somente às práticas já existentes, mas sobretudo à criação de estratégias para a constituição de outros territórios, outros espaços de vida e de afeto, uma busca de alternativas a essas formas determinantes de saber-poder. Como nos diz a entrevistada P.3: “[...] porque eu acho que a gente tem que voltar para a prática da gente, refletir pra prática da gente. Buscar outros caminhos pra resolver problema, não é abandonar problema, é enfrentar problema.” Os trabalhadores sociais, aqueles que se interessam pelo discurso do outro, devem mobilizar a vontade e ter coragem de expressar a favor da invenção. O trabalho do psicólogo passa por uma micropolítica, por formas de fazer e pensar no cotidiano que possibilitem modos de subjetivação que singulariza.

A garantia de uma micropolítica processual só pode – e deve – ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção de modos de referência, de modos de práxis. Invenção que permita elucidar um campo de subjetivação e, ao mesmo tempo, tanto em seu interior como em suas relações com o exterior. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.38).

Daí a exigência de um olhar crítico sobre as práticas e os saberes dos psicólogos. O profissional que se diz conectado com o mundo, o humano e a vida precisa de um olhar clínico sobre o seu fazer, ou seja, estar aberto à mudança e ao novo. No entanto, ao pensarmos na clínica e nas exigências de rever esse campo, não estamos refletindo sobre a transformação como evolução, mas como devir, como possibilidade de mudar, criar algo diferente, não universal. Rogério Haesbaert é um geógrafo que trabalha a ideia de território em Deleuze e Guattari como processo, como um permanente “tornar-se” e “desfazer-se”.

É, no mínimo, curioso como, num pensamento centrado no movimento, nas conexões, a dimensão geográfica, e não a histórica, emerge com tamanha força. Trata-se, por certo, da valorização das simultaneidades, dos devires e de um tipo específico de conexão o do “rizoma”, ou seja, muito mais os contextos e interações do que as filiações e as sucessões. (HAESBAERT, 2006, p.111).

3.3 Clínica rizomática

A clínica, seguindo o modelo rizomático, é conectiva, não centrada, expansiva e não totalizadora. Não é possível permanecer com o modelo de clínica tradicional, focado apenas no indivíduo-relações parentais, nos traumas e triangulações infantis ou qualquer outra problemática que centre-se nas questões individuais e em leituras somente a partir da interioridade, desconsiderando os aspectos políticos, éticos, econômicos, semióticos, entre outros. Não podemos entender a clínica tradicional exclusivamente como prática intersubjetiva, como o único caminho de trabalhar e produzir subjetividades. É preciso redimensionar o lugar do *psi* no campo social, utilizando recursos que não sejam restritos e exclusivos da clínica psicológica e que possam produzir efeitos clínicos capazes de atuar na subjetividade, tanto em prol da serialização quanto da invenção de novos modos de existência.

A intervenção clínica pode deixar de vir a ser alargamento de sentidos que vai se fazendo mediante a desobstaculização das forças transformadoras presentes em qualquer forma de existência. Pode, ainda, deixar de vir a ser a possibilidade de pensar-se comprometida com a crítica, instrumentalizada, portanto, por um modo de escutar que propicia a criação e potencializa a transformação do cotidiano através da desarticulação das totalizações nele instituídas e da emergência de suas multiplicidades. (FONSECA; KIRST, 2004).

Como colocado anteriormente, nas entrevistas percebemos uma associação ainda muito forte de clínica como mera área de atuação, restrita ao espaço físico dos consultórios e entendida como prática liberal, privada e individualizante. Os psicólogos sociais sabem que a relação estabelecida não é de paciente *versus* terapeuta, mas muitos ainda acreditam que, somente através dessa relação, se faz clínica. Essa visão restrita é constituída nos espaços de formação, a começar pelos cursos de graduação, que caminham na busca de uma identidade profissional fixa e na afirmação do que já existe, reforçando práticas descontextualizadas, como nos aponta Romagnoli (2006b). Um dos entrevistados mostra o dilema desse enraizamento das concepções clássicas de fazer clínica:

P.3: [...] tem também o *setting* assim... existe a minha sala, mas é uma sala mais de coordenação do que de um consultório. Eu, eu, vamos dizer assim, eu não abri mão de um local de atendimento, mesmo que eu não fosse fazer esse atendimento constante eu ia ter ali um local onde eles iam

reconhecer que era um local de fala. Ali é pra falar. [...] como eu tô num clube¹³ e é muito arborizado, então eu converso aonde eu quiser. Eu prefiro numa sala geralmente, por questão até da formação e tal, mas eu vou com eles pra onde eu achar que vale a pena...

Muito se tem discutido sobre a necessidade de ampliação da clínica, uma outra clínica, rizomática, intensa. Essa dimensão nada tem a ver com espaços, número de pessoas atendidas ou se a prática é grupal ou individual. A transformação de concepção se passa pela visão híbrida e transdisciplinar da clínica, uma vez que não se restringe a um campo disciplinar e “[...] se apresenta como uma experiência do entre-dois que não pode realizar-se senão neste plano em que os domínios do eu e do outro, de si e do mundo, do clínico e do não-clínico se transversalizam”. (BENEVIDES DE BARROS; PASSOS, 2004, p. 279).

A clínica desenvolvida em ONGs aposta em um exercício como prática política, como força de conexão com os devires que percorrem o campo social. E para isso não é preciso grandes ações e intervenções, a diferença está nos modos como tais ações são operadas (abertas a novos saberes, agenciamentos), na escuta e no olhar sensível ao novo e diferente. “Sua escuta e seu olhar não procuram mais aquilo que se repete, mas exatamente o que escapa, o que difere e transborda. Não há aqui um conhecimento *a priori*, porém se busca um movimento de se lançar no intempestivo de cada intervenção”. (COSTA; MOEHLECKE; FONSECA, 2004, p.303).

Essa visão ampla da clínica é ainda difícil de ser compreendida, pois muitos psicólogos se fecham para um trabalho clínico possível. Tive a oportunidade como estagiária de acompanhar a implantação do espaço de atenção psicossocial da ONG onde atuo, hoje o NAPS. Encontramos dificuldades para garantir que esse espaço fosse constituído. Os psicólogos da ONG, até então, atuavam em duas frentes de ações: articulação comunitária (mobilização e diálogo com as lideranças, projetos e associações da comunidade) e intervenção (atendimento direto aos adolescentes através de oficinas). O projeto de criar um espaço de acolhimento e acompanhamento psicossocial que poderia incluir atendimentos individuais não foi bem recebido e, inclusive, foi criticado pelos psicólogos que se apresentavam como comunitários e sociais. Estes diziam que ali não era um lugar para se fazer clínica, assim eu ouvia “Não podemos transformar aqui numa clínica social, não é essa a

¹³ A ONG onde esse psicólogo trabalha funciona num clube.

nossa proposta”. Podemos pensar, a partir desse exemplo, que existe um “preconceito aos avessos”, aparecendo não do pessoal da clínica, como pode aparecer no campo, mas do pessoal da área social. Este é o plano de organização impossibilitando o *trans* na própria psicologia. Como reforça Souza (2004, p.22), “No seio desse panorama, destacam-se ainda as oposições sempre presentes no terreno da Psicologia Social, pois ora prevalece uma psicologia social com tendências psicologizantes, ora uma psicologia social com tendências socializantes”.

Mas por que falar de clínica num contexto social inibe, assusta alguns profissionais *psi*? Que desestabilização é criada, que não pode ser sustentada? Encontramos profissionais endurecidos na concepção de clínica como área de atendimento exclusivamente individual, não (re)conhecendo sua dimensão coletiva e política, embora esse tipo de atendimento também tenha sua importância e aplicação. Nesse breve retrato, presenciamos o perpetuamento da cisão entre clínica e social, como se a clínica fosse um território para tratar das questões subjetivas e psicológicas, e o social para tratar do coletivo, das articulações macrossociais e políticas. Essa problemática aponta para a fixação de lugares instituídos de saber-poder e de especialismos, no qual predominam

[...] as linhas duras da estratificação que recortam práticas e indivíduos por oposição binária, ou seja, que os conecta a identidades definidas por especialismos técnico-científicos, característicos da sociedade capitalista, e a oposições do tipo teoria/prática, sujeito/objeto. (NEVES; JOSEPHSON, 2001, p.100).

Este é um problema complexo e, como Morin (1996) aponta, remete à nossa dificuldade de lidar com um fenômeno histórico e cultural no qual nos encontramos. Dificuldade esta baseada no aprendizado de pensar separando, conhecer por disjunção. Nosso pensamento desde os anos escolares até a universidade e nas especializações se configura pelas divisões entre as matérias e os saberes. O movimento transformador de pensar a partir da relação e das conexões perde força, e instaura, assim, os especialismos e as separações absolutas entre os saberes (e até dentro deles, como no caso da psicologia). Nas palavras do autor:

Aprendemos muito bem a separar. Separamos um objeto de seu ambiente, isolamos um objeto em relação ao observador que o observa. Nosso pensamento é disjuntivo e, além disso, redutor: buscamos a explicação de um todo através da constituição de suas partes. Queremos eliminar o problema da complexidade. Este é um obstáculo profundo, pois obedece à

fixação a uma forma de pensamento que se impõe em nossa mente desde a infância, que se desenvolve na escola, universidade e se incrusta na especialização; e o mundo dos *experts* e dos especialistas maneja cada vez mais nossas sociedades. (MORIN, 1996, p.275).

Os objetos de estudo, os métodos e as teorias são, então, definidos, e os profissionais da área se enclausuram defensivamente nesse saber, evitando trocas e interferências de práticas e conhecimentos vizinhos. O que temos percebido no trabalho dos psicólogos em ONGs é que o diálogo com outros saberes e práticas estão presentes, mas com a condição de que não provoque interferências e tampouco desestabilize as certezas já construídas. Abrindo uma linha que escape a essa postura dominante Benevides de Barros (1993, p.52), nos convida “[...] não a filiações, mas a ‘derivadas’”. Algo que possa nos fortalecer no enfrentamento contra os movimentos homogeneizantes que as ‘escolas’ insistem em fazer.”

Trabalhar nessa perspectiva *trans*, como mencionamos neste capítulo, é um exercício árduo, exaustivo, posto que exige uma tolerância para a desordem, para o diferente, o desconhecido. Além disso, acrescentando às contribuições de Morin (1996), para os paradigmas que dominam as nossas formas de pensar, e insistem nas simplificações, temos de nos deparar ainda com o fato de não gostarmos de indagações, mas sim de certezas, o que nos remete a um funcionamento de raiz pivotante.

Trabalhar com a incerteza, com um pensamento complexo e não completo, sempre provisório e circunstancial, talvez seja o ponto de partida para uma revolução molecular, micropolítica na concepção de clínica. Sendo assim, apontamos dois aspectos importantes que contribuem para a visão restrita de clínica como prática liberal, privada e individualizante. O primeiro refere-se à formação da psicologia dada pelas instituições de ensino e professores, que são os formadores de saber e, muitas vezes, se encontram distantes da realidade viva e dinâmica da prática, das organizações e do mercado de trabalho. Nas instituições de ensino, ainda prevalece essa concepção reducionista de clínica, que obviamente é reproduzida nas práticas desenvolvidas, sobretudo porque é com essa bagagem de conhecimento que a maioria dos profissionais se insere nas ONGs.

Ao descreverem suas atividades, perguntei aos psicólogos se o trabalho que realizam é clínica. Esta foi, sem dúvida, a perguntada que todos tiveram dificuldade em responder, como mostra os relatos seguintes:

P.2: Pra mim é clínica, mas é clínica, mas não é uma coisa fechada, né?! Porque é... eu tô em contato com todos os profissionais, não é uma coisa assim: eu atendo aquela criança, pronto! Eu atendo aquela família, pronto! Eu tenho que estar olhando tudo [...]. Mas, é um trabalho de clínica porque os atendimentos em si, né?! Porque o meu trabalho, acaba que muitas horas do meu trabalho eu fico no atendimento com as crianças e com as famílias, mas não é só clínico.

Assim como nesse relato, uma visão restrita apareceu em outros profissionais entrevistados: “[...] têm meninos que me procuram para conversar, aí eu estou sendo clínico”. (P.1). Mas pude também perceber nos profissionais envolvidos nessa prática emergente, as ONGs, que, ao contar suas experiências e vivências, todos conseguiam trazer, e alguns perceber, a dimensão clínica em suas intervenções. Um psicólogo, pensando se seu trabalho é clínico, disse:

P.4: [...] eu tô elaborando junto com você, mas eu não tenho isso claro para mim, se eu sei dizer exatamente... Eu acho que tem muito de clínico aí, mas eu... Se você tivesse feito essa pergunta de primeira eu ia dizer não! Absolutamente, de cara, mas na medida que eu tô aqui conversando com você é que eu consigo extrair o tanto que tem de intervenção clínica aonde eu tô. Acho que a melhor maneira é definir assim...

Outra psicóloga diz que faz clínica, “mas é uma clínica exótica, né?! Exótica no sentido de ela sair dessa ótica formal e tem outra ótica” (P.3). Romagnoli (2007, p.103) nos ajuda a pensar: “Na clínica, o agenciamento liberta os lugares fixos de terapeuta e cliente, a expressão individuada das significações dominantes, provocando a convergência, da heterogeneidade, das diferenças.” O que nos faz pensar no próprio plano de organização da clínica tradicional, e sua perda de consistência conduzindo a algo novo. Todavia, é preciso ainda analisar como se formou esse plano de organização, esse estrato que associa a clínica a uma atividade liberal e privada, com objetivos analíticos, psicoterapêuticos e/ou psicodiagnósticos.

Ao estudar a evolução da psicologia em Minas Gerais, Campos (1992) assinala sua relação com as áreas da educação e da medicina. Aliás, é através dessas duas áreas do conhecimento que surge, no século XIX, uma base institucional para a produção de pesquisa e prática sistematizada sobre os fenômenos de natureza psicológica no Brasil. As primeiras instituições educativas e de assistência médica e psiquiátrica apresentavam uma preocupação com a

organização social do país, impulsionadas pelo movimento civilizatório e higienista da sociedade.

Seguindo os princípios positivistas da ordem e do progresso, no início do século XX, aumentam-se as tentativas de renovar o sistema educacional e de saúde herdado do período do Império, visando à modernização do país. Nesse período, a psicologia passa a ser difundida como disciplina autônoma em instituições de ensino superior, em cursos de filosofia, ciências sociais e pedagogia. Em Minas Gerais, sob a tendência sociocultural trazida por Helena Antipoff, surgem grupos como o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento (1929) e a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte (1932). Esse último, através do consultório médico-pedagógico, foi uma das primeiras experiências de psicologia aplicada do estado. Esses laboratórios centravam-se no estudo dos desvios e das patologias, compondo segmentos e estratos rígidos acerca do que é normal e do que é patológico.

A psicologia se desenvolve em Minas Gerias ainda sob uma perspectiva “[...] que privilegia a análise das vivências e da problemática individual no contexto sócio-cultural” (CAMPOS, 1992, p.47), mas, principalmente, sob a concepção individualista, instrumental da condição humana. Essa mesma tendência é observada no país como um todo, por Duarte, Russo e Venâncio (2005). Analisando os textos produzidos na área da psicologia em meados do século XIX até a segunda metade do século XX, os referidos autores ressaltam os processos sociais presentes na sociedade brasileira que operam a favor da “individualização”, mediante a “interiorização” de representação “psicologizada” da pessoa ocidental moderna. Esses processos se relacionam ao individualismo, e são sustentados por saberes científicos, que visam à inserção do Brasil em valores individualistas. Essa lógica individual, de certa maneira, ainda persiste em nosso meio e dificulta, a nosso ver, os trabalhos nas ONGs, que pressupõem a consideração da multideterminação da realidade e certa flexibilização da atuação do psicólogo, uma clínica outra, em detrimento da ênfase no indivíduo. Essas concepções acompanharam o processo de formação dos primeiros cursos de psicologia durante os anos 1960.

No processo de afirmar a psicologia como profissão, era necessário mostrar a sua utilidade e, assim, as técnicas psicométricas ganharam forte espaço, estando o psicólogo voltado para a avaliação das características psicológicas e para as intervenções clínicas remediativas.

Nesse espectro de funções, encontram-se as perspectivas que iriam marcar, a partir do início da década de 60, a atuação profissional dos psicólogos e a própria regulamentação da profissão: a perspectiva curativa, de resolução de conflitos individuais de saúde mental; e a perspectiva psicotécnica, buscando intervir no planejamento social a partir do domínio de uma tecnologia que visa enquadrar o indivíduo a determinadas funções na comunidade. (CAMPOS, 1992, p.45).

Nesse contexto, a psicologia, assim como a medicina e as ciências humanas, emerge, no nosso entender, como forma de controle de controle social, visando ajustar, enquadrar e adaptar os indivíduos “[...] a uma sociedade cada vez mais inclusiva e planejada, na qual a questão maior é [...] a adequação do indivíduo a uma ordem que o transcende e o domina” (CAMPOS, 1992, p.44). Descomprometida com o contexto social, as práticas psicológicas ficam vinculadas aos interesses da classe dominante, tendo como uma de suas tarefas a manutenção do individualismo.

[...] a terapia da alma se inspiraria no modelo médico, a fim de ser reconhecida como ciência. Assim, a psicoterapia se tornou um campo privilegiado da clínica psicológica: ela seria, até então, a terapêutica mais adequada para tratar das “mazelas humanas” em que outras tentativas haviam falhado. (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007, p.615).

A psicanálise com os estudos de Sigmund Freud promove uma revolução ao deslocar-se do foco na compreensão e no tratamento da doença para a prática fundamentada na escuta e na demanda do sujeito. No entanto, permanecia ainda como prática centrada no indivíduo e pouco comprometida com o social. No decorrer dessa prática clínica, os profissionais se depararam com a necessidade de atuar em espaços fora dos consultórios, interagindo com outros atores, novas demandas e formas de subjetivação. “A Psicologia ‘tradicional’ é obrigada a se redesenhar, tornando-se mais crítica e engajada socialmente.” (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007, p.615).

Ao problematizarmos a formação e as concepções de clínica como prática concebida nos consultórios individuais, não estamos excluindo a utilização desse recurso nos espaços sociais como, no caso desta pesquisa, as ONGs. Afinal, é o modo de operar que determina se uma prática é tradicional, ou seja, o que precisa ser analisado são os recursos, as forças que impedem o profissional de inventar e tenta reproduzir. Como nos diz Guattari (1993, p.18):

Eu aceito inteiramente que se assuma procedimentos psicanalíticos clássicos, mas isso não pode ser um véu, que instaure uma relação de opacidade, que impeça de captar pontos de singularidade, porque a anamnese, se ela vira explicativa, “causalista”, ela cria, de certo modo, uma relação de alienação.

Por outro lado, percebemos que práticas coletivas comuns desenvolvidas por psicólogos em ONGs podem gerar também processos alienantes e repetidos a serviço da serialização instituída. Uma das psicólogas entrevistadas traz como crítica o modo como uma ação comum em ONGs muitas vezes é empregada, as chamadas oficinas reflexivas, em que profissionais e estagiários discutem temas de interesse de um grupo. “Porque aí é assim: já tem as oficinas, ‘nós vamos fazer um trabalho com jovens’, aí é assim: primeiro: crachá, segundo: dinâmica do olhar, terceiro: dinâmica do filme e não sei mais o quê, quarto... e pronto! Faz dez coisas, acaba e vai embora. ‘O que é que trabalhou?’”. (P.3). Nessa perspectiva, o trabalho pouco traz de contribuições, pois a interação acontece de forma mecânica, serializada e sob o domínio do coordenador do grupo. Vale ressaltar que as oficinas reflexivas podem, no entanto, produzir práticas libertárias, como dissemos anteriormente, o que diferencia são os modos como operamos, como escutamos o que acontece nesses encontros.

Clínica é criar um espaço de possibilidades de expressão subjetiva, sendo a escuta o recurso essencial para o trabalho. Uma escuta atenta e flutuante, preocupada com os sentidos (e não com significados e significantes) e que privilegie os afetos, a ruptura de sentidos, visando a construção de novos territórios. “Trata-se [...] de ouvir as linhas de virtualidade que se anunciam e se perguntam: como fazer para que esses conjuntos fluxos de intensidades ganhem consistência subjetiva? Que agenciamentos são passíveis de trazê-los à existência, recompor um mundo, relançar o processo?”. (ROLNIK, 1999). Afinal, como os psicólogos têm operado esse recurso tão importante? Percebo, em vários momentos, uma não disponibilidade para escutar, em que os profissionais *psi* naturalizam as formas de expressão e conduzem as relações mecanicamente. Nessa “produção em série”, não há invenção, pois nada de novo é criado, igualam-se as relações e se reproduzem as intervenções. A escuta exige um trabalho desconectivo, aberto ao que é produzido nos encontros, provocando desterritorializações. “Os anjos, analistas, têm apenas três atividades além de ouvir os homens – mesmo e,

sobretudo, em seu silêncio – eles observam os acontecimentos e intervêm em algumas ocasiões.” (ROLNIK, 1989b, p.2).

Nesse movimento, deparei-me nas entrevistas com corpos (dos psicólogos) abertos a uma visão ampla e conectiva de clínica, como mostra o relato a seguir:

P.3: A escuta pode ser clínica, mas a intervenção ela é uma intervenção é, eu acho que isso depende também muito da compreensão do que, que é clínica, né? Porque isso é clínico também, mas também é educação, né? É clínico à medida em que você mobiliza o outro, que você... Uma menina que fala assim: “O meu mundo alargou depois que eu vim para o X¹⁴”. Isso fala de uma mobilização, né? Fala de uma coisa que é ali do sujeito, né? É, é clínico também. Porém, não nesse, nesse olhar de um clínico continuado. É um olhar, é uma escuta que é clínica. Se, se a gente compreende que a prática clínica não é aquela do consultório, mas que ela tá, ela pode acontecer em qualquer lugar dependendo da sua escuta e da sua intervenção, eu, eu entendo que pode ser chamada como clínica mesmo.

Fazer indagações, questionar e intervir a partir dos acontecimentos que atravessam os encontros é o caminho para a construção de uma prática clínica transdisciplinar. Sendo assim, o que possibilita pensarmos em práticas inventivas e *trans* é a capacidade de nos abrir para os acontecimentos, que nos fazem abandonar certezas e conectar com outros saberes e vivências. Uma das psicólogas indica esse movimento *trans*:

P.2: A gente trabalha num constante movimento porque a realidade, o que tá ali na frente da gente sempre requer da gente e sempre muda. Então, eu acho que a gente tem que olhar pro que tá acontecendo, de que maneira que tá acontecendo, pra gente tá cada vez mais inteiro. Porque, senão, acho que uma coisa que nunca funcionou é você colocar o que vai ajudar uma família [...] só que cada família é de um jeito, cada família exige uma coisa diferente, cada família requer outros tipos de atendimentos, outras coisas... Então tem que ser criativo também [...].

No trabalho desenvolvido pelas ONGs pesquisadas, todas oferecem atividades artísticas, culturais e esportivas para crianças e adolescentes e o contato com esse público é estendido às suas famílias, o que se chama de acompanhamento. Diante de situações-problemas, intervenções são feitas no sentido de assistir à família. Assistir, pois muitas vezes os psicólogos correm o risco de ficar ora como espectadores ora como protagonistas de uma história que deveria ser acompanhada sob um olhar crítico e clínico, diante de relatos e realidades tão complexas. Nesse sentido é necessário estar atento aos efeitos de nossas práticas

¹⁴ Nome da organização onde a psicóloga atua.

clínicas nessas situações, uma vez que “fazer um trabalho com o social não é por si só uma prática ética e libertária.” (ROMAGNOLI, 2006a).

Por isso, o cuidado em analisar o nosso “poder” de psicólogos. Estes não devem “[...] se ocupar de oprimir, de submeter, de mistificar, mas de fazer um uso menor do que conhece, do que estuda, da própria subjetividade”. (ROMAGNOLI, 2007, p.105). A capacidade social de criar está presente em toda forma de vida, não somente nos detentores de saber, mestres e especialistas. Moradores de comunidades com vulnerabilidade social, público-alvo de ONGs, a todo momento criam redes de contato e de trabalho, num movimento que poderíamos chamar de arte da sobrevivência. Sabemos que a potência do trabalho dos psicólogos pode girar entre o poder sobre a vida (biopoder) e o poder da vida (biopotência), a diferença pode estar em desenvolver um trabalho *para* as famílias ou *com* as famílias.

O termo biopoder, apresentado por Foucault (1999), calcado nos eixos do poder disciplinar e da biopolítica, apresentavam os processos de dominação e assujeitamento do homem moderno, correspondendo a uma forma de poder que atua sobre a vida. Para esse autor, o poder disciplinar atua sobre os indivíduos e os corpos e se sustenta basicamente no sistema racional e científico da sociedade moderna. Já a biopolítica tem como área de atuação a população e é auxiliada por mecanismos de regulamentação da natalidade, da mortalidade, das capacidades biológicas, dos efeitos do meio. Esses dois eixos atuam de forma constitutiva, determinante, das subjetividades, ao intervir no cotidiano das pessoas, sujeitando-as a verdades normativas que prefixam sua vida e suas relações. No momento contemporâneo, a biopolítica passa por uma transformação conceitual em que Hardt e Negri (2006), inspirados na leitura maquínica de produção social de Gilles Deleuze e Félix Guattari, passam a designar potência da vida, tanto para ser explorada, serializada, homogeneizada, quanto para atuar como resistência em estreita associação com a invenção. “Ao poder sobre a vida deveria responder o poder da vida, a potência ‘política’ da vida na medida em que ela faz variar suas formas e reinventa suas coordenadas de enunciação”. (PELBART, 2003, p.83).

Pensando no estudo dessa pesquisa, e no poder da vida, podemos nos perguntar o que o encontro dos psicólogos em ONGs provoca nas crianças, adolescentes, famílias e comunidades atendidas? Quais forças e poderes estão envolvidos? O que esse encontro produz? Como apontamos, poderíamos pensar

num encontro na perspectiva de um acontecimento, provocando a desestabilização das certezas para todos os envolvidos. Nesse sentido, não se busca recriar práticas e discursos, pois estes ficam no nível da reprodução, repetição. Fazerem-se outras, outras teorias, novas práticas.

Assim, as intervenções realizadas por psicólogos devem ser acompanhadas por um movimento constante de destruição (rompimento de um estado ao outro) e de propagação (aberto ao inusitado). Um corpo vibrátil é imprescindível para criar esse movimento, ou seja, um corpo aberto aos afetos e à potência da vida.

É necessário o reconhecimento de nossos próprios parâmetros e porque não dizer de nossas próprias prisões: planos milimetricamente traçados, respostas rápidas às expectativas e a nossa violência contida, pensada, teorizada, lida e datada e nosso corpo imóvel de expectadores. (FONSECA; KIRST, 2004).

Criar práticas de liberdade, possibilitar um movimento de resistência dos mecanismos de saber-poder impostos à vida, este é o caminho da clínica rizomática, aquilo que pode devir de um trabalho que se quer, comprometido com a vida e com o coletivo.

A não dissociação entre micro e macropolítica não é ponto a ser discutido aqui, pois já é questão posta, e, portanto, o nosso ponto de partida para pensarmos nos movimentos atuais. Logo, quando pensamos na sociedade capitalista e nas formas de resistência a esse sistema, não podemos nos limitar somente no plano macropolítico e concentrar tudo numa dimensão coletiva, distante do que se passa no micro, na força do que acontece na política do desejo, da subjetividade. Não podemos considerar a produção de subjetividade como sendo apenas um caso de superestrutura, dependente das estruturas pesadas de produção das relações sociais. “Somos íntimos desse incessante sucateamento de modos de existência promovido pelo mercado que faz e desfaz mundos [...]” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.15).

Entendendo que não cabe mais a dissociação entre micro e macropolítica, como pensar a separação excludente entre clínica e política? A conexão com o coletivo, um coletivo de forças possibilita ao sujeito sair da condição de assujeitado, alienado, destituído do poder de inventar-se de múltiplas e diferentes maneiras.

Dessa forma, a clínica inserida num campo ético-político, deve fazer da atuação crítica e inventiva uma constante. Não existe uma única forma de se fazer

psicologia, não há como reduzir a experiência clínica à expressão das interioridades. Dessa forma, os impasses encontrados no plano da clínica não se caracterizam apenas como um posicionamento epistemológico, mas, fundamentalmente, como um ato político. (MACIEL JUNIOR; KUPERMANN, 2005).

A possibilidade de (re)inventar uma militância clínico-política que possa ativar em nós uma atitude crítico-criadora de territórios existenciais singulares, os quais, conectados às forças produtivas, consigam permanecer escapando das medidas normalizantes impostas pelo capitalismo em suas diferentes versões. (ABREU; COIMBRA, 2005, p.47).

As problematizações das intervenções em comunidades com vulnerabilidade social, diante da complexidade e da pluralidade dos fenômenos ali presentes, demandam uma invenção nos modos de pensar e atuar nesses espaços. Que impasses se apresentam hoje para nós, profissionais da psicologia? Estamos promovendo a singularidade? Ou estamos fechados ao reproduzível, previsível e enquadrado em alguma zona de referência dominante? O exercício de desterritorialização de um saber único, tecnicista e compartimentado, que a realidade hoje nos convoca, aponta para a necessidade de apreendermos a dimensão política e coletiva de nossas intervenções. As práticas clínicas implicadas e comprometidas com toda e qualquer realidade, deve insistir para:

[...] que o estado de potência da vida, inerente à subjetividade, pode atualizar-se na experiência clínica e que pode atuar como um dispositivo para a sustentação de modos de existência que se criam, de maneira singular e que emergem como resistência à reprodução, à massificação, à gerência da vida. Para tal é preciso tomar a clínica como acontecimento, como plano de produção do coletivo; clínica social. (ROMAGNOLI, 2006a).

Na tentativa de abarcar essa problematização, no capítulo seguinte apresentamos o percurso histórico das ONGs, seguindo sua formação, articulações e modos de funcionamento. A partir das falas dos entrevistados, das visitas e da minha própria experiência, expomos o cotidiano das ONGs, cartografando essa realidade e dando continuidade às questões apresentadas neste capítulo, em especial, a indissociabilidade entre clínica e política. É nesse percurso de ir e vir, de repetição e diferenciação das forças e afetos presentes nesse campo que acreditamos contribuir para a (re)construção de novas paisagens, territórios, corpos e histórias.

4 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: “O PULO DO GATO”¹⁵

Cada vez mais a psicologia amplia seus campos de atuação, alargando suas possibilidades de intervenção. Nessa ampliação, torna-se frequente a participação da psicologia em projetos sociais que, sem dúvida, convocam os profissionais neles inseridos a criar novas formas de atuação. Dentre os projetos, presenciamos o aumento da atuação do psicólogo em ONGs.

A primeira parte deste capítulo destina-se a pensarmos o papel das ONGs no contexto brasileiro, desde a sua origem até o momento atual em que estas se configuram. Ao investigarmos as intervenções clínicas desenvolvidas por psicólogos em ONGs, torna-se imprescindível estudarmos e, se possível, cartografarmos esse contexto nas dimensões social, política, econômica, cultural, histórica em que se apresenta. Territórios estes que se configuram como pontos-chave para um início de discussão.

Para nos ajudar neste estudo, além de autores que se dedicam ao tema, lançamos mão de mais duas importantes fontes: os psicólogos entrevistados durante o trabalho de campo nas ONGs de Belo Horizonte. As conversas, a princípio, se restringiriam às suas intervenções, mas, depois de algumas entrevistas, decidimos construir um capítulo dedicado ao tema, devido à complexidade que emergiu na fala dos entrevistados e em nosso próprio questionamento, como veremos adiante. Avaliamos que compreender a leitura que esses profissionais possuem do lugar onde atuam traz elementos para pensarmos em sua visão de mundo, formação e crítica ao cenário do associativismo nacional.

A outra fonte foi o diagnóstico do Terceiro Setor de Belo Horizonte realizado em 2006, pelo Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor (CAOTS) do Ministério Público, órgão vinculado à Promotoria de Fundações do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (RESENDE, 2006). Apesar de a pesquisa não distinguir as ONGs, consideramos relevante aproveitar alguns de seus dados, uma vez que

¹⁵ “Pulo do gato - Expressão popular que designa o segredo profissional. Sílvia Romero, festejado pesquisador e escritor, afirma que ela deriva da fábula que as gentes antigas de Minas Gerais ainda conhecem. A onça vivia admirada com a agilidade do gato. Curiosa, resolveu pedir-lhe umas aulas. O gato aceitou e começou a ensiná-la. Achando que já havia aprendido tudo, a onça resolveu pegar o gato como refeição, mas ele sumiu. Dias depois, ao encontrá-lo, a onça perguntou: ‘Pois é, compadre, esse pulo você não ensinou...’. O gato, muito esperto: ‘É ele, comadre, que me mantém vivo!’. O pulo do gato é muito comum. Nem sempre o chefe ensina tudo ao aprendiz, que se põe de medo de perder lugar. Na “brabíssima” competição do mercado, salve-se quem puder - e souber... (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, 2006).

elas pertencem a esse grupo e apresentam características em comum. Sendo assim, em nossas discussões e análises lançaremos mão de alguns dados desse diagnóstico para nos aproximar da realidade pesquisada, a cidade de Belo Horizonte.

A relevância do tema é forte e, sobretudo, complexo. Antes mesmo de nos aprofundarmos nesse universo, algumas questões já se fizeram presentes desde o contato inicial com o trabalho de campo. Os questionamentos apareceram com certa inquietação, pois o conceito de ONGs como organizações privadas, sem fins lucrativos e autogovernadas escapava a realidade apresentada e experienciada por meio das entrevistas e dos encontros com o campo.

Selecionar as ONGs passou a ser um desafio devido ao universo multifacetado dessas instituições. Como apontamos no Capítulo 1, não procuramos selecionar o público-alvo dos lugares, pois a intenção era dar abertura ao que o campo poderia apresentar. O encontro com as ONGs investigadas ocorreu através da minha “rede” de contatos que indicou psicólogos que trabalham nessas organizações. Conexões foram estabelecidas através de telefonemas e *e-mails*, como o escrito a seguir:

Olá pessoal! Tudo bem?

Estou precisando de uma ajudinha e seria ótimo contar com indicações de vocês! Estou aí “mergulhando” nesse universo da pesquisa e neste momento indo a campo, ai, ai... Já fiz algumas entrevistas, mas vou precisar de mais entrevistados.

Para quem não sabe o tema da minha pesquisa são as intervenções clínicas desenvolvidas por psicólogos em ONGs em comunidades com vulnerabilidade social de Belo Horizonte, enfatizando seus dispositivos de intervenção e sua articulação com a produção de subjetividades.

Quem puder me indicar psicólogos(as) que atuam em ONGs, por favor, me passem o contato para ver a disponibilidade/interesse em participar da pesquisa.

Muito obrigada!

Bjs, Letícia

Como os contatos foram feitos para conseguir indicações de profissionais de psicologia, não preoquei em detalhar a pesquisa e seus objetivos no *e-mail*. Optei por apresentar essa conversa eletrônica, pois foi através de uma das respostas recebidas que iniciamos um processo de desterritorialização acerca do universo das ONGs.

Ei querida! Saudades tb.
 Estes psi tem que ser de ONG, né!? Isso é confuso, às vezes, a grana vem do estado mas quem executa é ONG.
 O X¹⁶ então não serve... mas e o pessoal da Y, que atua junto ao X?
 Me explica melhor que posso ajudar...
 Pensei em ex-alunos: Andre, Adriana, Eliza, Karla, Sheila...¹⁷
 Posso tb mandar o e-mail deles pra vc e vc explica e convida melhor...
 O que prefere?
 bjim,

O que esse *e-mail* nos ajuda a pensar? Percebemos que a concepção de ONG e sua articulação na sociedade apontam para uma multiplicidade de forças, parcerias e formas de trabalho. A partir daí, algumas “perguntas-alfinete” surgiram: Como caracterizar uma organização não governamental? Como e diante de qual contexto surgiu e como se apresenta na atualidade? Qual o seu papel na sociedade? Qual a relação entre ONG e Estado? ONGs e Terceiro Setor? ONGs e Mercado?

Seguindo a caminho de provocações e inquietações, optamos por não restringir a escolha das ONGs estudadas entre aquelas que estabelecem ou não algum tipo de parcerias com o Estado, visto que cada vez mais aparecem associações semelhantes. Recebemos o campo com as contradições e os conflitos que existem nessa realidade. Para demonstrar como é denso e complexo esse território, utilizamos o comentário de uma psicóloga entrevistada, que, em referência ao nome do capítulo, afirma:

P.3: [...] a principal razão da existência da ONG é para que eles¹⁸ sejam cada vez mais sujeitos do processo deles. E eu acho que hoje isso tinha que ser função da escola. ONG existe hoje só porque a escola não dá conta do trabalho dela, porque se escola fosse boa não precisava disso não. Então a ONG é que tem o “pulo do gato”, né?! Então o quê que é? Ela pode fazer as coisas que são interessantes sem precisar da chatura da escola que é fazer prova, que é ter que estudar o conteúdo para a prova, não é?! Então acaba que quanto mais ONG, tô falando de ONG ligada à infância e à juventude que aparece, mais isso indica o tanto que a educação vai mal e aí...

No livro *Micropolítica: cartografias do desejo*, Guattari e Rolnik (2005) escrevem sobre as forças sociais que administram o capitalismo hoje, produzindo subjetividades, em sua maioria, padronizadas e alienantes. Como forma de

¹⁶ X e Y são projetos que a pessoa menciona cujos nomes foram omitidos, com o intuito de preservar as instituições.

¹⁷ Nomes fictícios.

¹⁸ Refere-se ao público atendido na organização: crianças e adolescentes.

expressar a singularidade de nossa própria existência, eles apontam a resistência e a criação como mecanismos potencializadores para evitar esse “[...] esquadramento da subjetividade”. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.48). Os autores se referem não somente às forças micropolíticas, mas também às macropolíticas, por isso evidenciamos também essa discussão no nível das organizações.

Nesse movimento de resistência, Guattari e Rolnik (2005, p.10) apontam para a “[...] necessidade de inventar maneiras de articular os movimentos que não passassem pela forma Estado/partido/sindicato”. Será essa necessidade com a que nos deparamos na criação das ONGs? Os autores lembram ainda que, no processo de redemocratização do Brasil, havia uma proliferação de grupos organizados de minorias que criaram, em um primeiro momento, alternativas para designar práticas sociais dissidentes. Estariam eles se referindo, além dos movimentos sociais, ao surgimento das ONGs? Uma marcação histórica será detalhada ao longo deste capítulo, apontando os problemas dessa conceituação e da sua própria formação para, em um segundo momento, refletir acerca das diferentes intervenções no campo das políticas sociais, em especial as desenvolvidas por psicólogos.

4.1 MultiONGs: transitando pela diversidade e complexidade

Ao iniciar o estudo, nos deparamos com uma indefinição e heterogeneidade do conceito de ONG. Existem organizações dos mais diversos tipos, finalidades, composições e atribuições. Não somente de ONG, mas também abrangendo o bloco maior que é o Terceiro Setor. A indefinição passa exatamente pelas diferentes visões políticas e ideológicas que envolvem tais conceitos. É preciso nos situar nesse espaço (quem fala? De onde fala?) para, assim, iniciarmos um trabalho de contextualização das organizações. Deparamo-nos, na maioria dos estudos sobre o tema, com posições binárias entre opositores e defensores dessas organizações. Não cabe, porém, neste trabalho, nem é nossa intenção, enquadrar as organizações em um lugar ou outro, entrando em uma briga de forças ora apontando-as como destruidoras, alienadoras, ora idealizadoras, salvadoras. Mas nos convém conseguir

transitar por esse campo, para tentar delimitar nosso objeto de estudo e cartografar essa realidade.

Sabemos que estruturalmente a realidade social é recortada em esferas, mais especificamente, três: Primeiro Setor, o Estado, constituindo-se como a esfera política; o mercado, abrangendo a área econômica que caracteriza o Segundo Setor; e, no final do século XX, surge o chamado Terceiro Setor, que representa a sociedade civil e abrange o campo social. Essa divisão estratificada isola e reduz a dinâmica de cada um dos setores além de manter a polarização entre público e privado, em que o Estado fica restrito à esfera pública; o mercado, com suas finalidades voltadas à esfera privada; e o Terceiro Setor, como o articulador possível entre o público e privado. Não iremos aprofundar na análise das relações/divisões, mas, ao contextualizar as ONGs no cenário brasileiro, partiremos da ideia de que essas organizações estão situadas no Terceiro Setor e conectadas ao movimento dos outros dois setores (Primeiro e Segundo).

É difícil analisar as políticas sociais no Brasil sem estudar e mencionar as associações do Terceiro Setor, sua formação e suas concepções, uma vez que ambas se atravessam. No livro *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*, Carlos Montañó (2005, p.181) traz categorias de instituições pertencentes a esse grupo, são elas:

a. organizações não lucrativas e não-governamentais – ONGs, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias [...]; b. instituições de caridade, religiosas [...]; c. atividades filantrópicas – fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã, que teriam “descoberto” a importância da “atividade social” [...]; d. ações solidárias – consciência solidária, de ajuda mútua e de ajuda ao próximo [...]; e. ações voluntárias [...]; f. atividades pontuais e informais.

No seu percurso histórico, consta que o termo surge como conceito cunhado nos Estados Unidos, em 1978, por John D. Rockefeller III,¹⁹ como definiria Landim (2003, p.109), “Terceiro Setor não é um termo neutro. Em primeiro lugar [...] tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde o

¹⁹ “Nós, americanos, sempre nos orgulhamos da vitalidade de nosso país. No entanto, frequentemente deixamos de reconhecer uma das principais razões da nossa vitalidade: o fato de que desenvolvemos, no decorrer dos mais de dois séculos de nossa existência, um notável sistema de três setores (*three sector system*). [...]. O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos. Inclui dezenas de milhares de instituições absolutamente indispensáveis à vida da comunidade, através da nação – igreja, hospitais, museus, bibliotecas, universidades e escolas privadas, grupos de teatro, orquestras sinfônicas, e organizações de assistência social de vários tipos. Todas elas dependem, para sua sobrevivência, de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos.” (ROCKEFELLER *apud* LANDIM, 2003, p.114).

associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal.” A expressão importada se atualizou diante do contexto brasileiro para designar um conjunto de organizações da sociedade civil, de caráter associativo e voluntário, sem finalidade lucrativa, voltadas para a defesa de direitos e interesses coletivos.

O agrupamento de associações com concepções e práticas tão diferentes em que parece tudo caber nos convoca a pensar nos motivos desse enquadramento. Haveria uma tendência em diminuir as lutas e contradições políticas que sempre marcaram a história dessas associações? Landim (2003, p.109) acredita que “[...] a idéia de ‘setor’ é abrangente, tendendo à homogeneização ou minimização de diferenças que podem ser sociais e politicamente significativas, segundo os contextos e critérios de análises”.

Toda a diversificação acaba por dificultar até no conhecimento de quantas organizações do Terceiro Setor existem no Brasil. Como classificá-las e distingui-las? Existem associações, organizações, fundações, institutos que possuem designações diferentes, mas que acabam apresentando características comuns por se colocarem como instâncias não governamentais e sem fins lucrativos. No *site* da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), encontramos diversas expressões que acabam por confundir nos seus significados e atribuições. Temos, por exemplo, ONG; organizações da sociedade civil; organização sem fins lucrativos; entidade filantrópica; entidade assistencialista; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); entidade de utilidade pública; e Organização Social (OS). Vale ressaltar que essas designações não correspondem às formas jurídicas, algumas se referem a títulos e qualificações conferidos pelo poder público, como as de utilidade pública, OSCIP, OS, entre outras.

Enfatizando o tema desta pesquisa, assim como o Terceiro Setor, nos deparamos com uma dificuldade em delimitar o conceito do termo Organização Não Governamental. Encontramos autores com perspectivas diversas, desde empresários, políticos, acadêmicos a membros de organizações populares, de concepções conservadoras e regressivas e de perspectivas progressistas, de direita e de esquerda. As várias apropriações ideológicas ou discursivas acabam por constituir objeto de luta e polêmica em torno do termo. Nesse sentido, não é possível garantir um conceito único e homogêneo sobre o fenômeno ONG. Será suficiente

englobá-las na definição de organização não governamental, autogovernada e sem fins lucrativos? De todo modo, apresentamos uma definição apresentada pela Consultoria do Senado Federal, em 1999,

ONG seria um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS).

Segundo o mesmo *site*, no período de 1996 a 2002, existiam no Brasil 2.800 ONGs, esse número impressiona ao ser triplicado, passando para 8.600, em 2008. Focando no espaço de Belo Horizonte, através do diagnóstico realizado pelo CAOTS, temos, no início dos anos 1950, cerca de 86 instituições do Terceiro Setor concentradas nas áreas de educação, pesquisa e assistência social. Entre os anos de 1950 e 1970, foram criadas 110 novas instituições, mas é na década de 1980 que ocorre um crescimento expressivo, no qual o número de instituições dobra, especialmente na área de assistência social. Todavia, como aponta o Gráfico 1, é na década de 1990 que essas organizações alcançam o crescimento máximo com 367 novas instituições. Nos anos 2000, continua intenso o crescimento.

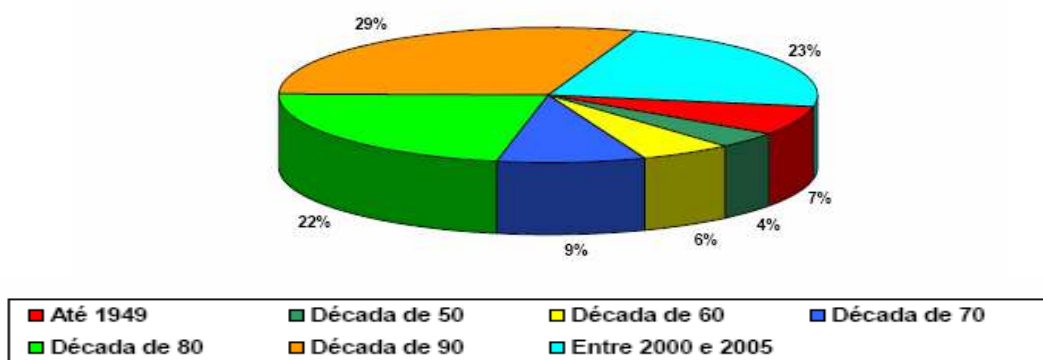


Gráfico 1: Distribuição das Instituições por período em relação à data de fundação.
Fonte: RESENDE, 2006.

Os motivos desse crescimento estão explicitados no próximo item e os psicólogos entrevistados mostraram-se atentos e críticos ao aumento do número de ONGs. Uma entrevistada aponta as organizações como “[...] o buraco para o rato entrar. Aqui não deu certo então vão, vão fazer um outro equipamento aqui pra ver se dá certo cá (...).” (P.3). A profissional refere-se à proliferação de organizações que vêm constituindo maneiras de existir pouco críticas, afinal, por que esse

crescimento vertiginoso? A entrevistada, ao citar várias organizações ligadas à infância e adolescência, diz: “[...] esse povo tinha que tá aonde? Numa escola boa, de qualidade, podendo fazer uso de uma boa saúde pública, de esporte, lazer, cultura, não é?! Então, acaba que a ONG vira um mal necessário e ser mal necessário é muito ruim.” (P.3).

O que temos percebido nessas organizações que atendem comunidades em vulnerabilidade social, a partir não só das entrevistas realizadas, mas também da minha própria prática profissional, é a formação de espaços importantes para o exercício da cidadania com a ampliação/oferta de serviços e atividades psicossociais, educativas, esportivas, artísticas, entre outras. É notável sua legitimidade como recurso que possibilita transformações no cotidiano do público atendido. A existência das ONGs pode possibilitar diferenças, constituindo um canal-passagem para novos olhares, contatos e afetos.

Como disse um entrevistado: “[...] eu acabo colaborando de uma maneira ou de outra com todos os grupos do projeto, né?! Os educadores, os educandos, os pais, a escola, de uma maneira ou de outra eu acho que tem sempre efeito.” (P.4). Ou seja, mais importante que tentar identificar os efeitos e/ou buscar conceituações é perceber os movimentos, os processos de subjetivação que advêm das intervenções das pessoas envolvidas nessas organizações. Na fala de um dos psicólogos entrevistados, “[...] o trabalho é desenrolar as relações”. (P.1). E é nas relações, no cotidiano que algo acontece.

4.2 Viajar pela história das ONGs é preciso!

Diante da importância em analisar o processo de construção e de caracterização social dessas organizações na sociedade brasileira, apresentaremos uma breve contextualização histórica. No Brasil, época do regime militar, os movimentos sociais presentes na década de 1970 mantinham uma postura de oposição, pressão contra o Estado, lutando pela promoção da cidadania, defesa de direitos e pela democracia política e social. Nesse contexto, surgem organizações, muitas delas oriundas da Igreja Católica, fortemente vinculadas aos movimentos sociais (associações de moradores, produtores rurais, jovens, sindicais, entre

outras), no intuito de apoiá-los e assessorá-los em suas demandas, reivindicações e lutas. Nos seus projetos de apoio, educação popular e assessoria política, as ONGs ajudaram a construir um campo democrático popular no país.

Com o processo de redemocratização do Brasil, a expansão do neoliberalismo e a reestruturação do capital na década de 1980, as mudanças na sociedade caminharam para a minimização do Estado (liberação comercial, privatização, desregulação) e para o controle da economia pelo mercado. As organizações de assessoria e educação passaram a refletir sobre o seu papel e a buscar uma afirmação de legitimidade na sociedade civil. De acordo com Armani (2003), com a aprovação da nova Constituição brasileira em 1988, algumas mudanças foram importantes para firmar o lugar das ONGs na sociedade como: a introdução de novos direitos socioeconômicos, a expansão dos direitos de cidadania política, o estabelecimento dos princípios da descentralização e da participação popular institucionalizada na promoção das políticas sociais. Marca-se, assim, um novo campo de atuação da sociedade civil na vida pública, compreendendo que a dimensão do público refere-se à dimensão do coletivo. “Na série governo-Estado-políticas públicas é o que se produz no plano coletivo que garante o sentido público das políticas que também atravessam o Estado.” (BENEVIDES DE BARROS; PASSOS, 2005).

No início da década de 1990, a realidade se amplia e diversifica. No bloco do Terceiro Setor, surgem instituições mais articuladas às empresas e às fundações, atuando lado a lado das ONGs e dos movimentos sociais. Nesse cenário, os movimentos sociais perdem forças no seu papel de articulador político junto à sociedade, e as ONGs passam a predominar no cenário nacional, de uma maneira já instituída. Essas organizações “[...] saem da sombra, colocam-se à frente e até mesmo na dianteira dos movimentos, tornando-se, em alguns casos, instituições autônomas e desvinculadas dos movimentos.” (GOHN, 2005, p.89). As mudanças também geraram crise no universo das ONGs e algumas se fragmentam. Segundo Gohn (2005, p.91), as razões que levaram essas organizações para um enfraquecimento político foram:

[...] o crescimento e o fortalecimento do pólo associativo do Terceiro Setor, pouco ou nada politizado [...]; a opção das ONGs pelo trabalho institucionalizado, que é uma necessidade, mas priorizando a via das parcerias com as políticas públicas levou a trabalhos concentrados em projetos e programas focalizados, para clientela específicas,

desconsiderando-se os processos, os conflitos envolvidos e a universalização das demandas [...].

As ONGs foram, então, alcançando espaços na mídia e na sociedade, sendo divulgadas amplamente, em especial, a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), a ECO 92, no Rio de Janeiro, e da fundação da ABONG em 1991, que marcou o campo organizativo das associações voltadas à questão social dos setores populares da cidade e do campo. Uma proliferação de ONGs dos mais diversos tipos e características surge como uma nova modalidade de trato às questões sociais e como alternativa às práticas governamentais vigentes.

Uma segunda geração de reformas também aparece e parte do pressuposto de que o Estado seria mais eficiente nas questões científicas e sociais se utilizasse e apoiasse organizações sociais não governamentais. Nesse quadro, surge uma nova questão para além da dificuldade em definir ONGs que é a sua relação com o governo-Estado. O que percebemos desde a década de 1990, e que cada vez mais vem se fortalecendo, é a vinculação dessas organizações junto aos governos para a definição e execução de políticas públicas.

Entende-se, assim, que os movimentos sociais, e as ONGs a eles articuladas, desenvolvem até o final dos anos 80 – onde a Constituição de 88 é um marco histórico e um resultado desse processo – uma estratégia de enfrentamento/ negação ou de demanda/pressão contra ou dirigida ao Estado; entretanto, no contexto dos anos 90, eles passam a incorporar um comportamento de “parceria”, de articulação com o Estado. (MONTAÑO, 2005, p.145).

Na Tabela 1, temos a relação dos principais parceiros das instituições do Terceiro Setor em Belo Horizonte e nota-se que quase 40% delas possuem algum tipo de aliança com o governo, seguidas de 36% com a sociedade e de 34% com voluntários.

TABELA 1
Principais parceiros das organizações do Terceiro Setor – Brasil – 2006
(continua)

Principais parceiros	Frequência	%
Governo (Primeiro Setor)	520	39,6%
Comunidade (sociedade)	477	36,3%
Voluntários	451	34,3%

(conclusão)

Empresas (Segundo Setor)	349	26,6%
Igrejas (movimentos religiosos)	329	25,0%
Outras Organizações do Terceiro Setor	320	24,4%
A organização realiza suas atividades SEM parceria com outras organizações	202	15,4%
Outros parceiros	193	14,7%
Técnicos especializados na área de atuação da organização	162	12,3%
Cooperativas sociais ou não	39	3,0%
Partidos políticos ou organizações partidárias	30	2,3%

Fonte: RESENDE, 2006.

Nas entrevistas realizadas, os psicólogos mostraram-se atentos à participação de organizações sem fins lucrativos nas políticas públicas. Esses profissionais que atuam dentro de ONGs apresentam questões sobre essa relação, como: “[...] ONG existe porque o poder público não deu conta, não é? [...] eu acho que acaba que é o governo que alimenta isso também, não é? Porque quem patrocina as ONGs? Tem um tanto de estatal que patrocina, não tem?” (P.3). Ou como neste comentário:

P.4: [...] o Estado compreender que nós somos apoiadores das políticas públicas. Que o governo não vai conseguir realizar todas... tudo bem, mas muitas vezes fazer esse apoio e se eximir da responsabilidade e dizer que a ação dele foi apoiar... não dá!

É nesse ponto que a discussão em torno da função político-ideológica das ONGs ganha maior relevância e as diferenças de concepções se desvelam. Podemos denominar como não governamentais instituições que estabelecem parceria com o Estado? Qual a conexão entre as ONGs e o Primeiro Setor? Nessa nova configuração, é possível dividir a estrutura social em esferas distintas e autônomas? O que vem primeiro, segundo ou terceiro? É preciso repensar o modo estratificado como a sociedade é apresentada. Acreditamos que esse plano de organização impossibilita o *trans*, talvez o momento seja de pensar no “entre”, nos agenciamentos produzidos na intercessão desses setores.

Em torno dessa problemática, encontramos visões que apostam e credenciam a relação entre o Terceiro Setor e o Estado, assim como visões de oposição afirmando que, junto ao processo de reestruturação do capital, o Estado foge das suas responsabilidades de respostas aos problemas sociais. Em contraponto, muitos acreditam que é possível estabelecer um contrato social, uma aliança entre cidadãos, e flexibilizar fronteiras entre ONGs e Estado. Essa perspectiva é mediada pelos entrevistados, abrindo espaço para que o contraditório e o conflito dessa aliança apareçam, pois aspectos positivos também são vistos, como no seguinte relato:

P.3: Eu acho que é... essa parceria ela tinha que ser cada vez mais estreitada, pra que uns possam aprender com os outros. Eu vejo muitas ONGs que as pessoas têm muito boa vontade, mas que ficam perdidas porque pecam pela não formalização, né? Porque não dá conta, é ficam numa... é um projeto que ele fica tão de contra, contra a cultura, né?! Que acaba que ele perde a identidade, que aí cada um faz o que bem entende e aí nisso muitos vão para o ralo.

Outro entrevistado afirma que a parceria é possível, mas marca também que a autonomia entre as organizações tem que ser mantida e espaço para críticas e reivindicações ao Estado deve acontecer, como afirma:

P.4: Eu acho que tem uma medida aí possível, né?! De atuação, mas substituição ou falta de cobrança não... porque, por exemplo, eu acho também que a gente, não é porque a gente recebe apoio nesse ou naquela ocasião, ou naquele movimento que eu preciso é... preciso calar minha crítica, calar minha cobrança. E que isso às vezes dependendo da, da maneira como que a ONG tá constituída, se ela, por exemplo, [...] for perder o patrocínio, por exemplo, pela crítica... tá se vendendo mesmo.

Percebemos, a partir da reconfiguração da função do Estado e o surgimento de diversificadas formas de participação de organizações sociais, grandes mudanças nos modos de produzir e interagir no campo das políticas públicas. Isso possibilita as ONGs ampliar suas áreas de trabalho, assim como (re)compor alianças, parcerias com diferentes campos, instituições, pessoas e outros segmentos, tanto em termos de cooperação quanto de financiamento e patrocínio. No entanto, é preciso estarmos atentos a sua função/potência de força e resistência política. Nesse contexto, Armani (2003) alerta:

As ONGs brasileiras estão assim diante de uma situação que pode ter grandes consequências em relação a sua missão institucional enquanto organizações autônomas da sociedade civil. Muitas ONGs poderão aceitar sem maiores traumas este papel coadjuvante e complementar em relação ao Estado, assumindo a provisão de serviços e bens públicos e, quem sabe, abdicando de um papel político mais autônomo em relação às políticas públicas. Já várias outras ONGs [...] resistirão a este processo, buscando formas de parceria com o Estado que não afete sua autonomia institucional.

Sabemos que as ONGs em suas hibridações como/com Primeiro, Segundo e Terceiro Setores têm um lugar/poder de afetar e ser afetado e, pensando no trabalho em comunidades com vulnerabilidade social, essa responsabilidade e compromisso se torna ainda maior. Ao apresentarmos esse cenário, não estamos querendo apontar uma crítica simplista que coloque as ONGs e seus trabalhadores numa ótica de “bandidos” e “mocinhos”. Precisamos é nos atentar para as linhas e os pontos que ali atravessam, na tentativa de conduzir processos de produção de subjetividade que conjuguem formas de cooperação social e subjetiva efetivas.

No livro *Micropolítica: cartografias do desejo*, Guattari e Rolnik (2005) apontam três questões decorrentes da subjetividade capitalística: a culpabilização, a segregação e a infantilização. Acreditamos que a última está muito ligada ao que estamos estudando e vem como um alerta sobre os riscos de controle sobre a nossa produção e vida social.

A infantilização [...] consiste em que tudo o que se faz, se pensa ou se possa vir a fazer ou pensar seja mediado pelo Estado. Qualquer tipo de troca econômica, qualquer tipo de produção cultural ou social tende a passar pela mediação do Estado. Essa relação de dependência do Estado é um dos elementos essenciais da subjetividade capitalística. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p.50).

Nesse percurso, diante da nova geografia humana, política e social brasileira, acreditamos que a questão maior que fica para as ONGs não é “ser ou não ser parceira”, o desafio é conseguir engendrar novas possibilidades de existência, a partir da quebra das fronteiras entre diferentes saberes, instituições e pessoas. Essa nova configuração passa pelo movimento de resistir ao saber-poder imposto e efetuado na atualidade. Isso porque a criação de novas maneiras de existir é inseparável ao movimento de resistência.

A discussão da relação entre ONGs e Estado é vital, mas queremos, principalmente, problematizar o seu papel na sociedade, sob o seu aspecto político, propositivo e reivindicativo. Mesmo não se opondo ao Estado, tais organizações não

podem perder seu caráter político de se constituir efetivamente como um espaço crítico-transformador, provocando efeitos no coletivo. A vitalidade macropolítica e micropolítica das ONGs deve existir e resistir às medidas normalizantes impostas seja pelo mercado, seja pelo capitalismo ou pelo Estado.

4.3 O corpo da clínica no cotidiano das ONGs

Em se tratando dos aspectos físicos e biológicos, o corpo, pertencente a um sujeito e entendido como um organismo, é composto por múltiplos órgãos, cada um desempenhando uma função, seguindo um plano de organização determinado nas suas especialidades. Essa compreensão é usual, no entanto, neste estudo, não nos interessa focar o corpo orgânico, fragmentado e definido em suas representações e modos de funcionamento. Junto às ideias de Deleuze e Guattari (1996), propomos pensar um corpo não como individualidade, mas como multiplicidade, aberto às inúmeras forças do mundo que, dependendo da conexão que estabelecem entre si, podem também levar à vida (criação) ou à morte (reprodução). Os dois autores, no livro *Mil Platôs* (1996), em “Como criar para si um corpo sem órgãos”, apontam para a emergência de um Corpo sem Órgãos (CsO), na tentativa de sair do funcionalismo e da territorialidade, a fim de abarcar a intensidade e a experimentação que nos conduzem ao novo e ao diferente. A possibilidade de aflorar um CsO não passa por trocas de informações e comandos, mas sim por intercessões que surgem no encontro dos saberes, ideias, práticas e vivências, dando consistência a fluxos heterogêneos. Desse encontro, podem advir forças e movimentos capazes de produzir um corpo pleno de saberes, de vida e de potência.

Um corpo sem órgãos é feito de tal maneira que ele só pode ser ocupado, povoado por intensidades. Somente as intensidades passam e circulam. Mas o CsO não é uma cena, um lugar, nem mesmo um suporte aonde aconteceria algo. [...] O CsO faz passar intensidades, ele as produz e as distribui num *spatium* ele mesmo intensivo, não extensivo. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.13).

Assim, o CsO seria uma superfície aberta a conexões intensivas, dimensão de forças rizomáticas, que se ligam ao coletivo. Plano em que as formas, os órgãos,

se diluem e dão passagem à potência dos encontros. Mas qual seria o corpo da clínica? Mais especificamente qual é o corpo da clínica numa ONG? Como é constituído o corpo dos psicólogos nesses espaços? Estas são questões que buscamos mapear ao cartografar as possibilidades de expansão e os limites/estratos que bloqueiam a circulação das práticas clínicas nessas organizações. A clínica, então, pode usar o corpo para dois movimentos distintos, sustentando as seguintes dimensões: a formação de um organismo, fechado nas ideias cristalizadas e individualizadas, ou a irrupção do CsO, cuja força encontra-se no coletivo, na abertura para o “fora”, para os diferentes agenciamentos ali circulantes. Como apontamos no Capítulo 2, a clínica se faz entre esses dois movimentos, mas queremos enfatizar aqui o lado que nos põe a pensar essa prática sob sua dimensão ético-política.

A psicologia necessita investir esforços para uma formação que consiga trabalhar com o sofrimento, reconhecendo-o na sua dimensão ético-política, em qualquer área de atuação, quer seja nos diferentes espaços de exclusão social, em intervenções coletivas, quer seja nas intervenções individuais. É pela intensidade do sofrimento do excluído que se torna possível avaliar se o trabalho da inclusão é perverso, às avessas, ou se está agenciando para ações e relações potencializadoras de uma vida mais digna, que leve à expansão – condição esta básica para o ser humano buscar sua liberdade, por que não, a felicidade. (SOUZA, 2004, p.64).

Quando optei por estudar as intervenções clínicas dos psicólogos em ONGs, um dos interesses era o de investigar como a clínica acontece numa lógica não governamental, compreendendo esse espaço como possibilidade de compor modos de atuação diferente do Primeiro Setor (Estado). Isso porque acreditamos que a psicologia inscrita numa organização governamental é atravessada por terrenos duros constituídos por intervenções mais padronizadas e fragmentadas, nas quais predominam a lógica reguladora e homogeneizadora do cotidiano. Podemos observar essa lógica pelo recente estudo sobre um equipamento público de âmbito nacional, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), realizado por uma colega de pós-graduação da PUC Minas, Andrade (2009). Essa pesquisa aponta como mesmo um programa recente do Estado, implantado em 2003, permanece e

prevalece como uma política centrada e pouco inventiva frente às alternativas e às demandas sociais.²⁰

Com base nessas observações, nas entrevistas realizadas e na nossa própria inserção profissional em um CRAS, inferimos que o modelo da prática “psi” dominante ainda é a-político e a-crítico, permanecendo de maneira geral, atrelado à regulação e normatização das subjetividades. Sendo assim, se mantém uma visão sobre a Psicologia que atende à modernidade, em seu projeto de ordem e de uma ciência compartimentada em disciplinas especializadas e especializantes. (ANDRADE, 2009, p.107).

Ao pensar nas intervenções clínicas em ONGs, cujo surgimento vem de um movimento alternativo à esfera do Estado, imaginávamos encontrar um espaço constituído por modos de intervir mais fluidos, abertos e em conexão com outros saberes, poderes e disciplinas. Já que esses movimentos fazem emergir o CsO, sendo ao mesmo tempo produzido e produtor de agenciamentos, esperávamos encontrar corpos nas ONGs mais desterritorializados e potentes, compostos por estratos – uma vez que coexistem, no rizoma, as formas e as forças –, mas também por intensidade. Ou seja, acreditávamos que, nos encontros entre profissionais, público e comunidade atendida, uma rede de intensidades estava em formação e, apesar do nome, em determinadas situações e circunstâncias, essa rede se oporia a qualquer forma de organização pronta e definida. Deleuze e Guattari (1996) assinalam que desfazer o organismo não significa destruir os planos de organização, os estratos e os segmentos, que criam os campos de disciplinas, saberes e práticas, mas abrir o corpo a conexões que supõem todo um agenciamento, vibrações, migrações, territórios e desterritorializações.

Acreditamos que a força potencializadora das intervenções dos psicólogos em ONGs está na possibilidade de expansão e exploração desse território, ao agenciar com toda a rede de intensidades que atravessa esses espaços. No cotidiano das ONGs, temos percebido que a diversidade e a composição de forças/corpos presentes nesse campo podem possibilitar aos profissionais atuantes romper com modelos burocratizados cujas determinações parecem enraizadas para atuar de forma mais aberta, livre de modelos e formatações.

²⁰ O CRAS é um equipamento público que se enquadra na proteção social básica, atuando na perspectiva de prevenção de situações de risco. Ele fica localizado, obrigatoriamente, em territórios onde há presença de vulnerabilidades e risco social, enfocando a família e os vínculos comunitários. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006). O estudo de Andrade (2009) foi focado em um CRAS localizado na cidade de Fortuna de Minas, em Minas Gerais.

Seguindo os objetivos das ONGs investigadas (em sua maioria, oferecer atividades lúdicas, esportivas e educativas às crianças e aos adolescentes), os psicólogos não desempenham funções e tarefas específicas, enquadradas em um modelo predeterminado, o que pode servir como um dispositivo para fazer aflorar o CsO. No universo pesquisado, deparamos com diferentes ações e propostas realizados pelos profissionais *psi*: rodas de conversa, oficinas reflexivas, acompanhamento socioeducativos, acompanhamento psicossocial, articulação comunitária, entre outras ações apresentadas no Capítulo 1. No entanto, sabemos que a questão não é conhecer quais ações são oferecidas, mas como estas vêm sendo exercidas e pensadas.

Em alguns momentos nas entrevistas e nos encontros ocorridos nas ONGs, pude deparar com corpos desterritorializados que se direcionam para a composição e a recomposição de práticas e relações que operam a favor da vida (criação), rompendo e resistindo às forças opressoras que tendem a capturar, adestrar e coagir os corpos. No entanto, vi também que, muitas vezes, há um retorno ao conhecido, uma forte insistência em uma referência identitária ligada ao campo de atuação do profissional ou à sua formação. Frente ao desconhecido, Rolnik (1995a) nos alerta que, não raro, pode ocorrer uma recusa ao diferente, o que impede a circulação de passagens e distribuições de intensidades, e impõe a significância e a subjetivação em uma forma de expressão determinada. Assim, aquilo poderia ser um campo para invenção de novas práticas acaba por ser um espaço de transposição de práticas e discursos. Lembrando que a invenção não pressupõe a criação de grandes estratégias de intervenção, mas de produção de um movimento menor, micropolítico, que acaba se fazendo maior em benefício da vida.

A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum. Cada variação, por minúscula que seja, ao propagar-se e ser imitada torna-se quantidade social, e assim pode ensejar outras invenções e novas imitações, novas associações e novas formas de cooperação. (PELBART, 2003, p.23).

Inclusão social, protagonismo juvenil, exercício da cidadania, diminuição do risco social são propostas apresentadas pelas ONGs e pelos psicólogos entrevistados, mas que, de fato, permanecem distantes de uma efetiva prática política e libertária. Observamos um fenômeno de sedimentação, de coagulação que impõe formas, funções, organizações dominantes e hierarquizadas que visam julgar,

patologizar e reproduzir. Deleuze e Guattari (1996, p.22) nos põem a pensar: “E quanto ao sujeito, como fazer para nos deslocar dos pontos de subjetivação que nos fixam, que nos pregam numa realidade dominante?”. Continuando essa afirmação, os autores pontuam que:

Arrancar a consciência do sujeito para fazer dela um meio de exploração, arrancar o inconsciente da significância e da interpretação para fazer dele uma verdadeira produção, não é seguramente nem mais nem menos difícil do que arrancar o corpo do organismo. A prudência é a arte comum dos três; e se acontece que se tangencie a morte ao se desfazer do organismo, tangencia-se o falso, o ilusório, o alucinatório, a morte psíquica ao se furtar à significância e à sujeição. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.22).

Na ONG em que trabalho, vivenciei uma experiência que aponta para o cuidado em não produzir práticas descontextualizadas e homogeneizantes. Uma das estagiárias de psicologia, ao fazer a oferta de uma oficina reflexiva para um grupo de adolescentes, em uma instituição parceira, ouve logo de início: “Não vem com a dinâmica do barbante não!”²¹ Afinal, o que esses jovens estão nos falando? Como estamos escutando e desenvolvendo nossa prática? A meu ver, estamos intervindo como reprodução, utilizando práticas aleatórias e impedindo a passagem de fluxos (materiais, sociais, culturais, afetivos, semióticos, entre outros) que podem advir dos encontros. Com esse breve exemplo, precisamos pensar não somente nas técnicas e dinâmicas que se repetem, mas também onde as linhas de fuga eclodem e libertam forças para a emancipação dos adolescentes. Em tal situação, essas linhas emergiram a partir do efeito desestabilizador e inquietante que mobilizou a estagiária a buscar outras formas de intervir, seguindo os apontamentos que o próprio grupo de adolescente fazia. Como resultado do trabalho, os adolescentes produziram um interessante jornalzinho comunitário.

Fechamentos e aberturas, reprodução e desterritorializações. Esses processos que incidem sobre os corpos mostram o plano de forças presentes nas ONGs que recebem atravessamentos incontroláveis, agenciam e interferem no seu plano de organização a todo o momento. Fazer agenciamentos que conduzam a desterritorialização e permita emergir o CsO é um desafio. Talvez esta seja a proposta para pensarmos no plano, no corpo da clínica numa ONG. Como mencionamos no Capítulo 2, a clínica permanece como um plano de organização

²¹ Dinâmica do barbante é uma atividade muito comum realizada em grupo, com o objetivo de apresentar os participantes.

segmentado, fragmentado nas divisões binárias entre individual/social, desejo/política, teoria/prática, compondo ideias e intervenções muito fechadas às questões psicológicas, classificatórias e patológicas.

Quando apontamos esse movimento de territorialização e desterritorialização de ideias, pensamentos, estratos, signos e órgãos, nos referimos a um processo delicado e complexo cuja proposta não é desfazer todo o saber adquirido e construído ao longo das experiências, mas agenciar, interferir e produzir movimentos desestabilizadores em direção à criação de outros domínios e relações entre sujeitos, objetos, teoria e prática. O CsO oscila entre os terrenos que o estratificam e o plano que o libera, logo, é necessário guardar “o suficiente do organismo para que ele se recomponha, a cada aurora; pequenas provisões de significância e de interpretação é também necessário conservar, inclusive para opô-las a seu próprio sistema, quando as circunstâncias exigem [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.23). O CsO não emerge desestratificando grosseiramente, mas seguindo uma relação meticulosa com os estratos, e consegue, assim, produzir linhas de fuga para libertar os corpos de tudo aquilo que repete, enrijece e captura. (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Ao encaminhar um *e-mail* solicitando indicações de psicólogos que atuam em ONGs, mencionei rapidamente o tema da minha pesquisa e recebi uma resposta de um professor de graduação que me provocou a pensar na clínica realizada nos novos espaços que a psicologia está sendo convocada a ocupar, como no caso das ONGs.

Oi Letícia. Você chama de intervenções clínicas a toda intervenção desenvolvida por psicólogos? Explícite um pouco mais, por favor.
Abraços, Marcos²²

Difícil precisar e definir essas intervenções, mas temos percebido que, em campos relativamente recentes nos quais a psicologia é convocada a atuar, como nas ONGs, as áreas da psicologia estão mais desterritorializadas, nos possibilitando afirmar que toda intervenção é ao mesmo tempo clínica, social, comunitária, educativa. Processo que escapa a qualquer identidade, seja de área ou de formação e que compreende uma clínica que se dá na interface, que deixa de ser espaço (disciplina) e de estar no espaço (dos consultórios), para se constituir como “[...]”

²² Nome fictício.

matéria que ocupará o espaço em tal ou qual grau – grau que corresponde às intensidades produzidas”. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.13). Essa dimensão *trans* aparece na fala de um entrevistado:

P.3: Que se todo mundo é educador, né, então, os psicólogos ali também são educadores, né? E tão ali fazendo uso dos conhecimentos da psicologia num projeto de educação, lá não é um projeto de psicologia, não é? Mesmo que tenha isso que eu tenha te dito, eu acho que eu não consigo fazer muito uma diferença, assim, se a gente faz uma intervenção, né, essa intervenção, se ela pega o sujeito, eu vou lá dizer se isso é clínico, se isso é da educação? Sei lá! Eu não sei dizer.

A clínica é ocupada por intensidades, a questão é sob qual tipo são produzidas: invenção e/ou reprodução, quando o intensivo passa a ter um funcionamento extensivo?²³ Afinal, onde se encontra a questão crítica e clínica das intervenções dos psicólogos em ONGs? A crítica talvez esteja na dificuldade de esses profissionais compreenderem que um trabalho no social por si só não é garantia de prática ética e libertária. Para isso, é necessário investigar cotidianamente o modo como as intervenções acontecem implicadas nas relações de poder e na gerência sobre a vida.

A dicotomização da área da psicologia em clínica e social é ainda muito forte no trabalho das ONGs como se fossem áreas distintas que, em alguns momentos, comunicam entre si. Sendo assim, ora observamos um esforço para não reproduzir práticas consideradas clínicas nas ONGs, associando-a à ordem psicológica e individual, na defesa por realizar intervenções sociais; ora percebemos a incapacidade em romper com os modelos tradicionais de se fazer clínica. Essa dificuldade foi notada durante uma pré-entrevista com uma psicóloga que realiza um trabalho amplo e diversificado numa ONG. Quando perguntei se o que ela fazia era clínica, ela de imediato responde: “Não. Aqui não tem como fazer clínica, o espaço é muito ruim, não temos privacidade para realizar atendimentos.” (P.7).

As duas posturas colocam, na inserção dos psicólogos nas ONGs, uma forte polarização entre intervenção clínica e social, em que os profissionais tornam-se fechados, presos a essas visões. Nesse panorama, tal como Benevides de Barros

²³ A questão do intensivo e do extensivo está presente ao longo dos textos que compõem o livro *Mil Platôs*, de Deleuze e Guattari (1995). O intensivo corresponde ao rizoma, ao plano de composição, à desterritorialização, ao processo em que a multiplicidade se lança na exterioridade e se agencia. Por outro lado, o extensivo corresponde à árvore, ao plano de organização, à territorialização, processo no qual os fluxos da vida ganham determinada forma e classificação.

(2005), defendemos a ideia de não separação da psicologia em áreas nem em polarizações antagônicas, assinalando o funcionamento do plano de composição com a desestabilização das “certezas” dos saberes e dos modos definidos e dominantes de fazer psicologia.

Acreditamos que a necessidade em definir as práticas *psi* desenvolvidas em ONGs associando-as a áreas (clínica *versus* social) passa pela falta de entendimento da clínica como atitude clínico-política, considerando-a mera técnica que analisa os processos psíquicos e individuais dos sujeitos. A consequência desse modo dominante de pensar-fazer psicologia é justamente a cisão entre clínica e política. Percebemos que, no trabalho em ONGs, esses conflitos ficam ainda mais evidentes, por existirem cisões, no cotidiano de trabalho pesquisado, entre profissionais que direcionam para práticas coletivas, focando nos problemas sociais e comunitários, e aqueles que focam nos sofrimentos e nos problemas individuais derivados de problemas psíquicos e patológicos. Cabe ressaltar que, ao fazer tal constatação, não estamos de forma alguma desqualificando essas práticas, ao contrário, buscamos evidenciar as cisões que, no nosso entender, acabam por distanciar os psicólogos dos indivíduos e da comunidade atendida, e também deles mesmos como equipe, ao desconsiderarem os fluxos-forças que constituem essa realidade.

Sabemos que o plano da clínica não caminhará a todo o momento em busca de conexões, mas preparará o corpo para esses fluxos que atravessam lugares, planos e saberes nos aproxima de um fazer coletivo, da emergência do CsO, do plano de composição, uma vez que a tentativa de classificar, interpretar e patologizar nos distancia do fazer. Nesse contexto, a importância das conexões é evidente, pois “É somente aí que o CsO se revela pelo que ele é, conexão de desejos, conjunções de fluxos, *continuum* de intensidades. Você terá construído sua pequena máquina privada, pronta, segundo as circunstâncias, para ramificar-se em outras máquinas coletivas.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.24).

Através do movimento de resistência a tais forças que tendem à estagnação dos modos de ver, pensar, agir e da preservação de uma verdade, necessitamos de uma aliança entre clínica e política, operando para modos de existência inventivos que potencializem as forças coletivas em oposição aos modos hegemônicos de subjetivação.

Ao ser subjetivado como indivíduo, uma política de assujeitamento se instala pela via da desconexão de um coletivo que não é um conjunto numérico de formas individuadas, mas um conjunto das mais diversas forças. Nessa perspectiva, o coletivo que importa considerar tanto na clínica quanto nas práticas militantes é o coletivo de forças. Em ambos os casos, é o plano das forças, em seu processo contínuo de produção diferenciada de si e de mundos, que aparece como questão. (ABREU; COIMBRA, 2005, p.47).

A questão clínica transita ainda pelo movimento permanente de psicopatologização do cotidiano e da vida. As visões generalizantes, descontextualizadas, e as teorias assumidas e incorporadas como verdades fazem com que muitas vezes as intervenções clínicas desconsiderem as singularidades de cada pessoa atendida. Quando falamos que a clínica se faz pelos estratos e intensidades que circulam entre os saberes, queremos afirmar também a importância de intervir seguindo as particularidades de cada sujeito envolvido, pensando a clínica “ponto por ponto”, rastreando esse plano de forças.

É preciso analisar a forma como acolhemos e escutamos esses sujeitos. A escuta se sustenta em uma postura ética e política, pois não podemos partir do pressuposto de que sabemos o que é bom, ideal e o caminho a ser seguido pelo outro. Quando nos “colamos” em um determinado saber, corre-se o risco de transformá-lo num instrumento de poder que, dependendo das circunstâncias, pode levar à adaptação ou, até mesmo, à destruição. O público atendido pelas ONGs são crianças, adolescentes, famílias e moradores de comunidades que estão excluídos de formas dignas e saudáveis de viver. Cabe a nós pensarmos quanto e como podemos produzir movimentos que levem a desterritorializações, rompam com assujeitamento e consigam abrir fissuras nos modos totalizadores e determinantes de estar no mundo. Nessa aposta, o clínico, seja qual for sua teoria ou formação, se constitui como corpo de passagem, intercessor de processos de subjetivação potentes que escapem da precarização da vida presente nesses usuários.

Corpos-vivos, corpos de passagem que permitam desfazer o organismo e romper com os estratos que bloqueiam e nos fixam às nossas formas de intervir e pensar. Vale ressaltar que não estamos nos opondo aos estratos que organizam nosso exercício profissional, mas sim ao organismo que estes podem compor, caracterizando um “ [...] fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e

hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil”. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.21).

Para continuar a cartografar algumas das questões colocadas sobre os modos de pensar e intervir dos profissionais da psicologia, apresentarei uma experiência em que pude acompanhar numa das ONGs pesquisadas. Nela participei de uma atividade coletiva desenvolvida para crianças e adolescentes por uma equipe composta por educadores da comunidade e estudantes e profissionais de serviço social, ciências sociais e, predominantemente, psicologia. Depois de observar esse trabalho, tive a oportunidade de conversar junto a uma das psicólogas e uma educadora que coordenam o grupo. Participar desses momentos, nesse trabalho de cartografia, somou como força potencializadora para apontar muitas das questões que venho problematizando nesta pesquisa. Junto às informações do Quadro 2 do Capítulo 1 (p.25), acrescentamos aos leitores que a educadora P.5 é moradora da comunidade onde a ONG atua e atualmente acompanha crianças e adolescentes nos seus processos educativos e psicossociais. A psicóloga P.6 formou-se pela PUC Minas, em 2005, foi estagiária da ONG e desde 2007 supervisiona o trabalho dos estagiários de psicologia.

Segundo as entrevistadas, há um ano e meio a equipe pensou e organizou uma proposta de intervenção junto aos adolescentes, criando um espaço em que estes poderiam pensar e falar o que desejarem tanto sobre a ONG quanto sobre suas vidas na comunidade e na cidade onde vivem. A ideia surgiu do questionamento de alguns adolescentes sobre algumas regras de comportamento que a ONG havia implantado e que eles não entendiam. As regras eram basicamente determinações sobre o modo de vestir nas oficinas (miniblusa, tomara-que-caia, calça jeans, tênis, etc.). Surgiu, então, a atividade denominada “Boca Livre” e, como o próprio nome diz, é um espaço livre, aberto ao diálogo e à expressão junto a esses adolescentes. Como explica a psicóloga:

P.6: [...] a ideia é que não fossem para o formato de oficinas, né?! Tradicionais que a gente desenvolve, formato de dinâmicas de grupo, de reflexão, que fosse mais descontraída e que chamasse a atenção dos meninos. [...] A ideia é que fosse um espaço dos meninos, não necessariamente para discutir as regras, mas o que eles quisessem. [...] Isso é um pouco desconstrução do que a psicologia se propõe às vezes, né?! Às vezes nas oficinas oferecidas tem um cuidado de ver o que os meninos querem, mas tem uma coisa de um planejamento, de uma organização anterior, né?! De chegar com alguma proposta e aí o Boca

Livre é um pouco disso assim, de não ter esse formato tradicional, de não propor e que cada Boca Livre seria um Boca Livre diferente!

A equipe havia decidido também que essa atividade não seria somente um espaço para falar, mas também para comer, sendo assim juntos produziram comida e conversa a partir de uma receita definida por todos. Para problematizar as questões advindas dessa experiência, utilizaremos o texto de Denise Sant'Anna (2004), "Vertigens do corpo e da clínica", no livro *Corpo, arte e clínica*. A autora pontua que: "Conversar e comer, dois acontecimentos essenciais e ordinários que implicam intensas vertigens sutis, ou ainda, que envolvem mutações de estado, intensos deslocamentos da percepção, mesmo quando eles não são extensivos e nem, necessariamente espetaculares." (SANT'ANNA, 2004, p.30). Por essa lente, tentamos captar o que ocorreu na oficina.

A atividade acontece todos os sábados, de 15 em 15 dias, pela manhã. Como a psicóloga apresentou, a princípio a atividade não tinha nenhum planejamento predefinido, a equipe contava somente com os ingredientes que, junto aos adolescentes, transformava em deliciosos bolos, pastéis, saladas de frutas, doces e tortas. A cada dia de "Boca Livre", um grupo se forma e um encontro acontece, pois os coordenadores e participantes não são sempre os mesmos, a equipe se reveza, e meninos e meninas ficam atentos aos dias da "Boca" e comparecem quando desejam, não sendo determinado um número fixo de participantes. A atividade surgiu como uma ação específica para os adolescentes, mas as crianças compareceram em "massa" e, assim, foi liberado para elas também. Contudo, tanto a psicóloga quanto a educadora demonstraram dificuldades em coordenar um grupo com crianças, por as considerarem mais agitadas e inquietas.

A partir da receita, o grupo, em conjunto, se organizava para os três momentos: planejamento (limpeza das mãos, panos na cabeça, divisão das funções e tarefas), execução (elaboração da receita) e fechamento (organização e limpeza do espaço e dos utensílios). A conversa acontecia nessas circunstâncias, exigindo trocas e negociações constantes. Durante um tempo o grupo aconteceu desse modo, interativo e expansivo, mas segundo as entrevistadas (P.5 e P.6), o número de meninos e meninas foi aumentando, em média 20 participantes, e a rotatividade trouxe dificuldades para os facilitadores do grupo. A equipe avaliou que os encontros estavam confusos demais, as conversas não estavam "rolando" e, aos poucos, voltaram para as conhecidas dinâmicas e tarefas em grupo, buscando temas para

serem discutidos. A proposta de ser um grupo mais aberto exigia da equipe um deslocamento dos modelos de intervenção até então oferecidos e, principalmente, uma abertura aos devires, ao que surgisse nos encontros com os participantes. Como consequência, “[...] a equipe começou a querer organizar demais, a planejar demais, a pensar demais, dinâmicas num formato muito quadradinho assim: primeiro momento isso, segundo isso e terceiro, tal, tal, tal.” (P.6).

A equipe, assim, opta por dividir a “Boca Livre” em dois momentos: a conversa e a comida. “Como tinham mais crianças começamos a falar então: ‘vamos sair da cozinha, o negócio é para dentro de uma sala fechada’.” (P.6). Elegia-se uma comissão para ajudar na cozinha e, ao final do encontro, todos iam comer. A cada quinzena pensava-se em jogos e dinâmicas para fazer, mas, na avaliação das entrevistadas, a equipe não estava satisfeita, pois se sentia cada vez mais distante da proposta inicial.

Nessa nova proposta, em que se volta ao formato tradicional de temas para discutir, a equipe reconheceu que algo não estava legal, pois as crianças e os adolescentes ficavam muito agitados, demonstrando pouco interesse pela atividade e com grandes expectativas sobre o andamento do “lanche” (este foi o lugar que a comida passou a ocupar). Diziam eles: “Posso ajudar na cozinha?”, “Que horas podemos organizar a receita?”. A equipe, desestimulada, passou a desmarcar e adiar encontros, além de enfrentar dificuldades para escalar os facilitadores para os dias de reuniões, apontando represamentos e bloqueios naquela atividade. Perguntei à educadora como percebia a “Boca Livre” naquele momento:

P.5: Era que fosse tudo certinho mesmo, que os meninos sentassem no círculo, [...]. Era aquele padrão certinho, tudo quase igual aquela propaganda de comercial da família perfeita. Aí, eu ficava olhando para elas²⁴ assim e pensava: “Meu Deus, não vai conseguir isso!” Não tinha como conseguir, os meninos ficavam dispersos. Os psicólogos ficavam muito cansativos, porque era estressante e diziam “vamo voltar o assunto gente! Tá se perdendo”. [...] e eu ficava muito incomodada e descia para a cozinha porque como eu ia discutir com elas e falar que não vai dar certo? Não é porque não davam brecha, mas eram três contra uma, então, eu mesma preferia ir para onde eu poderia falar: “é assim!”, porque elas não sabem cozinhar. [risos].

A equipe começa a se questionar sobre os movimentos do grupo e, para P.6, o movimento perturbador que propiciou repensar o grupo foi quando outra psicóloga

²⁴ Psicólogas facilitadoras do grupo.

disse que ele estava sendo coordenado por muitos psicólogos, e o bom seria se todos fossem direto para cozinha e a conversa se desenvolvesse lá. “Foi legal que a Carolina,²⁵ apontou isso porque P.5, apesar de ter percebido isso, fazendo o movimento dela de ir para cozinha, ir para prática, nunca havia dito. A gente não tinha pensado nisso.” (P.6). Em uma reunião de avaliação todos concordaram que os encontros estavam desvitalizados e, ao mesmo tempo, apostavam na força potencializadora da “Boca Livre”. Nessa reunião, segundo a educadora, o grupo levantou os pontos positivos dos encontros, resgataram as primeiras ideias da construção dessa atividade e, então, decidiram voltar com a versão original: comida e conversa juntos! Na avaliação da educadora: “Começamos a pensar a partir dessa discussão como é possível ter o momento de reflexão junto da prática.” (P.5).

Acompanhei um encontro após essa reconfiguração e ainda não havia conhecido o processo do grupo. Achei a “Boca Livre” uma atividade animada, interativa, aberta ao inusitado, no sentido de mobilizar a conversa para muitas direções. Nesse dia, por exemplo, uma lata de leite condensado havia sumido e este foi o assunto discutido entre eles. “E agora? Vamos fazer uma vaquinha?”, “Posso pegar lá em casa?”, “Mas, e se quem pegou se arrependeu? Tem perdão?”, “O que é perdão?”. Como nos diz Sant’Anna (2004, p.32): “Quando comer e conversar incluem a arte do improviso, entendida como o toque entre história e devir, ambos se aproximam de uma experiência clínica, no sentido deleuziano do termo.”

A minha impressão e, acredito que este tem sido o movimento do grupo, é de fazer a conversa circular de forma livre e desconectada, os integrantes podem contar histórias, experiências e opiniões sobre assuntos que surgem ali, de repente, sem programações fechadas *a priori*. Nessa retomada da proposta inicial, os facilitadores do grupo tentam (re)construir uma relação em que os saberes se misturam e foi essa mistura que tornou, a meu ver, o encontro delicioso! No entanto, na conversa com a psicóloga entrevistada, ela traz pontos de sua formação *psi* que atravessam a condução do grupo, como demonstra a fala a seguir:

P.6: Mas, para mim, ainda tem uma coisa que é difícil e aí eu vou falar por mim assim. No Boca Livre e, em vários Bocas Livres, pensando nesse novo formato, saio pensando que isso não deu certo, não aconteceu reflexão. Na hora que o menino começou a falar coisa de gênero, que a mulher é que vai para cozinha e o homem que trabalha e tal. Aí, eu fiquei superempolgada, e falei: “Gente! Vamos conversar sobre isso!”. Mas, durou trinta segundos

²⁵ Nome fictício de uma das psicólogas facilitadoras do grupo.

[risos da P.6]. E eu falei assim: “Mas como que é isso o negócio de cozinha?” (eu querendo escutar) e aí, a criança respondeu algo só para me satisfazer.

No trecho, a psicóloga aparece como um corpo pronto para capturar as ideias da criança, acreditando que somente através desse recurso o processo educativo, clínico e/ou terapêutico acontece. A criança num movimento libertador simplesmente desconversa.

Pois, o dever de contar e a obrigação de comer são tão fascistas quanto a imposição do jejum da comida ou da fala. Quando há tais tipos de deveres, desconversar torna-se tão estrategicamente importante quanto se calar. As crianças bem o sabem, várias vezes, quando elas são forçadas a comer ou a falar alguma coisa prevista, desconversam, fecham a boca, abanam a cabeça, brincam. Talvez, diferente de fugir, elas agem assim para tomar fôlego. Afinal, o que seria da conversa se ninguém desconversasse. (SANT'ANNA, 2004, p.31).

São por essas e outras que temos que nos perguntar a quantas andam nossas conversas. Saber e sabor são ingredientes presentes em toda e qualquer relação, resta verificar qual a composição que se fará entre eles, pois o excesso de comida ou de saber pode degradar bons pratos. Por isso, é necessário cuidado e atenção aos movimentos e às relações que estabelecemos com os outros, sejam eles educadores, profissionais ou as próprias crianças e adolescentes. Colocar-se lado a lado, abertos aos saberes e às diferentes maneiras de expressar e de estar no mundo é tarefa difícil, como a educadora muitas vezes disse: “A equipe fica cansada!” (P.5). No Capítulo 2, apontamos esse exercício como o grande desafio de uma prática transdisciplinar, colocar-se como corpos de passagem, transmissor de histórias, experiências, corpos e saberes. Acreditamos que este é o plano de composição que faz emergir um corpo sem órgãos (CsO). Sant'Anna (2004, p.33), fazendo uma analogia às comidas e aos temperos, nos ajuda a pensar na construção de uma prática *trans*:

Não se trata de uma relação fusional, e as cozinheiras bem o sabem: trata-se de manter o gosto de cada ingrediente ainda mais potente quando junto com os outros e, ao mesmo tempo, acentuar a singularidade do gosto geral do prato: uma relação entre coletivo e indivíduo em que não há nem degradação, nem dominação de um termo em favor do outro.

Na “Boca Livre”, crianças e adolescentes vão e participam ativamente do grupo, produzindo não só a comida, mas também ideias, pensamentos e histórias.

Os facilitadores, em certo momento, acharam que o trabalho estava “solto demais” e que “não está dando tempo de discutir”, optando por separar a comida da conversa, numa cisão que insistimos repetir e reproduzir em outros momentos. Assim, eles se voltam para a “reflexão” como se dessa maneira fossem talvez produzir mais efeitos nas crianças e adolescentes. Afinal, que tipo de reflexão e conversa a equipe, em especial os psicólogos, queriam/querem alcançar com as crianças e adolescentes? Transcrevo a seguir o fechamento da entrevista em que a psicóloga demonstra conflitos, dilemas e esforços de um trabalho que se quer inventivo, mas que muitas vezes impede a tomada de poder do coletivo e a emergência de singularidades.

P.6: Pra mim o maior desafio é sair do “Boca” com a sensação que a reflexão do jeito que eu imaginava não aconteceu. Sair do “Boca” achando que a conversa do jeito que eu esperava não rolou. Rolou de outras formas, mas o desafio é perceber como a conversa pode ter rolado de outras formas. Eu tenho essa dificuldade em perceber isso, apesar de achar que eu tento o tempo todo desconstruir essa coisa da universidade, eu acho que ainda estou muito tomada com isso, apesar de achar que só rolou a reflexão e a conversa ali se eles falarem aquilo que eu quero escutar.

Cartógrafa: De onde vem isso?

P.6: Acho que vem da universidade, mas vem também da minha pessoa de querer ter um certo controle do que as pessoas estão falando para considerar que o negócio rolou. Eu acho que o desafio é perceber que as coisas podem acontecer, que o processo educativo pode acontecer de outras formas, não da forma como eu acredito que é.

Essa experiência remete a uma série de questões que precisamos pensar para uma atuação crítica das práticas clínicas. A primeira reforça pontos colocados nesta pesquisa, sobre a formação, cuja tarefa se restringe à expressão das interioridades. Este é, sem dúvida, um trabalho importante, mas que em um campo como o das ONGs torna-se necessário ampliar outros olhares, saberes e sabores. Abrir para uma conversa descompromissada, livre de significações e interpretações ainda é um desafio para um fazer clínico que se quer conectado com a vida e aberto a experimentações. Como demonstra o relato anterior, carregamos, ainda que de maneira não intencional ou imperceptível, a ideia de que, para fazer clínica, é preciso ouvir, interpretar, significar, carregados de classificações que impõem significância e podem impedir uma subjetivação potente.

Teremos, então, para pensar numa prática clínica, que alimentar qualquer conversa? Não sabemos. O que sabemos é que se trata de lutar para não reduzir a clínica, assim como a vida, “[...] que é coletiva, a uma suposta sobrevivência individual, personalizada e atomizada”. (SANT’ANNA, 2004, p.39). Aproveitando as

contribuições da “Boca Livre”, precisamos, longe de massas (homogênea, compacta) e receitas prontas, construir um plano coletivo de forças que se alimentem de diferentes ingredientes/corpos/forças sem perder o sabor singular de cada saber: “[...] um paradoxo delicioso; difícil e certamente ocioso saber o que foi mais importante e prioritário ali: o alho? O manjerição? O tipo de sal? Cada tempero, nesse caso, não tem a intenção de existir ‘em si mesmo’, nem de ser reconhecido mais que os demais.” (SANT’ANNA, 2004, p.33).

4.4 Corpos em campo

O relato a seguir vem no intuito de cartografar uma experiência vivenciada pela equipe da ONG onde trabalho e que traz pontos importantes a serem problematizados a partir dos conceitos discutidos neste estudo, transdisciplinaridade e clínica, tendo em vista seus aspectos éticos, estéticos e políticos.

Ao trazer para discussão esse caso pensei em não especificar a organização, mas, ao escrever, deparei com tantas informações e questões que só poderiam ser descritas por quem esteve bem próximo. Acreditamos também que a metodologia da cartografia possibilita tal deslocamento. Deslocar-se, este é o movimento que o caso analisado nos convoca: sair do lugar de pesquisador (neutro e distante) assim como sair dos contornos definidos dos saberes e fazeres dos profissionais de psicologia. O objetivo dessa análise é pensar em deslizos, impasses e possibilidades das intervenções dos psicólogos em ONGs, que acontecem no cotidiano, assim como pensar no trabalho das organizações que atendem comunidades com vulnerabilidade social.

Roberto²⁶ vive em uma comunidade com vulnerabilidade social de Belo Horizonte desde quando nasceu, há 32 anos. Mora com sua mãe, uma senhora com sérios problemas de saúde e com grandes dificuldades em enxergar. Seu único irmão está preso numa penitenciária de Belo Horizonte. Roberto é negro, não concluiu o ensino fundamental, mas tem nos seus escritos uma forma de expor seus pensamentos e reivindicar a vida. Relata que nunca trabalhou, pois, segundo ele,

²⁶ Nome fictício.

nunca lhe ofereceram trabalho digno, sendo assim, a família vive da pequena aposentadoria da mãe. Roberto é portador de transtorno psíquico, com diagnóstico de psicose, apresentando passagens por hospitais psiquiátricos e outros serviços de atenção à saúde mental de Belo Horizonte, tais como o Centro de Referência à Saúde Mental (CERSAM) e o Centro de Convivência. Faz uso abusivo de drogas (maconha, tiner e cola) e sempre se mantém resistente a qualquer tipo de tratamento, psicoterapêutico e medicamentoso.

O que trazemos como discussão é a conexão que esse morador faz com a ONG inaugurada na comunidade, no ano de 2003. Como mencionado no Capítulo 1, a ONG desenvolve atividades artísticas, culturais, esportivas e psicossociais para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos. Roberto circula muito pela cidade e pela comunidade onde vive e, nesse movimento, acabou se aproximando das pessoas que trabalhavam na ONG, relatando sempre seu desejo de transformar sua casa num centro cultural e de criar um filme. O público-alvo da organização são crianças e adolescentes, mas Roberto participava de alguns cursos e formações oferecidos a toda comunidade, como o de produção e gestão cultural e outro de produção de vídeo. Nesse último, participou de um dos vídeos que buscava mostrar a vida em uma favela. Na sua concepção:

Pra explicar o que que é favela a gente teria que adentrar o universo mesmo dessas pessoas que habitam esse espaço, teria de observar como elas vem evoluindo aqui... É muito complicado dizer o que é favela porque a favela é um aglomerado de barracos, de pessoas, de línguas, de hábitos, entendeu?! Isso aqui é uma confusão hereditária que foi passando de geração por geração. É um fenômeno. A favela é um fenômeno que surgiu assim de forma espontânea. É uma espontaneidade! Isso aqui é resultado da cidade mesmo, a cidade que provocou isso aqui. Esse povo antes de vir pra cá eles primeiro passaram pela cidade, tentaram conseguir alguma coisa lá. Na cidade elas vieram ao redor dela que é a periferia, isso aqui é uma periferia. A favela é o lugar do pobre mesmo. É o lugar do excluído mesmo. É o Brasil inteiro! Pra vocês saber o que é a favela, o que é o Brasil... é só você olhar pra isso aqui ó!

Roberto carregava consigo um caderno de anotação e sempre procurava ler suas poesias e textos para os estagiários, funcionários e professores da ONG. Em suas falas, trazia o caráter crítico e contestatório das diferentes organizações e formas de vida. Nas caminhadas pela comunidade, envolvia-se em discussões com a polícia, a rádio comunitária e a Prefeitura, em que, segundo ele, quando tinha 9 anos, foi “obrigado” a se retirar da creche onde estudava. Apresentava questões

com a Igreja e qualquer outra grande organização, como universidade e órgãos internacionais. Em uma conversa com a coordenadora da instituição, disse que ONG só existe para dar emprego à classe média. Apesar dessa opinião, Roberto estabeleceu uma forte conexão com a organização, onde encontrava um espaço de escuta e atenção.

Durante a aproximação, Roberto passava por momentos de crise e chegava a ser levado por um dos supervisores da ONG ao CERSAM para ser medicado. Com o passar do tempo, Roberto começa a reivindicar um emprego, além de apoio para a construção do seu centro cultural e, não sendo atendido, adquire uma postura hostil com a equipe. Apesar das conversas para explicar os objetivos da ONG, seu público-alvo e a inviabilidade em ajudar nesse projeto, Roberto não aceitava, o que tornou suas reivindicações cada vez mais intensas e agressivas. Exigia da coordenação o pagamento de uma dívida de cinco milhões de reais e gritava na rua que estávamos invadindo suas terras. Enfatizava sua origem negra e indígena, ameaçando os funcionários e estagiários (em sua maioria, brancos e de classe média).

A coordenação da ONG decide que a equipe de psicologia pense formas de intervenção junto a Roberto, articulando com os serviços de saúde disponíveis à população. Ficamos, portanto, de referência para viabilizar sua ida ao Centro de Saúde e agendar uma consulta com o psiquiatra. Trabalho este que exigia dois difíceis manejos: convencê-lo a ir ao médico e conseguir o atendimento. Acompanhei Roberto na primeira consulta com um clínico geral e, durante a conversa, o médico lançava suas perguntas prontas: “Ele está ouvindo vozes?”, “Ele está tendo alucinações?”. Com o intuito de mostrar que o sujeito estava ali e era ele quem tinha algo a dizer, dirigi as perguntas para que Roberto respondesse. Ele respondia que não era louco.

Inicia-se, assim, um processo no qual buscávamos incentivar Roberto a aderir ao tratamento, levando-o a consultas psiquiátricas e fazendo visitas domiciliares. Tentamos organizar junto com a mãe e colegas próximos de Roberto o controle da medicação, as idas aos atendimentos médicos, além de incentivá-lo na produção de textos e músicas. Paralelamente, tentávamos discutir o caso com o Centro de Saúde, o que foi possível depois de muita insistência, considerando todos os impasses e limites que o serviço público apresenta. Roberto mostrava-se resistente às consultas e à medicação. O médico lhe perguntava por que estava tão nervoso, e

ele respondia: “O problema é a cidade... são eles que estão do outro lado invadindo minhas terras!”.

Roberto, fazendo uso intenso de drogas, continuava indo à ONG, porém cada vez mais agressivo, chegando a quebrar vidros, cadeiras e o telefone. Os porteiros relatam noites em que ele passava um tempo jogando pedras na placa com o nome da organização. Diante da situação e, proporcionalmente, de suas agressões e ameaças, a equipe foi se “fechando” às suas falas e questões. Roberto foi avisado que, devido aos comportamentos dos últimos tempos, estava proibido de entrar na ONG e, durante as discussões no portão, a equipe de psicologia era chamada para intermediar. Em alguns momentos, Roberto gritava para mim “volta para o norte, volta para o norte!”, perguntava “mas que norte?”, e ele respondia “norte da Europa que é o seu lugar!”. Nas confusões, apontava para jovens da comunidade que se aproximavam diante do movimento e gritava: “Vocês não percebem? Temos que se voltar contra eles. Sejam homens, sejam pretos!”. Era interessante observar a reação da comunidade que nunca o via como portador de transtorno psíquico, alegando que ele aproveitava dessa nomeação para fazer o que queria, “Roberto não é louco, ele é esperto! Sabe que vocês o chamando assim nunca vai ser preso.”

Diante das ameaças (impedir realização de eventos, agredir pessoas), uma das medidas adotadas pela equipe foi chamar a polícia a cada vez que Roberto aparecia na frente da ONG. Vale ressaltar que, apesar das ameaças, ele nunca agrediu ninguém. Assim, a equipe de psicologia foi deixando de fazer o acompanhamento de perto, mantendo contatos com os profissionais dos Centros de Saúde e CERSAM.

Roberto passou também a circular por outras instituições localizadas na comunidade e a reivindicar seus direitos, em especial, “suas terras” e a liberdade do seu irmão preso. No Centro de Referência do Cidadão, espaço de atendimento à comunidade para mediação de conflitos, ele frequentemente se envolvia em discussões, ameaçando uma psicóloga e um advogado que trabalhava neste espaço. Em momentos diferentes, Roberto chegou a quebrar o vidro do meu carro e o da psicóloga do Centro de Referência jogando pedras, além de amassar a porta do carro de uma das coordenadoras da ONG. As organizações, então, se juntaram para discutir o caso e passam a reivindicar uma ação dos serviços de saúde, e acontecem duas reuniões com toda a rede de atenção a saúde mental de Belo Horizonte.

Roberto continuava com seus comportamentos agressivos e, proporcionalmente, o espaço para escuta e atenção ao sujeito foi sendo negada. Em um dia que Roberto aproxima da ONG e chuta o portão, a polícia é acionada e o encaminha para o Instituto Raul Soares,²⁷ onde fica internado por três semanas. Após a alta, Roberto se afasta das organizações, nós, funcionários da ONG, não estabelecemos nenhum contato com ele, ou seja, a conexão entre Roberto e a ONG foi desligada. O Centro de Saúde assume mais o caso e passa a articular formas de tratamento, controle da medicação, frequência no CERSAM, entre outras.

No período de quase dois anos, a grande maioria dos profissionais, estagiários e coordenadores saem da ONG, envolvidos com outros trabalhos. As notícias que tínhamos de Roberto era através dos moradores da comunidade que são também funcionários da ONG e ora diziam que ele estava bem, tranquilo, ora muito sedado, ora fazendo uso de drogas e sem se medicar.

Dois anos se passam sem nenhum contato entre a ONG e Roberto. Em junho de 2008, ele retorna à porta da organização, pergunta de quem era o carro estacionado e quebra novamente o para-brisa do meu carro. Depois disso, durante semanas, vai à porta da ONG agredir verbalmente a organização e gritar com os porteiros e funcionários. A cada aparição, a polícia era acionada. Segundo relato dos porteiros, Roberto apareceu algumas vezes para me pedir desculpas pelo ato com o carro, “não vou fazer mais isso, a Letícia estava flutuando, precisava acordá-la!”.

Nesse “reencontro”, poucas ações foram pensadas por parte da ONG. A coordenação preocupada em resguardar a equipe diante das ameaças de Roberto pontuou que a ONG já havia se envolvido demais com o caso anos atrás, e que Roberto é um sujeito louco, um caso de saúde mental. Não sendo público-alvo da ONG, nenhuma intervenção deveria ser feita com ele. Nas reuniões com profissionais de psicologia, comunicação, administração e ciências sociais, os encaminhamentos pontuais foram acionar o Centro de Saúde e entrar com um processo na justiça, no sentido de responsabilizar o sujeito por suas ações. Ninguém da equipe participou de discussões sobre o caso na rede de atenção à saúde, assim como nenhuma conversa ou aproximação com Roberto foi realizada.

O que chama a atenção é que esse movimento de Roberto, para a grande maioria da equipe, foi compreendido como uma ação contra mim especificamente,

²⁷ Hospital psiquiátrico público de Belo Horizonte.

não sendo capturada a dimensão maior que é pensarmos no lugar da organização, nos significados e nas representações que a ONG tinha e tem na vida de Roberto e da própria comunidade. Assim, eu ouvia: “Mas por que, Letícia, ele cismou tanto com você?”, “Você tem que tomar cuidado!”. Observo que os corpos/pessoas que compõem o espaço se mostram ausentes dessa relação, colocando no nível individual um problema que remete ao coletivo, a organização.

Atualmente, Roberto continua sem tratamento, fazendo uso de drogas intenso, e a ONG não mantém nenhuma ligação com ele nem com a rede de equipamentos sociais envolvidos no caso. Sabe-se, a respeito do caso, que discussões são feitas na rede de atenção à saúde mental e, paralelamente, a justiça lança seus procedimentos.

Mas por que esse caso é trazido para discussão? Podemos pensar sob vários aspectos, mas enfatizaremos o papel das ONGs, da psicologia e seus desdobramentos. A ideia não é de analisar o “caso Roberto”, mas buscarmos uma perspectiva mais ampla à luz do tema central desta pesquisa, as intervenções clínicas dos psicólogos em ONGs que atendem comunidades com vulnerabilidade social. Há alguma dúvida de que o trabalho com Roberto é clínica? Nenhum atendimento individual foi feito, apesar das tentativas dos psicólogos dos Centros de Saúde e de sabermos o quanto esse espaço de escuta seria importante para o tratamento de Roberto. Apontamos com este trabalho uma clínica que transcende não somente o espaço do consultório e da análise do sujeito, mas que direciona para as dimensões ética e política dos nossos modos de pensar-fazer psicologia.

Hoje percebemos que talvez os contatos com a rede devessem ter sido, desde o início, mais intensos, visando atribuir a cada pessoa e instituição as suas possibilidades de atuação. A ONG e a equipe de psicologia acolheram Roberto nas suas demandas e problemas, mas talvez com certo excesso, visto que o caso exigia a presença de outros parceiros e outras conexões. Além disso, redes diversas poderiam ter sido construídas, com os saberes da arte, da cultura e da educação.

O trabalho realizado desde os primeiros contatos da equipe com Roberto foi sempre de muita atenção e respeito. Apesar de não ser público-alvo da organização, por inúmeras vezes ele encontrou espaço para conversar, protestar e reivindicar seus direitos. Sabemos que não era por acaso que se dirigia constantemente até lá, ele sabia que provocava afetos e mobilizava muitos que ali trabalhavam. No entanto, ao escrever esse relato, percebemos que a maior preocupação foi com sua saúde

mental (que obviamente exigia cuidados), mas algo mais poderia ser tratado. Afinal, o que Roberto estava e está querendo nos dizer? Não podemos pensar que, de alguma forma, estávamos também invadindo suas terras e ameaçando sua vida?

Assim como nesse caso, em diversas outras situações, a tendência primeira da psicologia é patologizar. As discussões feitas sobre Roberto sempre apontavam para aspectos psíquicos do sujeito (paranoico, delirante, drogadito) e as relações subjetivas (transferência, erotomania), cria-se, assim, um quadro estrito das teorias psicológicas, em que aspectos políticos, coletivos e sociais são desconsiderados. Como nos lembra Deleuze (1992, p.180), referindo-se ao *anti-Édipo*, “[...] o inconsciente não é um teatro mas uma fábrica, uma máquina de produzir; o inconsciente não delira sobre papai-mamãe, ele delira sobre as raças, as tribos, os continentes, a história e a geografia, sempre um campo social.”

O caso Roberto aponta os vários momentos em que a psicologia se encontra de “portas fechadas”, presas em suas ideias descontextualizadas, fragmentadas e apolíticas. Rolnik (1995b) aponta que as teorias em psicanálise (e estendendo para a psicologia de modo geral) “[...] devem se fazer a serviço de questões que se colocam para a subjetividade no contemporâneo, constituindo-se em cartografias das novas formas de subjetividade que se criam a partir desta problematização.”

Não se trata, de forma alguma, de desconsiderar os comportamentos e sintomas do sujeito, mas de evidenciar a necessidade cada vez mais presente de analisar o modo como os encontros acontecem na clínica e como lidamos com os atravessamentos que nos afetam. Como agir diante dos atravessamentos? Podemos nos fechar aos nossos modos de ver e pensar o mundo, conjugando com saberes predefinidos, que nos pregam numa realidade dominante. Ou abrimos “[...] o corpo a conexões que supõem todo um agenciamento, circuitos, conjunções, superposições e limiares, passagens e distribuições de intensidade, territórios e desterritorializações medidas à maneira de um agrimensor.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.22). Ou seja, podemos nos abrir para os afetamentos provocados pelo encontro com o diferente. Rolnik (1995b) afirma que

[...] abrir-se para a diferença implica em se deixar afetar pelas forças de seu tempo. Uma política não consiste simplesmente em reconhecer o outro, respeitá-lo, preocupar-se com as conseqüências que nossa conduta possa ter sobre ele; mais além trata-se de assumir as conseqüências de sermos permanentemente atravessados pelo outro, uma política indissociável de uma ética de respeito pela vida.

De que modo ocorreu o encontro de Roberto com os profissionais da psicologia e da ONG? Num primeiro momento se abre para um diálogo e encontro possível, ouvem-se suas histórias, ideias e projetos, mas, como Rolnik (1995b) afirma, não se trata de buscar manter uma relação de respeito e atenção. Ao que parece, os psicólogos da ONG, e estendendo para a psicologia, apresentam dificuldades em trabalhar com o “intempestivo” que surge no encontro com o outro. O intempestivo é “[...] a emergência de uma diferença desestabilizadora das formas vigentes, a qual nos separa do que somos e nos coloca uma exigência de criação [...]” (ROLNIK, 1995b). O intempestivo seria os atravessamentos que surgem nos encontros, promovendo desestabilizações e possibilidades de novos modos de subjetivação ao lidarmos com situações, pessoas, saberes e comportamentos diferentes. Essa diferença quando não é sustentada faz com que os psicólogos (e outros profissionais e sujeitos) prendam o pensamento num saber único e absoluto. Parte-se daí uma posição ética: “[...] o intempestivo só é maldito para quem não suporta encarar a finitude e insiste em alucinar o absoluto.” (ROLNIK, 1995b). A psicologia, ao deparar-se com os atravessamentos de Roberto, reduziu a subjetividade à interioridade do indivíduo, trazendo como consequências intervenções reducionistas aliadas ao seu “poder” de rotular e de diagnosticar.

O trabalho da psicologia e de ONGs num território de vulnerabilidade social demanda uma ênfase nos aspectos ético-estéticos e políticos. Essa postura exige uma análise à luz destes três aspectos: trazer o modo como lidamos com as diferenças e nos abrimos aos devires (ética); criar novos territórios e outros modos de subjetivação (estético); e resistir às forças que tendem à estagnação e à repetição (político). ROLNIK (1995b).

É esse modo de atuação que podemos chamar de clínica. Um modo também atento aos acontecimentos, fluxos e atravessamentos. É a clínica do devir-outro. “Devir outro que não corresponde a tornar-se outro, escapando de si mesmo, mas sim sustentar a diferença desse outro, deixando-se afetar pelo ritmo, pela intensidade desse outro, estabelecendo associações, agenciamentos.” (ROMAGNOLI, 2006a). A prática clínica exige um esforço contínuo de nos perguntar e questionar os nossos modos de pensar-fazer. Qual é a responsabilidade, qual é o compromisso social que nós, psicólogos, possuem com relação ao seu trabalho e

com os efeitos destes? O esforço de colocar-se a escuta implica uma indissociabilidade entre crítica e clínica.

Uma prática clínica que visa desenvolver a escuta do que excede as formas de expressão de que dispomos para que se possa criar novas formas que encarnem estas transformações já havidas; tal excesso nos chega através de um mal-estar e escutá-lo passa por tratar dos obstáculos que se construiu para evitar seu enfrentamento. Ao mesmo tempo, uma prática crítica que visa fazer do pensamento uma ferramenta a serviço da criação de sentido para aquilo que o mal-estar nos indica, de modo a trazê-lo à existência. (ROLNIK, 1995b).

É esse mal-estar provocado pelo intempestivo que nos convoca e impulsiona à prática transdisciplinar. O pensamento transdisciplinar ocorre no movimento incansável de pensar o “modo-fazer” junto ao “porque-fazer” e, dessa forma, a potência do pensamento aparece a partir de forças que desestabilizam territórios e nos convidam a criar novas formas de ser, estar e pensar o mundo.

O que nos força é o mal-estar que nos invade quando forças do ambiente em que vivemos e que são a própria consistência de nossa subjetividade, formam novas combinações, promovendo diferenças de estado sensível em relação aos estados que conhecíamos e nos quais nos situávamos. (ROLNIK, 1995b).

Um movimento inquietante, provocado pelos afetamentos, que nos impulsiona a percorrer zonas de indeterminação, fazendo emergir rizomas através de conexões com outras disciplinas, saberes, sujeitos, espaços e lugares. Os procedimentos levantados para intervir com Roberto mostram o quanto estamos distantes de uma prática *trans*. Buscaram-se ações com os serviços de saúde (médicos, enfermeiros, agentes de saúde) e do direito (delegado, advogados), com o objetivo de encaminhar ações aos responsáveis. De um lado, dissemos: “Isso é responsabilidade do Centro de Saúde, não trabalhamos com adultos.” O serviço de saúde declarou: “Não sabemos o que fazer, ele não aceita o tratamento e a medicação.” E o direito: “Precisamos encaminhá-lo para uma avaliação psicológica”. Dessa forma, cada saber desempenha suas “funções”, num trabalho fragmentado e desconectado. Abrir a escuta para a turbulenta profusão de diferenças pode ser um caminho.

Desta escuta dependerá seu efeito: calar ou dar voz ao transhumano no homem, resistir ao trágico ou afirmá-lo – ou seja, emperrar ou relançar a produtividade do ser. Em termos sociais e históricos isto implica em reiterar

os modos de subjetivação dominantes ou colocar-se na adjacência de suas rupturas, sustentando a busca de expressão daquilo que as nuvens negras das diferenças anunciam intempestivamente. Em suma, suportar e permitir que a história nos separe de nós mesmos toda vez que isso se fizer necessário. (ROLNIK, 1995a).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE O PONTO DE CHEGADA E O PONTO DE PARTIDA

Tanto ao longo da escrita deste trabalho, quanto nos encontros com o campo, observamos que alguns conteúdos se repetem, são eles: o movimento da clínica; a fragmentação e a dicotomização entre os saberes, as disciplinas e os objetos; a transdisciplinaridade e o coletivo atuando como plano de forças para engendrar práticas inventivas e resistentes aos mecanismos de controle efetuados na atualidade; e outros pontos que nos convocam a repensar a psicologia, a experimentar a clínica. Inicialmente, esse fato nos incomodou, como se estivéssemos o tempo todo reproduzindo, repetindo constatações já feitas, não acrescentando algo de novo no estudo das intervenções clínicas, ou mesmo, entediando nosso leitor mostrando novamente o que ele já havia lido. Todavia, acreditamos que essa repetição é portadora de sentido próprio, fazendo ecoar, reverberar marcas, ritmos do nosso campo de estudo, do nosso afetamento e implicação. Ritmos que marcam territórios e os modelam e recortam, mas ao mesmo tempo os intensificam, os potencializam, de modo imanente e inseparável. Dessa maneira, os pontos expostos anteriormente funcionam como uma interface, uma superfície que conjuga planos e forças, pois, ao mesmo tempo que homogeneízam, trazem uma diferença.

Através dessas forças, linhas e vetores que percorri o universo desta pesquisa, as intervenções clínicas desenvolvidas por psicólogos em ONGs que atendem comunidades com vulnerabilidade social de Belo Horizonte. Parti nessa aventura, levando questões advindas da ONG onde atuo e da minha formação. Na trilha cartográfica, não estava preocupada com o começo nem o fim, estava atenta ao meio, ao processo em que o percurso se faria, aos acontecimentos que atravessariam todo o trajeto. Percorri caminhos difíceis, tortuosos, tomados pelo medo do desconhecido e das desestabilizações geradas nesse trajeto, mas continuei nessa pesquisa alegre, movida pelo desejo de arriscar e desbravar novos territórios.

Descobri que a clínica, como qualquer outro campo de saber, se faz por estratos e linhas (segmentaridade e de fuga) que convocam processos de

subjetivação em todas as subjetividades envolvidas. Com sua capacidade de produzir em todo e qualquer espaço profissional, a clínica ganha uma dimensão ampla ao abrir-se para os acontecimentos, para as forças que vêm de “fora”, compondo com fluxos e gerando efeitos. Efeitos estes que podem caminhar em direção da reprodução e opressão e/ou seguirem a favor da expressão e criação.

Esses planos de organização e de composição da clínica, respectivamente, seguem os movimentos do mundo contemporâneo, cuja lógica capitalista insiste em manter uma sociedade excludente e, ao mesmo tempo, globalizada, funcionando cada vez mais por redes flexíveis, modulares, mas que têm como seu maior investimento a vida, serializando e reproduzindo formas de se colocar no mundo. Essa lógica é disseminada no campo das competências subjetivas e é nesse território que a clínica se constitui como potência para resistir e criar. Mas de que modo as intervenções clínicas podem promover esses efeitos? Observamos nesse estudo que, através da abertura aos encontros, dos agenciamentos com pessoas, lugares, objetos, saberes, sons e de uma escuta sensível à realidade, os profissionais *psi* podem engendrar modos de pensar, estar e intervir em espaços sociais, nesse caso as ONGs.

No encontro com os entrevistados, nas visitas às ONGs e nas experiências do meu cotidiano profissional, percebemos uma distância entre a formação do psicólogo e o que a inserção naquele contexto exige dele. A fragmentação entre os saberes, a distância de uma prática que se quer *inter* e transdisciplinar, a centralização em questões individuais e subjetivas contribuem para a estagnação de posições binárias como, coletivo/individual, clínica/política, interior/exterior.

A transdisciplinaridade nos convoca a “[...] perceber as coisas pelo meio, e não de cima para baixo, da esquerda para direita ou inversamente” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.35). Nesse sentido, essa prática nos atenta para o meio das forças que atravessam as relações entre subjetividades, territórios, saberes e práticas. Uma clínica *trans*, rizomática, como trabalhamos nesta pesquisa, deve aliar as intervenções à subjetividade de cada um, articulando esse fazer a uma ação política eficaz, em que o coletivo funcione como plano de coengendramento dos indivíduos e da sociedade (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005).

Ao percorrer o terreno das ONGs, encontramos um campo complexo e multifacetado que nos possibilita agenciar com sistemas pré-pessoais, maquínicos, econômicos, tecnológicos, ecológicos, midiáticos, culturais, ao mesmo tempo que,

sem dúvida, possui formas endurecidas e cristalizadas que tendem a buscar modelos já estabelecidos. No entanto, essa diversidade apresenta-se como um campo fértil à experimentação, para modos de intervir mais fluidos e abertos a outros saberes, poderes e disciplinas. A realidade investigada mostrou ainda que há um retorno ao conhecido, uma forte insistência em uma referência identitária ligada ao campo de atuação do profissional ou à sua formação. A clínica tradicional ancorada ao modelo médico e o aparato conhecido, difundido e ensinado nos espaços de formação acadêmica ainda de forma dominante, acaba por reproduzir práticas que insistem em significar, julgar, patologizar e interpretar o cotidiano. A insistência de que essa clínica seria a única possível, acarreta inclusive em uma classificação de que o que se faz em uma ONG não é clínica, mas social, como foi colocado por alguns entrevistados.

A cisão entre as dimensões social e clínica são pontos marcantes nas intervenções dos profissionais. Acreditamos que esse fato ocorra pela concepção da clínica como prática individual, restrita a um campo disciplinar e aos aparatos tradicionais de expressão das interioridades. Sabemos da importância dos atendimentos individuais como espaço terapêutico, de escuta e atenção aos problemas e sofrimentos humanos, propiciando mudanças. A questão a ser problematizada é de que forma tomamos essa prática como coletiva mesmo quando atendemos um indivíduo. Coletivo entendido como nos aponta Escóssia e Kastrup (2005), um plano de relação, de exterioridade, que se opõe a uma abordagem dicotômica da realidade. O coletivo permite a abertura para a dessubjetivação, para a desterritorialização, além de permitir a passagem de fluxos mutantes e derivar em uma criação/invenção, em outros modos de expressão. Nesse campo ainda emergente de atuação dos psicólogos, torna-se necessário agenciar com toda a rede de intensidades que atravessa esses espaços e, para isso, outros recursos podem e devem ser experimentados, propiciando o alargamento de sentidos e a expressão das singularidades.

Nesta pesquisa, buscamos investigar os modos como os psicólogos junto às suas práticas em ONGs e às suas formações vêm operando no/para o social. As teorias, as idéias e os pensamentos são pontos de subjetivação, são ferramentas-chave para a condução de uma prática clínica. Contudo, é preciso observar como esses dispositivos agenciam com os elementos que compõem o “fora”, a exterioridade, e o “dentro”, a interioridade. Lembrando que mundo externo e mundo

interno estão engendrados num mesmo processo, coexistindo e interferindo um ao lado do outro, a todo instante. Assim, “[...] dentro e fora não são meros espaços, separados por uma pele compacta que delineia um perfil de uma vez por todas. O que percebemos é que eles são indissociáveis e, paradoxalmente, inconciliáveis. O dentro detém o fora e o fora desmancha o dentro.” (ROLNIK, 1995c, p.306).

As disciplinas, as práticas e os saberes, e a própria formação, funcionam como um plano de organização que dão consistência para as atuações clínicas dos psicólogos. Na atuação das ONGs, percebemos que esse plano é atravessado por inúmeras forças e fluxos que nos desestabilizam, nos convocam a novas formas de pensar, agir e sentir, nos convidam a zonas de indagações frequentes, diante da complexidade que se apresenta e na qual estamos imersos. Esses encontros constituem uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo (ROLNIK, 1995a). Essa força desestabilizadora que nos tira do campo das certezas para a construção de algo novo pode promover vertigens, medos e ser apreendida como ameaça. O que percebemos é que muitas vezes os psicólogos se fecham para os diferentes modos de pensar-fazer clínica, utilizando as teorias/formação como escudo, como uma proteção contra essa desestabilização.

Caminhar na direção de uma prática transdisciplinar é, sem dúvida, um exercício muito difícil, pois requer trabalhar com os devires e os acontecimentos. “É por isso que o acontecimento é sempre ‘pré-individual’. É sempre a renúncia a si e não identificação a si que ocorre.” (RAJCHAMAN, 1993, p.193). O acontecimento que sustenta a prática transdisciplinar traz o estranho, o impensado, o processo de transformação de um modo de ser em outro, de uma referência identitária por agenciamentos com a diferença, através da emergência do coletivo de forças que acompanha as situações, as relações. Dessa forma, propomos a substituição da continuidade e da eternidade pelo tempo do intempestivo, pelo que pode advir dos encontros. Reforçamos que não se trata de abandonar nossas bagagens intelectuais e conceituais, mas de estarmos atentos ao “conceito-outro”, à alteridade, às surpresas e à singularidade de cada caso. “Seguir singularidades é deslocar constantemente a questão do ‘é’ pela questão do ‘e’.” (RAJCHAMN, 1993, p.192).

Apostamos nesse caminho, mas sabemos que as intervenções clínicas não serão o tempo todo rizomáticas, conectivas, em seu sentido inventivo. Em determinadas circunstâncias, conseguiremos abertura à invenção, em outras, manteremos o plano de organização para dar corpo à nossa composição atual. Com

certeza, tais modos de funcionamento coexistem nessas intervenções, de qualquer forma, é preciso estarmos atentos às forças da processualidade, analisando em que momento elas inventam ou reproduzem.

Os profissionais *psi*, ao se colocarem como corpos de passagem e desenvolverem uma escuta desconectada, livre de significações e interpretações determinantes, podem criar uma prática clínica, seguindo uma posição ética, estética e política. Ética porque, com uma escuta sensível, podemos compreender as diferenças que se fazem em nós e afirmar o devir através dessas diferenças, em um movimento potencializador da vida. Estética e política porque nos possibilita criar a partir das diferenças, renovando nossa percepção das coisas, resistindo às forças que obstruem as emergências do devir e que insistem em nos modelar, homogeneizar, ao mapear os planos de forças presentes nas situações e analisar os efeitos produzidos, como pontua Guattari (1993)

Assim, continuarei esta viagem, perseguindo o poder-potência, e não o poder-opressão que as formações, as práticas clínicas e as ONGs podem exercer. Nessa empreitada, considerando toda a diversidade do campo: estatal ou não governamental; psicologia clínica ou psicologia social; psicanálise ou outra formação, queremos é enfatizar como usamos esses dispositivos e, se no caos, nós convocamos esses dispositivos para o coletivo, para agenciar e criar algo com o que sabemos, com o lugar que ocupamos, com o que estudamos.

Distantes de esgotar a problemática estudada, buscamos lançar questionamentos e desafios, além de começar a elucidar as intervenções clínicas nas ONGs. Longe de respostas prontas e definidas ou de apontar um caminho exato a ser seguido, visamos neste trabalho, mesmo que pequeno, promover um movimento de desterritorialização no leitor, na tentativa de deixar a vida passar nas forças, e não nas formas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Maria do Rego M. de Abreu; COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Quando a clínica se encontra com a política. In: MACIEL JÚNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia (Org.). **Polifonias: clínica, política e criação**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p.41-48.

ACHCAR, Rosemary (Coord.). **Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

ANDRADE, Laura. **O Psicólogo no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortuna de Minas** – MG: na trilha cartográfica dos territórios subjetivos. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ARMANI, Domingos. **Breve Mapa do Contexto das ONGs Brasileiras**. 2003. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/artigos/brevmapa.htm>>. Acesso em: jul. 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS **Perguntas frequentes**. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em: ago. 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL. **O pulo do gato**. 2006. Disponível em: <<http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=315&codPagina=14754>>. Acesso em: set. 2008.

BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. Apresentação. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Org.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. O movimento do institucionalismo e as práticas comunitárias. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social**. Belo Horizonte, 1992. p.101-104.

BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. Guattari e as filiações. **Cadernos de Subjetividade: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo, v.1, n.1, p.51-53, 1993.**

BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. A psicologia e o Sistema Único de Saúde. **Psicologia e Sociedade**, v.17, n.2, 2005, p.21-25.

BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n3/a14v10n3.pdf>>. Acesso em: fev. 2009.

BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte; PASSOS, Eduardo. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, v.16, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: abr. 2006.

BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte; PASSOS, Eduardo. O que pode a clínica? A posição de um problema e de um paradoxo. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; ENGELMAN, Selda (Org.). **Corpo, arte e clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.275-297.

BONFIM, Elizabeth de Melo Bomfim; FREITAS, Maria da Fátima Quintal Freitas; CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Fazeres em psicologia social. In: FRANCISCO, Ana Lúcia; KLOMFAHS, Carolina do Rocio; ROCHA, Nádia Maria Dourado (Org.). **Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços**. Campinas: Átomo, 1992. p.125-160.

CAMPOS, R. H. F. Notas para uma história das idéias psicológicas em Minas Gerais. In: DRAWIN Carlos Roberto Drawin *et al.* (Org.). **Psicologia: possíveis olhares, outros fazeres**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia, 1992. p.11-64.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, Esther Maria M.; NASCIMENTO, Maria Lívia do; FONSECA, Tânia Mara (Org.). **Práticas PSI inventando a vida**. Niterói: EdUFF, 2007. p.27-38.

COSTA, Fabiana Tomazzoni da Costa; MOEHLECKE, Viline; FONSECA, Tânia Mara Galli. Abrir o corpo da clínica. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; ENGELMAN, Selda (Org.). **Corpo, arte e clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 299-312.

DELEUZE, Gilles. Os intercessores. **Conversações**: São Paulo: Editora 34, 1992, p. 151-168.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, v.1, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, v.3, 1996.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DUARTE, Luiz Fernando; RUSSO, Jane; VENÂNCIO, Ana Teresa A. (Org.). **Psicologização no Brasil: atores e autores**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

ESCOSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.10, n.2, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722005000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em jul. 2009.

FERREIRA NETO, João Leite. Qual é o social da clínica? Uma problematização. **Pulsional Revista de psicanálise**. São Paulo, ano XVI, n.167, 2003, p. 49-56.

FONSECA, Tânia Galli; KIRST, Patrícia Gomes. O desejo de mundo: um olhar sobre a clínica. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v.16, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n3/a04v16n3.pdf>>. Acesso em: set. 2007.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANCISCO, Ana Lúcia; KLOMFAHS, Carolina do Rocio; ROCHA, Nádia Maria Dourado (Org.). **Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços**. Campinas: Átomo, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Território e Desterritorialização em Deleuze e Guattari. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.99-141.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

KASTRUP, Virginia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, v.19, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: jun. 2007.

KASTRUP, Virgínia. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção In: CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes (Org.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. p.465-489.

KIRST, Patrícia Gomes *et al.* Conhecimento e Cartografia: tempestades possíveis. In: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Org.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.91-101.

LANDIM, Leilah. As ONGs são Terceiro Setor? **ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p.107-133.

LOURAU, René. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MACIEL JÚNIOR, Auterives. O problema da escolha e os impasses da clínica na era do biopoder. In: MACIEL JÚNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia (Org.). **Polifonias: clínica, política e criação**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p.51-62.

MACIEL JÚNIOR, Auterives; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia (Org.). **Polifonias: clínica, política e criação**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p.51-62.

MAIRESSE, Denise. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Org.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.259-271.

MARASCHIN, Cleci; PALOMBINI, Analice. Uma psicologia feita de entremeios. In: ARANTES, Esther Maria M.; NASCIMENTO, Maria Lívia do; FONSECA, Tânia Mara (Org.). **Práticas PSI inventando a vida**. Niterói: EdUFF, 2007, p.15-26.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Proteção básica do Sistema Único da Assistência Social**: orientações técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social. Versão Preliminar. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2005.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira. O surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.27, n.4, , 2007, p.608-621.

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, Dora (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. parte IV, cap. 16, p. 274-286.

NEVES, Claudia A. B.; COIMBRA, Cecília. Potentes misturas, estranhas poeiras: desassossegos de uma pesquisa. In: NASCIMENTO, M.L. **PIVETES**: a produção de infâncias desiguais. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/Intertexto, 2002.

NEVES, Claudia A. B.; JOSEPHSON, S.. A Crítica como Clínica. In: MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR, Maria Cristina Campello Lavrador; BARROS, M. E. B. (Org.). **Texturas da psicologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p.99-108.

PAULON, Simone Maineri. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia e Sociedade**, v.17, n.3, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>>. Acesso em: jul.2009.

PERBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Luminuras, 2003.

PESSOA, Fernando. **O eu profundo e os outros eus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso: Jul 2009.

RAJCHMAN, John. Lógica do sentido, ética do acontecimento. In: **Cadernos de Subjetividade**: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo, v.1, n.1, 1993.

RESENDE, Tomás de Aquino (Coord.) **Diagnóstico do Terceiro Setor**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.mp.mg.gov.br/extranet/portal/index.jsp#svgCVnxA09MCP9gsH5gzSvMCUixzJvhCLjxyYjvzW92CPr3BYL2BOMxzJf2BeLMCLLgDHn0BTbhBLrxySeJmYidmSugEPnhDLnvzJf2BOCYCLnwyVruAYvwa0fwr4rNCH5wz0DskPSd>>. Acesso em: ago. 2008.

ROLNIK, Suely. O mal estar na diferença. **Psicanálise**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, n. 3, 1995a. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Malestardiferenca.pdf>>. Acesso em: mar. 2009.

ROLNIK, Suely. **Ninguém é deleuziano**. São Paulo, 1995b. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/ninguem.pdf>>. Acesso em: abr. 2009

ROLNIK, Suely. Subjetividade, ética e cultura nas práticas clínicas. **Cadernos de Subjetividade**: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, v.3, n.2, 1995c, p.305-340.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo, 1989a. Disponível em: <http://distributedcreativity.typepad.com/submap/2005/03/cartografia_sen.html>. Acesso em: fev. 2008.

ROLNIK, Suely. Asas do desejo, o cinema-vôo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1989b, p.2-5.

ROLNIK, Suely. **Novas figuras do caos**: mutações da subjetividade contemporânea. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/novascaos.pdf>>. Acesso em: out. 2007.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Algumas reflexões acerca da Clínica Social. **Revista do Departamento de Psicologia (UFF)**. Niterói, v.18, n.2, 2006a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v18n2/v18n2a04.pdf>>. Acesso em: mar. 2007.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A formação dos psicólogos e a saúde pública. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João Del Rey, v.1, n.2, 2006b. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/Pagina/ppp-lapip/index.php>>. Acesso em: abr. 2009

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A resistência como invenção: por uma clínica menor. **Vivência**. Natal, v.1, 2007, p. 97-107.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia e Sociedade**. 2009. No prelo.

ROSE, Nicolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.138-203.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Vertigens do corpo e da clínica. In: FONSECA, Tânia Galli; ENGELMAN, Selda (Org.). **Corpo, arte e clínica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.29-39.

SILVA, Isabel de Fátima T. (Coord.). **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://remethi.org/site/download/naziano/25.08.2008/nocoas_basicas_cartografia.pdf>. Acesso em: set. 2008.

SOUZA, Sílvia Regina Eulálio. **O pensamento nômade e a prática da psicologia em desterritorialização**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. **Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: Mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada nas políticas sociais**. Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/teodosio.pdf>>. Acesso em: mar. 2009.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Os conceitos e tipos de práticas interdisciplinares e interparadigmáticas. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.102-128.

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os psicólogos que atuam em ONGs.

Nome fictício: _____

Idade: _____ Sexo: _____

Local de trabalho: _____ Tempo de serviço: _____

Índice de faixa salarial: _____ Público alvo: _____

Tempo de formado: _____ Instituição de formação: _____

Outras atividades profissionais: _____

- 1) Você trabalha nesta ONG desde _____. Como você chegou lá?
- 2) E como é o seu trabalho no cotidiano?
- 3) Quais demandas você recebe no seu cotidiano e como você escuta?
- 4) Quais ferramentas do seu cotidiano de trabalho te ajudam no seu trabalho teórico, metodológico? De onde vieram?
- 5) Você acha que a formação que recebeu na faculdade te preparou para o que você faz?
- 6) Esse trabalho que você me descreveu é clínica ou não?
- 7) Você me disse que a clínica _____. No seu entender existe uma especificidade do psicólogo em uma ONG?
- 8) Como você percebe a sua relação com os outros profissionais que atuam na ONG?
- 9) Como você imagina que os usuários percebem o seu trabalho? Qual a idéia que eles fazem de você?
- 10) Eles sabem que você é psicólogo(a)?
- 11) Que efeitos você acha que seu trabalho promove no público que atende?
- 12) Quais as diferenças você imagina existir no trabalho do psicólogo em outros espaços que não uma ONG?
- 13) Há mais alguma informação ou comentário a respeito da sua prática como psicólogo que você queira acrescentar?